

Sumário

Número de notícias: 64 | Número de veículos: 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O frustrante resultado do Cosud (Editorial) 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A irresponsabilidade de Lula (Editorial) 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O futuro na reforma tributária - HENRIQUE MEIRELLES 8

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR ABRADDEE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas discutem impacto da Reforma Tributária na conta de luz 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar" 11

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para vigorar no governo Lula, reforma precisa ser votada este ano, diz Braga 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Políticas fiscais insustentáveis (Artigo) 18

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economia brasileira surpreende em 2023, mas cenário positivo não deve se repetir no ano que vem 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma confirma nossa teimosia com o fracasso" 22

AGÊNCIA BRASIL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Confira as principais mudanças na reforma tributária no Senado 24

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja ponto a ponto da reforma tributária e entenda a corrida para aprovar o texto até o fim do ano 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bahia e SP terão as maiores fatias de fundo regional 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator limita taxaço e contraria Centro-Oeste 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: exceções reduzem efeito positivo, afirma Appy	32
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA	
O que Lira quer, Lira consegue (Editorial)	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo quer acelerar o trâmite da tributária	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
"Sabíamos que haveria exceções na reforma"	35
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA	
O custo político da reforma possível (Editorial)	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Minério e petróleo reagem a "imposto do pecado"	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Economistas se dividem entre "texto possível" e temor de mais concessões	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Analistas criticam volume de exceções	45
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SEGURIDADE SOCIAL	
A tributação seletiva de produtos nocivos - OPINIÃO JURÍDICA	46
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária classifica o Brasil como "aluno nota 5" - GABRIEL LEAL DE BARROS	48
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Braga vê espaço para aumentar o FNDR em mais R\$ 15 bilhões	49
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributação das offshores surpreende pela demora - CESAR FELÍCIO	51
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad pede votação de MP que tributa subvenções	53
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Era melhor ter menos exceções, mas parecer do Senado é avanço, diz Appy	55
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Adam Smith, tributação e cashback (Artigo)	59
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado (Editorial)	61

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Appy, há muitas exceções, mas permitirão aprovar reforma..... 63

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo topou "o primeiro beijo", diz relator..... 64

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que vai priorizar agenda do governo..... 66

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira vai se reunir com Haddad para discutir projetos econômicos..... 67

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior (Editorial)..... 69

O GLOBO - RJ - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo terá de fazer mais concessões na Reforma Tributária, avisa relator..... 70

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto aprovado de offshores pode elevar arrecadação, diz Haddad..... 71

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova tributação..... 73

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reação nada otimista com o relatório da Reforma Tributária - MERCADO S/A..... 75

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A incoerência da política fiscal (Editorial)..... 77

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto que prorroga até 2027 desoneração da folha..... 78

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O custo da reforma tributária - ADRIANA FERNANDES..... 79

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

De lobby em lobby, reforma é desfigurada..... 80

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Divisão de recursos de fundo regional já provoca crise entre governadores..... 81

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

As principais mudanças feitas pelo relator..... 83

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sob pressão, relator amplia exceções para mais setores..... 85

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tendência é complexidade da reforma aumentar no Senado..... 87

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório da reforma tributária divide economistas e especialistas em direito..... 89

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para CNA, cesta básica estendida não deve trazer prejuízos ao agro..... 92

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajustes sanaram incômodo com governadores..... 94

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga apresenta parecer à tributária com trava e ampliação do FNDR..... 96

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impulso da reforma na economia chega a até 3,1% ao ano por 10 anos..... 98

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária no Senado acolhe demandas setoriais e de governadores
..... 100

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova desoneração da folha de pagamentos de 17 setores..... 101

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relatório traz trava para aumento de imposto..... 102

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório da reforma tributária no Senado retira 'taxa do agro' do texto..... 104

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazer política é fazer concessões e conversar, diz Lula..... 105

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da tributária apresenta parecer com redução de alíquota para profissionais liberais
..... 106

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao vivo: Relator da reforma tributária lê parecer com previsão de mais dinheiro para os estados
..... 107

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo de desenvolvimento deve chegar a R\$ 60 bi..... 108

O GLOBO - RJ - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo aceita ampliar compensação fiscal a estados..... 109

Segunda-Feira, 30 de Outubro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária esqueceu do meio ambiente - OPINIÃO JURÍDICA..... 110

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação em padrão mundial fará bem ao país - LU AIKO OTTA.....112

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e Braga acenam a estados..... 114

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator negocia alíquota reduzida do IVA para os profissionais liberais.....116

O frustrante resultado do Cosud (Editorial)

Acriação do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) foi finalmente aprovada pelas Assembleias Legislativas de cada um dos sete Estados que compõem as regiões. Embora só agora tenha passado formalmente a existir, o consórcio já havia realizado oito reuniões desde 2019 e acaba de fazer a nona. As discussões resultaram na Carta de São Paulo, documento que expôs o tamanho do desafio que o Cosud terá de superar na busca de consensos possíveis entre tão diferentes unidades da Federação.

Em defesa do consórcio, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, pregou, em entrevista ao Estadão em agosto passado, que o Sul e o Sudeste precisavam ter mais protagonismo nas discussões que ocorrem em Brasília.

Ele, de fato, tinha um bom ponto.

Embora representem 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional e abriguem 56% da população brasileira, as duas regiões têm sido sub-representadas no âmbito da Câmara e do Senado.

O Cosud, segundo Zema, seria uma forma de melhor resguardar os interesses desses Estados, a exemplo dos bem-sucedidos consórcios do Nordeste e da Amazônia Legal. A própria Constituição, em seu artigo 241, garante essa forma de atuação conjunta. O momento para criar o consórcio não poderia ser mais adequado. O Congresso discute a **reforma tributária** sobre o consumo, cujas mudanças afetarão diretamente as receitas e os recursos dos Estados para atrair investimentos.

Mas o resultado da reunião foi bem mais modesto do que se poderia imaginar.

A meta mais concreta da Carta de São Paulo foi o compromisso de plantio de 100 milhões de mudas nativas até 2026. O Tratado da Mata Atlântica prevê a restauração de 90 mil hectares, a criação de corredores ecológicos terrestres e costeiro-marinhos e a construção de um plano integrado para o enfrentamento de eventos extremos relacionados a chuvas e estiagens, bem como um protocolo de políticas de prevenção e gestão de risco, monitoramento, resposta e atendimento emergencial em situações de crise.

É o que se extrai de melhor do documento.

Genérica e inespecífica, a Carta de São Paulo

menciona a necessidade de garantir a sustentabilidade fiscal dos Estados e de sugerir aperfeiçoamentos à **reforma tributária**. Na área de segurança pública, os governadores manifestaram apoio a uma "reforma do sistema de justiça criminal brasileiro" para aumentar "o custo do crime" no País - como se penas maiores e mais rígidas fossem a solução de um problema que assola todo o País.

Era de esperar que saísse algo menos superficial sobre tão relevantes temas.

Mas não é exagero afirmar que a baixa ambição do documento tem relação com a visão que Zema externou na entrevista, ao comparar os Estados do Norte e do Nordeste a "vaquinhas que produzem pouco", atraindo imediata antipatia para um consórcio que teria muito a contribuir com o País.

O "ato falho" de Zema remete ao período em que o consórcio começou a se reunir, em 2019. Segundo o governador mineiro, a pretensão eleitoral do ex-governador de São Paulo João Dória "atrapalhava" o consórcio e deixava os outros governadores "com um pé atrás". É sintomático, portanto, que ele não tenha percebido que o problema de origem do grupo permanece exatamente o mesmo.

Dos sete governadores, ao menos quatro se colocam como presidenciáveis - Ratinho Junior (PR), Eduardo Leite (RS), Tarcísio de Freitas (SP) e o próprio Zema. Fazer do Cosud um verdadeiro consórcio requer dessas lideranças que deixem de lado suas pretensões eleitorais individuais em favor da defesa dos interesses regionais e coletivos.

É óbvio que há pobreza no Sul e no Sudeste, populações a serem assistidas e localidades que precisam de apoio, a exemplo de municípios do Nordeste e do Norte do País. É precisamente isso que une os consórcios do Nordeste e da Amazônia Legal e que tem garantido o sucesso da maioria de suas demandas no Legislativo: o claro propósito de trabalhar para reduzir desigualdades, um objetivo expresso da Constituição de 1988. É nela, portanto, que o Cosud deveria se inspirar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A irresponsabilidade de Lula (Editorial)

Em um surto de sinceridade, o presidente Lula da Silva afirmou que a meta de zerar o déficit fiscal no ano que vem não precisa ser cumprida. Segundo ele, o resultado dificilmente será atingido sem a realização de cortes orçamentários em investimentos e obras públicas, algo que ele não deseja fazer. "A gente não precisa disso", disse o presidente, referindo-se à meta de déficit zero, em café com jornalistas no Planalto na sexta-feira passada.

Quem escolhe a vida pública sabe que existem muitas coisas que não devem ser ditas - não porque elas não sejam verdade, mas pelos efeitos indesejados que essas verdades podem gerar.

Mas foi exatamente isso que o presidente fez na semana passada, ao jogar uma pá de cal sobre a meta a que o próprio governo se impôs.

Havia sido uma semana muito positiva no mercado financeiro. A prévia da **inflação** reforçou as apostas dos analistas sobre a manutenção do ritmo de redução da taxa básica de juros. Após a fala do presidente, o dólar voltou a romper o patamar de R\$ 5,00, a bolsa caiu e os juros futuros dispararam, desancorando expectativas que guiam as decisões do Banco Central (BC) a menos de uma semana da reunião em que o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciará a taxa básica de juros.

Como esperado, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), saiu em defesa do chefe. Segundo ela, o mercado financeiro teve uma reação irracional, pois nunca acreditou de fato na meta do déficit zero. Hoffmann, no entanto, não é nenhuma amadora e sabe exatamente o impacto da mensagem que Lula da Silva passou.

Quando os economistas demonstram ceticismo em relação ao déficit zero, cumprem sua obrigação de alertar a sociedade quanto à solidez das contas públicas. Quando a oposição ironiza o compromisso, faz o jogo político que dela se espera. Quando o Congresso resiste à meta, tenta ampliar seu acesso ao Orçamento. Quando o presidente da República em pessoa menospreza a meta anunciada pelo seu próprio ministro da Fazenda, está sendo apenas irresponsável.

Ainda que inexecutável, o déficit zero é sempre um objetivo defensável. Ele expressa uma disposição inicial ao acerto, o que já é muita coisa. Manter o objetivo inalterado significa caminhar em sua direção,

o que implica pronta e imediata rejeição de medidas que abram mão de receitas ou aumentem gastos.

Sabe-se que o mundo real não é exatamente assim. A própria pandemia de covid-19 mostrou o quanto demandas inesperadas podem surgir sem aviso prévio e precisam ser acomodadas.

Não há, no entanto, nenhum motivo, neste momento, para renunciar previamente à meta no primeiro ano em que ela seria testada.

Quando o presidente fala em "obras", deputados e senadores entendem "emendas". Ambas fazem parte da mesma rubrica de despesas não obrigatórias.

A meta de déficit zero exige um corte na verba de gastos discricionários de até R\$ 53 bilhões, de forma que as emendas não seriam poupadas. É disso que se trata: Lula está mais preocupado em saciar a fome de sua base fisiológica do que em bancar o compromisso de equilíbrio fiscal assumido pelo ministro Fernando Haddad.

O Legislativo se sente credor do governo e sabe que é essencial para que a agenda do Executivo continue a avançar.

Depois de meses de negociações difíceis e custosas, a Câmara aprovou o projeto de lei que tributa fundos exclusivos e offshore. No Senado, a despeito das críticas, a **reforma tributária** caminha para ser aprovada com benefícios superiores aos custos.

Em troca, parlamentares querem a garantia de suas emendas, mesmo que elas comprometam o arcabouço a que eles mesmos deram aval. Afinal, se esse contexto piorar as expectativas a ponto de elevar a **inflação** e impedir a redução dos juros, Lula retomará as críticas ao Banco Central, isentando o Congresso e a si mesmo de qualquer responsabilidade.

O ministro Haddad sai derrotado do episódio e sem qualquer moral para cobrar alguma austeridade da Câmara e do Senado. Quem realmente perde, no entanto, é o País, sobretudo os mais pobres, que Lula diz defender.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O futuro na reforma tributária - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O relatório do senador Eduardo Braga sobre a **reforma tributária** será votado este mês, mas a discussão de pontos fundamentais durará meses até a aprovação das leis complementares.

Um erro já perceptível é o aumento do Fundo de Desenvolvimento Regional do limite de R\$ 40 bilhões anuais proposto pelo Ministério da Fazenda para R\$ 60 bilhões. A criação de gastos que vigorarão por décadas vai contra o espírito do arcabouço fiscal e repete a prática de apostar no incerto.

De 2025 a 2032, o governo federal já abastecerá um Fundo de Compensações Fiscais para contemplar benefícios com o ICMS, que será extinto. Começará com R\$ 8 bilhões anuais, atingirá R\$ 32 bilhões anuais em 2028 e voltará a R\$ 8 bilhões em 2032, quando se encerra.

O Fundo de Desenvolvimento Regional foi criado para derrubar a resistência dos Estados, que foram contra a reforma durante 30 anos. Segundo o relator, o aumento do valor é a única forma de convencer os governadores a apoiarem a reforma.

A questão é que, a partir de 2029, o governo federal terá de fazer aportes anuais. Começará com R\$ 8 bilhões e subirá de forma gradual, até atingir R\$ 60 bilhões por ano em 2043, sem prazo para acabar.

Criar um gasto é uma solução ruim para qualquer problema.

Pior é fazer isso sem indicar uma fonte de receita para bancar a despesa. Um agravante é dizer que isso será resolvido com o crescimento da economia nos próximos anos. Essa justificativa já foi usada muitas vezes e não deu certo. Sabemos que aumentos de gastos públicos sem responsabilidade terminam em crises graves, como a de 2015-16.

Quando tratei aqui do arcabouço fiscal, apontei que seu principal defeito era apostar mais na arrecadação do que no corte de gastos, pois o governo controla a despesa, não a receita.

O mesmo vale para a crença de que o dinheiro do Fundo aparecerá com o crescimento da economia. O

desempenho do **PIB** depende de diversos fatores, a maior parte deles fora do controle dos governantes.

Quem garante que o Brasil crescerá o suficiente para aumentar a injeção de recursos neste Fundo até atingir R\$ 60 bilhões em 2043?

A reforma traz um enorme ganho, que é a simplificação do sistema com a fusão de cinco **tributos** em um IVA. Mas, à medida que este IVA tem quatro alíquotas e vários regimes especiais, a tendência é que a alíquota de referência seja maior. É impossível aprovar uma **reforma tributária** que agrade a todos. Sei o quanto é difícil negociar tantos interesses divergentes e que é preciso ceder para avançar. A questão é que não se deve perder de vista o objetivo maior.

Criar gasto é solução ruim, mas pior é fazer isso sem indicar uma fonte de receita para bancar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas discutem impacto da Reforma Tributária na conta de luz

Em qualquer atividade produtiva e de serviços, e também no dia a dia das famílias, a energia elétrica é matéria básica e essencial. O texto da **Reforma Tributária** aprovado na Câmara, no entanto, não leva em conta essa essencialidade - já reconhecida no Congresso. Em 2022, os parlamentares entenderam que a energia deveria ser tributada de forma diferenciada de produtos supérfluos, como cigarro e bebida. A lei complementar 194/2022 estabeleceu a revisão da limitação das alíquotas, já que a energia é matéria básica para atividades produtivas e de serviço.

Consumidores, especialistas e o setor elétrico estão mobilizados para que, no Senado, o texto seja modificado e inclua um regime específico para o segmento ao considerar a energia elétrica um bem essencial e insumo indispensável para a prosperidade e o desenvolvimento econômico e social do país.

A modificação no Senado beneficiaria especialmente a população de baixa renda. Se for mantida a versão da Câmara, a conta de luz dessas famílias poderá ter aumento significativo, pois o texto elimina a isenção ou redução concedidas atualmente pelos estados, com a tarifa social de eletricidade. Com isso, a tributação ficaria a mesma para todos os consumidores.

As particularidades do setor elétrico em todas as etapas - geração, transmissão, distribuição e comercialização - serão debatidas amanhã, 31 de outubro, às 16h30, na live "Os impactos da **Reforma Tributária** na conta de luz", realizada pela Editora Globo com patrocínio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

O debate on-line será transmitido ao vivo nas redes sociais dos jornais O GLOBO e Valor e terá participação do diretor Institucional e Jurídico da Abradee, Wagner Ferreira; do senador Efraim Filho, coordenador do grupo de trabalho sobre **Reforma Tributária** da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; do senador Eduardo Gomes; e da presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia (Conacen), Rosimeire Costa. A mediação será do jornalista Milton Jung, âncora do "Jornal da CBN".

Entre os temas em discussão estará o efeito positivo da redução da conta de luz no Produto Interno Bruto (**PIB**).

- O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que uma redução de 10% na conta de luz tem um impacto positivo de 0,45% no **PIB**, por ano. A energia mais barata favorece o ambiente econômico, aumenta a atividade industrial e a capacidade competitiva.

Obtém-se o famoso "círculo virtuoso" na economia - afirma Wagner Ferreira.

Menos gasto com energia elétrica significa também maior poder de compra das famílias, que aumentam o consumo em diversas áreas, aquecendo a economia.

Especialistas enfatizam a importância de se manterem os direitos e benefícios da baixa renda. É um grande avanço reconhecer a necessidade de tratamento favorecido às classes mais pobres da população, com a tarifa social, que tem como consequência o aumento do seu poder de compra.

O conceito de baixa renda e, portanto, beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, decorre de lei. Esse consumidor de baixa renda é um consumidor focalizável que é base de um cadastro robusto e auditável. Esta é uma política pública que já perdura 20 anos, com absoluto conhecimento e mérito de sua condição. As distribuidoras fazem a desoneração para o consumidor de baixa renda a partir dessa classificação. Elas conseguem focalizar individualmente cada uma das 17 milhões de unidades consumidoras - em torno de 70 milhões de pessoas.

A ausência de preço justo da conta de luz impacta negativamente outro ponto essencial para o desenvolvimento do país, a competitividade, pois a tributação rígida poderá inibir investimentos em transição energética e inovação tecnológica.

A modificação do texto aprovado na Câmara é também uma questão de justiça social, pois, caso seja mantida a versão atual, consumidores beneficiados pela tarifa social, com isenção ou redução do ICMS sobre eletricidade, terão de pagar uma alíquota muito superior à atual.

"Não podemos permitir um regime em que a arrecadação penaliza os mais pobres, ampliando desigualdades", alerta Ferreira.

ENTENDA OS EFEITOS DA **REFORMA TRIBUTÁRIA** NA ENERGIA ELÉTRICA

COMO É HOJE Atualmente a energia elétrica é considerada um bem essencial, por ser estratégica para o desenvolvimento e a prosperidade de qualquer sociedade. A essencialidade da energia elétrica, já reconhecida em outros momentos pelo Congresso, permite a isenção ou redução da conta de luz de 17 milhões de famílias, por meio da tarifa social de eletricidade. Em torno de 20% dos consumidores de energia elétrica do país estão na faixa de baixa renda. No Maranhão, a proporção é de 40% e no Piauí chega a 44%.

IMPACTO DA PEC A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **Reforma Tributária** aprovada na Câmara não reconhece a essencialidade da energia elétrica, sem levar em conta a contribuição fundamental do setor para o crescimento da economia. Se a energia elétrica deixar de ser essencial, as famílias de baixa renda, beneficiadas com alíquotas reduzidas ou isenção do ICMS cobrado pelos estados, terão que pagar o percentual-padrão, que vale para todos os consumidores, e verão um salto no valor da conta de luz.

O QUE O SETOR PROPÕE Tratamento favorecido ao consumidor de baixa renda por meio do mecanismo de desoneração integral e direta.

CONSEQUÊNCIAS DA MUDANÇA Elevação do poder de compra da baixa renda e, portanto, aumento do consumo, contribuindo para o crescimento da economia. Recursos economizados com eletricidade aumentam a riqueza do governo, promovendo desenvolvimento, emprego e renda.

Desoneração direta e com efeitos imediatos na conta de fornecimento ao consumidor de baixa renda, beneficiário de Tarifa Social de Energia Elétrica.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Especialistas discutem impacto da **Reforma Tributária** na conta de luz

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar"

Julia Lindner, Caetano Tonet, Andrea Jubé e Fernando Exman

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garante que pautas econômicas, como a **reforma tributária** ou o projeto que taxa investimentos offshore e fundos exclusivos, avançarão neste ano, a despeito de eventuais problemas na relação do governo com os senadores.

"Insatisfações pontuais não contaminam o sentimento geral de que com a economia não é possível brincar", disse ao Valor.

Para o senador, que preside também o Congresso Nacional, discussões sobre pautas comportamentais ou que tratem do funcionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) tampouco afetarão a agenda econômica.

Apesar das especulações de que tenta se aproximar dos bolsonaristas ao defender essa agenda pensando em seu projeto eleitoral para 2026, Pacheco afirma que cogita deixar a política após terminar o mandato de senador.

A despeito dos esforços de ajuste fiscal, ele voltou a defender a proposta que recria o chamado "quinquênio" para juízes, procuradores e defensores públicos.

Em contrapartida, manifestou-se a favor de que 2024 seja marcado por uma discussão sobre o tamanho do Estado e a qualidade dos gastos orçamentários. Perguntado se neste caso o uso do termo "reforma administrativa" poderia atrapalhar esse debate com o governo, ele sorriu. E concordou.

"Não vamos cair no equívoco de uma reforma administrativa ser confundida com o sacrifício do funcionário público, como se eles fossem os vilões do Brasil", argumentou na sequência. "É uma discussão de tamanho do Estado, que envolve as corporações, a quantidade de funcionários, de como o uso da tecnologia pode melhorar a produtividade, como se pode exigir meritocracia".

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:
Valor: Qual é a sua visão para a pauta econômica e como isso pode influenciar no déficit fiscal?

Rodrigo Pacheco: A minha percepção e a percepção geral do Senado é de uma prioridade, de uma importância muito grande da pauta econômica para o Brasil.

Nós temos essa consciência e trabalhamos em função disso.

Há de minha parte a propensão de ajudar nessas pautas, partindo da premissa de que a liderança da política econômica deve se dar no âmbito do governo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E, naturalmente, o Congresso deve ter um juízo crítico, de responsabilidade para contribuir e aprimorar as propostas.

Mas há uma diretriz do governo com a qual estamos acordados.

Valor: Haverá tempo para aprovar tudo até dezembro?

Pacheco: Sim. Temos novembro e dezembro para poder cumprir essa missão, lembrando que nós já aprovamos muitos outros projetos ao longo do ano. Agora, a **reforma tributária**, esses projetos de sustentação para o regime fiscal, são prioridades e nós devemos apreciá-los até dezembro, assim como nós esperamos também a aprovação da lei orçamentária.

Valor: Percebe insatisfações no Senado com o governo? Isso afeta?

Pacheco: Eventuais e pontuais insatisfações não contaminam o sentimento geral de que com a economia não é possível se brincar.

É preciso ter a solidez da nossa economia com a aprovação de propostas e projetos que sejam sustentáveis. Isso está muito além de eventuais insatisfações de parlamentares com o governo.

O sentimento geral em relação à **reforma tributária** é de senso de importância, da sustentação do marco fiscal, da lei orçamentária igualmente. Acho que são coisas separadas, e a pauta econômica não se contaminará com eventual dificuldade de senadores com o governo federal.

Valor: Isso pode atingir outras pautas ou indicações?

Pacheco: Eventuais insatisfações sempre existem nessas relações entre Legislativo e Executivo, mas eu não valorizo necessariamente isso. Não sei como elas se expressarão. Na pauta econômica certamente não será, porque nós temos uma necessidade premente de combate à fome, de geração de emprego, de contenção da **inflação**, de redução da taxa de juros, de aumento do crescimento do **PIB** do Brasil, do aumento das nossas reservas, da nossa balança comercial. Toda a sociedade brasileira, o mercado, podem ter a segurança em relação ao Senado de que haverá de nossa parte colaboração para que projetos bons sejam aprovados.

Valor: Há uma disputa velada entre Câmara e Senado por mais espaço no governo Lula?

Pacheco: Não é de hoje que há eventuais dificuldades na relação entre Câmara e Senado. Isso sempre existiu, e não é capaz de contaminar a aprovação de projetos bons para o país. Não há uma disputa de poder. O que houve na formação do governo foi um critério feito pelo governo federal, pelo presidente Lula, em relação aos partidos políticos que compõem a sua base. Esses partidos, por sua vez, escolheram os nomes, representantes para ocupação dos espaços, ora senadores, ora deputados.

Valor: Não houve qualquer tipo de preferência do Senado em detrimento da Câmara ou vice-versa.

Valor: A rejeição do indicado de Lula para a Defensoria Pública da União (DPU) não seria um sinal dessa insatisfação?

Pacheco: Isso absolutamente nada tem a ver com essa questão relativa à Câmara, à Caixa Econômica Federal e à escolha do seu presidente. Já há bastante tempo isso vem sendo discutido e vem acontecendo um sentimento de rejeição ao nome que foi indicado.

Eu particularmente quero afirmar que nenhuma rejeição tenho, inclusive votei a favor. Mas houve um sentimento da Casa já de bastante tempo em relação a essa questão da DPU. Mas foi um fenômeno natural, típico do Senado em alguns momentos de aprovação ou de rejeição.

Valor: Como viu o parecer da **reforma tributária**? Pode haver ainda mais flexibilizações? Houve críticas em relação a isso.

Pacheco: Primeiro, preciso fazer um reconhecimento ao trabalho feito pelo relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que apresentou seu parecer a partir das suas convicções e de estudos profundos. Obviamente

que agora é um papel que tanto a CCJ e o plenário do Senado devem fazer, e nosso desejo é ter o melhor texto possível. Na essência, a reforma é muito importante para o Brasil, para a simplificação tributária e para o desenvolvimento econômico, de modo que nós temos também o comprometimento de buscar vê-la aprovada no mês de novembro.

Valor: Existe uma previsão de o Senado analisar nesse mesmo período projetos relativos ao Judiciário.

Isso pode dificultar o avanço da **reforma tributária**?

Pacheco: Não. São coisas bem independentes e digo até que não se comunicam. A tributária é um pilar de uma política econômica e de desenvolvimento do país. E esses projetos, como a PEC dos militares, ou referentes ao Judiciário, como o fim da reeleição, ou uma discussão acerca do fundo eleitoral e do Código Eleitoral, são temas igualmente importantes, mas que não se comunicam com a **reforma tributária**.

Em relação ao Poder Judiciário, há uma previsão, nesse mês de novembro, de apreciarmos o projeto de lei que define as verbas indenizatórias. Ele busca reduzir ou acabar com aquelas situações chamadas de supersalários no âmbito do Judiciário. Ao mesmo tempo, [deve-se votar] uma proposta de reestruturação da carreira, com valorização pelo tempo da magistratura em função da dedicação exclusivíssima.

Valor: Essa questão da valorização da carreira do Judiciário, a chamada PEC do Quinquênio, no momento em que o governo é cobrado a controlar despesas, não acaba dando uma sinalização errada?

Pacheco: Não. Isso é algo típico e próprio do Judiciário, que já tem o seu orçamento pré-definido.

Não gera o impacto de acréscimo para o erário de um modo geral. É algo que vem a estimular a carreira. A economia que se fará com esse projeto de lei das verbas indenizatórias é certamente maior do que o impacto para o VTM [Valorização por Tempo na Magistratura]. Nós temos que nos preocupar muito com a qualidade da Justiça brasileira e isso passa pela valorização de seus profissionais, porque hoje há um fenômeno constante de juízes deixando a magistratura. É uma preocupação que eu tenho de médio, longo prazo, obviamente de forma sustentável e concomitantemente a um regramento que evite aquelas notícias de salários estratosféricos.

Valor: Como fica a relação com o STF diante do avanço da pauta sobre o Judiciário?

Pacheco: A proposta que regula as decisões monocráticas e também a dos mandatos de ministros

do STF são muito positivas para a Corte. Não há de nossa parte nenhum tipo de animosidade ou de acirramento, e tampouco de retaliação. Sempre promovi não só a defesa da democracia, mas também a defesa das instituições. O aprimoramento legislativo que se fornece ao Judiciário é algo esperado, para não se dizer exigido. Nossa proposta parte da boa intenção.

Valor: Até pelo 8 de janeiro, não acha que o timing para essa discussão é prematuro? Não reacende o bolsonarismo mais radical?

Pacheco: Nós não podemos ficar reféns de situações de apropriação de temas no segmento político, seja de extrema direita, seja de extrema esquerda. Temos que fazer as coisas que são importantes para o Brasil, independentemente da versão que se queira dar a elas. O fato é que mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal é algo adotado em diversos países. É fato também que diversos ministros atuais e anteriores à Suprema Corte defenderam ou defendem o mandato. É fato também que eu, na minha reeleição, ao rechaçar as ideias de impeachment de ministros e de aviltamento da instituição, eu dizia que o nosso papel era de legislar para propor inclusive o mandato de ministro do Supremo. É uma discussão honesta, propositiva. Se algum segmento político radical tenha se apropriado dele, não faz dela uma proposta ruim.

Valor: Isso é uma resposta a uma suposta invasão de competência do Supremo no Legislativo?

Pacheco: O exercício de autocontenção é importante para todos os Poderes, seja o Judiciário, seja o Legislativo, seja o Executivo.

Em nenhuma hora vou deixar de fazer esse diálogo constante para a gente poder ter esse equilíbrio.

E algumas matérias tratadas no Supremo invadem a competência do Poder Legislativo, como é o caso da descriminalização do porte de drogas.

Valor: Quando o senhor fala de qualidade do Orçamento, de gasto, é no contexto da reforma administrativa?

Pacheco: Eu acho que qualidade de gasto público envolve a definição do diagnóstico do país em termos orçamentários, de quais são as nossas vulnerabilidades e as nossas necessidades, para onde tem que ir o dinheiro público. Não podemos cair no equívoco de achar que tudo que há para funcionário público no Brasil é privilégio ou regalia. Essa é uma reflexão que todos os Poderes unidos, juntamente com governadores, prefeitos, e a sociedade civil devem fazer para a gente chegar num bom termo.

Valor: O senhor fugiu do termo reforma administrativa. Isso é porque com esse nome o governo não ajuda?

Pacheco: [ele reduz o volume da voz e sorri] ...Não passa. Brincadeira...

Pode chamar como quiser. O que eu acho é que não se pode confundir reforma administrativa com sacrifício de funcionário público. Não vamos cair no equívoco de uma reforma administrativa ser confundida com o sacrifício do funcionário público, como se eles fossem os vilões do Brasil.

Valor: De que se trata a reforma na sua visão?

Pacheco: É uma discussão de tamanho do Estado, que envolve as corporações, a quantidade de funcionários, de como o uso da tecnologia pode melhorar a produtividade, como se pode exigir meritocracia. Essa é a discussão que nós temos que fazer, e com a qual os funcionários públicos concordam.

Valor: O presidente Lula deve indicar em breve um nome para o STF.

Que perfil o senhor acha que seria ideal para o cargo, considerando que esse nome será submetido ao Senado? Um quadro político como o ministro da Justiça, Flávio Dino, terá mais dificuldade?

Pacheco: Não vejo dificuldade em relação a nenhum dos três nomes postos pela imprensa como possíveis: os ministros Flávio Dino, Jorge Messias e Bruno Dantas.

Os três têm plenas condições de serem ministros do Supremo, e é um prestígio porque têm vínculos com o Senado. Um [Dino] é senador, um [Dantas] foi consultor do Senado e o outro [Messias] foi chefe de gabinete do senador Jaques Wagner.

Valor: A oposição diz que Dino pode enfrentar mais obstáculos. O senhor enxerga isso?

Pacheco: Não acredito que seja o sentimento geral da Casa.

Valor: Além da pauta econômica, também haverá espaço para votar projetos relacionados aos costumes?

Pacheco: Primeiro que essa pauta não foi imposta pelo Congresso.

Surgiu no âmbito do STF, que pautou a descriminalização do porte de maconha para uso

pessoal, a questão do aborto, marco temporal, imposto sindical, o direito de propriedade.

Valor: O argumento é de que o STF julgou esses temas porque o Legislativo se omitiu. O senhor concorda?

Pacheco: Isso partiu da premissa equivocada de que há omissão do Legislativo. Já que isso está sendo discutido nacionalmente, façamos também essa discussão.

Valor: Mas haverá tempo suficiente para votar as pautas econômicas e de costumes?

Pacheco: É possível apreciá-las até o fim do ano.

Valor: O que pode ser votado de costumes ainda neste ano?

Pacheco: Os vetos ao marco temporal e a proposta de emenda à Constituição relativamente ao porte de drogas. Mas obviamente que isso depende da CCJ e dos líderes partidários.

Valor: Sobre marco temporal, o governo tem dito que está se baseando na decisão do Supremo. É possível chegar a um acordo sobre esse tema?

Pacheco: Na segunda-feira (30), haverá uma reunião dos líderes do governo e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com o ministro Alexandre Padilha [Relações Institucionais]. Se houver bom senso, é possível conciliar o direito dos povos originários com o desenvolvimento do país, do agronegócio, e o direito de propriedade. Agora é exercitar o diálogo até que haja uma solução definitiva.

Valor: Existe uma percepção de que há uma maior dificuldade do governo de articulação política no Senado. Qual é sua avaliação dessa articulação?

Pacheco: Não há problema na relação do Senado com o Poder Executivo. Considero o trabalho do líder Jaques Wagner no Senado, e do líder Randolfe Rodrigues no Congresso, de boa qualidade.

Até aqui o governo tem tido boas vitórias no Parlamento, em especial no Senado. Eu espero muito contribuir para que esse ambiente continue a existir. O que não podemos confundir é que essa boa relação com o governo signifique o isolamento da oposição.

Valor: Como assim?

Pacheco: Assim como presidente do Senado no governo anterior eu dei voz e vez para a oposição, o mesmo eu devo fazer agora, porque há uma oposição

legítima de partidos políticos, em volume até considerável, que, obviamente, tem que ter voz e participar das discussões.

Valor: Tem uma leitura de que o senhor está se aproximando da oposição, da direita, pensando num projeto eleitoral em 2026. Como vê essa interpretação, e quais os seus planos futuros?

Pacheco: Isso não é uma lógica de aproximação, é um exercício da presidência do Senado que pressupõe essa pluralidade.

Eu disse recentemente numa reunião que, não obstante haja divergência em relação a temas diversos, o que nos une é a defesa do Legislativo.

Valor: Então não tem viés eleitoral nos seus movimentos?

Pacheco: Não há nenhuma lógica de cunho eleitoral nisso. As eleições estão muito distantes, e eu tenho compromisso imediato com a presidência do Senado.

Não estou nem minimamente preocupado com o futuro político-eleitoral. Tendo sido presidente do Senado e do Congresso duas vezes, e presidente da Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, eu considero até que já estou realizado na vida pública. Considero até não disputar eleição em 2026.

"Apercepção geral do Senado é de uma prioridade da pauta econômica para o Brasil" "Considero que já estou realizado na vida pública.

Considero até não disputar eleição em 2026"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

'Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar'

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1§ion=1>

Para vigorar no governo Lula, reforma precisa ser votada este ano, diz Braga

Julia Lindner, Caetano Tonet e César Felício

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), acredita que a janela de chance para fazer uma mudança tributária ainda no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está prestes a se fechar. Se a reforma não for promulgada este ano, as próprias regras do texto irão impedir sua vigência antes de 2026.

E, para votar neste ano, ele terá que comprimir as negociações: até o dia 7 de novembro irá ouvir governadores e setores sociais afetados pelo texto. Novas emendas, além das 207 já acolhidas, serão analisadas. O texto em seguida irá a plenário, para votação em dois turnos. A proposta vai em seguida para reexame na Câmara, antes de poder ser promulgada em dezembro.

Para garantir a agilidade da tramitação no Congresso, o relator na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), participa das negociações desde já. O senador deve conversar com Ribeiro essa segunda-feira, ao retornar de Manaus para Brasília. Braga também tem reunião na próxima terça-feira com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Braga admitiu que um dos pontos de seu relatório que levantam resistências é o critério da partilha dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que privilegia a divisão pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), em relação à proporção da população.

Em entrevista ao Valor, Braga lembrou que diversos trechos da matéria terão de ser definidos posteriormente por lei complementar.

Não descartou a possibilidade de novas exceções serem incluídas, embora tenha sinalizado que a trava na carga tributária colocada na PEC limita a expansão das exceções.

"As exceções foram feitas de forma milimétrica", disse. "Tiramos exceções que foram concedidas. Se algo entrou, algo saiu". Ele disse que a cobrança de até 1% sobre a extração de recursos não renováveis no Imposto Seletivo pode ser aplicada no caso da extração de petróleo na margem equatorial, alvo de divergências no governo Lula.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Boa parte das modificações feitas em seu parecer foi nas questões federativas, como a divisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Como convencer a Câmara a mantê-las ?

Eduardo Braga: O cobertor estava muito curto, R\$ 40 bilhões de reais eram muito pouco para o tamanho do desafio. Foi um avanço elevar o fundo para R\$ 60 bilhões. Agora a discussão está sobre o critério de distribuição do fundo. Optamos por critérios constitucionais, que é o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o da população. Tenho visto manifestações tanto a favor como o contrário. A grande maioria dos senadores, para não dizer a totalidade, acha que isso deve estar no texto constitucional, até para que a gente possa, de uma vez por todas, dirimir essa questão.

Valor: O senhor acha que a questão de partilha será alterada?

Braga: Vários ensaios foram elaborados, mas sempre esbarrávamos na questão de não ter respaldo constitucional. A partir do momento em que estabelecemos um critério de que precisava ser um comando que tivesse respaldo na Constituição, encontramos uma resposta. Estamos usando dois indicadores com mandamentos constitucionais.

Valor: O senhor comentou da possibilidade do aumento do fundo regional. Tem alguma outra negociação em curso com a Fazenda?

Braga: Não sou eu que vou defender aumento de fundo. O que eu estou dizendo é que, em conversas com membros da CCJ, estou ouvindo dizerem que gostariam de que o fundo fosse um pouco maior. Essa PEC muda dois fundamentos definitivamente na economia brasileira. A cobrança do imposto deixa de ser na origem, para ser no destino.

E o instrumento de atração de investimentos deixará de ser fiscal e passará a ser orçamentário financeiro.

O único instrumento que os estados terão será o fundo de desenvolvimento regional. E isso não é para 10 anos, é para os próximos 50 anos. Como relator, me vejo na obrigação de externar isso. Eu sinto que há uma conversa de senadores no sentido de que a

demanda dos governadores, de R\$ 75 bilhões, que está na carta do Consez, seja estabelecida como uma meta deles nessa busca de encontrar o texto ideal para votar.

Valor: Tem sido bastante criticada a criação de uma alíquota favorecida para profissionais liberais.

Qual a lógica que levou o senhor a acatar essa excepcionalidade?

Braga: A lógica é que o que foi aprovado pela Câmara tributou tão elevadamente essas profissões regulamentadas que o que aconteceria é que elas ou passariam a ser tributadas na pessoa física ou no Simples Nacional, fazendo com que a arrecadação fosse muito menor. Você imagina os desmontes dos grandes escritórios de advocacia, de engenharia, de contabilidade, os grandes consultórios médicos que não estavam atendidos pelo texto que veio da Câmara. Eu não tenho nenhum problema se houver voto para derrotar esse ponto do meu relatório, é uma questão da democracia. Essas questões se resolvem nos votos. Se tem voto no parlamento para derrotar esse artigo eu não faço nenhum cavalo de batalha. Fizemos uma redução de 30% apenas para que nós pudéssemos aumentar a tributação sobre esses grandes escritórios e ao mesmo tempo não permitíssemos que houvesse o desmonte dessas carreiras.

Valor: Pode haver mais exceções?

Braga: Nós colocamos uma trava de carga tributária nesta reforma, exatamente com receio da explosão da alíquota tributária proposta por um modelo que não tem a econometria, não tem métrica comprovada. As exceções que foram incluídas no parecer do Senado foram feitas de forma milimétrica.

Um exemplo é o saneamento básico, que, se fosse mantida a alíquota padrão como veio da Câmara, causaria um desequilíbrio na tarifa de prestação de serviços de saneamento em 5.568 municípios ou teríamos um aumento da conta de água e de esgoto.

Valor: Valor: Mas o senhor acha possível que a lista atual seja mudada ?

Braga: É certo que os segmentos econômicos vão agir das mais diversas maneiras. Mas o relatório que eu apresentei é um texto que tem métrica, que tem equilíbrio, procurou fazer equilíbrio, um critério de que precisava ser um comando que tivesse respaldo na Constituição, encontramos uma resposta. Estamos usando dois indicadores com mandamentos constitucionais.

Valor: O senhor comentou da possibilidade do aumento do fundo regional. Tem alguma outra negociação em curso com a Fazenda?

Braga: Não sou eu que vou defender aumento de fundo. O que eu estou dizendo é que, em conversas com membros da CCJ, estou ouvindo dizerem que gostariam de que o fundo fosse um pouco maior. Essa PEC muda dois fundamentos definitivamente na economia brasileira. A cobrança do imposto deixa de ser na origem, para ser no destino.

E o instrumento de atração de investimentos deixará de ser fiscal e passará a ser orçamentário financeiro.

O único instrumento que os estados terão será o fundo de desenvolvimento regional. E isso não é para 10 anos, é para os próximos 50 anos. Como relator, me vejo na obrigação de externar isso. Eu sinto que há uma conversa de senadores no sentido de que a demanda dos governadores, de R\$ 75 bilhões, que está na carta do Consez, seja estabelecida como uma meta deles nessa busca de encontrar o texto ideal para votar.

Valor: Tem sido bastante criticada a criação de uma alíquota favorecida para profissionais liberais.

Qual a lógica que levou o senhor a acatar essa excepcionalidade?

Braga: A lógica é que o que foi aprovado pela Câmara tributou tão elevadamente essas profissões regulamentadas que o que aconteceria é que elas ou passariam a ser tributadas na pessoa física ou no Simples Nacional, fazendo com que a arrecadação fosse muito menor. Você imagina os desmontes dos grandes escritórios de advocacia, de engenharia, de contabilidade, os grandes consultórios médicos que não estavam atendidos pelo texto que veio da Câmara. Eu não tenho nenhum problema se houver voto para derrotar esse ponto do meu relatório, é uma questão da democracia. Essas questões se resolvem nos votos. Se tem voto no parlamento para derrotar esse artigo eu não faço nenhum cavalo de batalha. Fizemos uma redução de 30% apenas para que nós pudéssemos aumentar a tributação sobre esses grandes escritórios e ao mesmo tempo não permitíssemos que houvesse o desmonte dessas carreiras.

Valor: Pode haver mais exceções?

Braga: Nós colocamos uma trava de carga tributária nesta reforma, exatamente com receio da explosão da alíquota tributária proposta por um modelo que não tem a econometria, não tem métrica comprovada. As exceções que foram incluídas no parecer do Senado

foram feitas de forma milimétrica.

Um exemplo é o saneamento básico, que, se fosse mantida a alíquota padrão como veio da Câmara, causaria um desequilíbrio na tarifa de prestação de serviços de saneamento em 5.568 municípios ou teríamos um aumento da conta de água e de esgoto.

Valor: Valor: Mas o senhor acha possível que a lista atual seja mudada ?

Braga: É certo que os segmentos econômicos vão agir das mais diversas maneiras. Mas o relatório que eu apresentei é um texto que tem métrica, que tem equilíbrio, procurou fazer equilíbrio,

"As exceções que foram incluídas no parecer do Senado foram feitas de forma milimétrica" Eduardo Braga

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231027/>

Políticas fiscais insustentáveis (Artigo)

Gita Gopinath

Gita Gopinath é primeira vice-diretora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI). Copyright: Financial Times

Muita atenção vem sendo dada à política monetária depois da pandemia e da guerra da Rússia na Ucrânia, e com justiça. Mas se as turbulências recentes nos mercados de bônus servirem de sinal, os ventos estão mudando.

Isso exige um foco renovado na política fiscal e, com isso, uma redefinição do pensamento sobre a política fiscal.

Em resposta à covid e à guerra, os governos foram chamados a agir como "garantidores de primeira instância" para seus cidadãos.

Isso acrescentou uma pesada carga fiscal aos níveis já elevados de dívida. Olhando para o futuro, há grandes necessidades de gastos relacionados ao envelhecimento nas economias avançadas, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento (EMDEs, na sigla em inglês) exigem investimentos públicos consideráveis para se alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Em seguida, aumentar os gastos com defesa em meio à escalada das tensões geopolíticas; e depois sobrepor esse quadro ao ressurgimento de políticas industriais com custos elevados. Também não podemos ignorar os enormes recursos públicos necessários para a transição climática.

Somando tudo isso, estimamos que, anualmente, os gastos adicionais acima dos níveis atuais poderão superar 7% do **PIB** (US\$ 6 trilhões) em 2030 nas economias avançadas, e exceder 8% do **PIB** (US\$ 5,3 trilhões) nas EMDEs.

Em qualquer escala, esses números são enormes.

Nos dias tranquilos das taxas de juros mais baixas por mais tempo, os governos podiam financiar seus gastos por meio de empréstimos de baixos custos.

No ambiente atual - em que é politicamente difícil cortar os gastos ou elevar os juros -, os gastos financiados por endividamento ainda podem parecer tentadores.

No entanto, isso seria um grave erro - colocar a dívida

em uma trajetória insustentável enquanto o custo dos empréstimos sobe acentuadamente.

Com níveis de endividamento recorde, juros maiores por mais tempo e as perspectivas de crescimento no nível mais fraco em décadas, uma contenção é necessária - mesmo para os emissores de moeda de reserva. De fato, os EUA têm alguns dos maiores déficits, de 8% este ano e uma média esperada de 7% para os próximos anos. A estas taxas, os pagamentos líquidos de juros do governo nos EUA cresceriam de 8% das receitas (US\$ 486 bilhões) em 2019, para 12% (US\$ 1,27 trilhão) em 2028. Dada a centralidade dos EUA nas condições globais de financiamento, colocar a questão fiscal em ordem é fundamental - para si mesmos e para outros que estão sendo afetados pela alta dos juros e as moedas mais fracas.

Mas os EUA não são o único país que deveria seguir esse conselho.

Embora as especificidades variem, vários princípios de redefinição do pensamento da política fiscal são comuns a todos.

Em primeiro lugar, precisamos repensar o que os governos podem fazer. Eles não podem ser os garantidores de primeira instância em todos os choques. As medidas de apoio à economia na pandemia foram em média de 23% do **PIB** nas economias avançadas e de 10% do **PIB** nos mercados emergentes. As economias europeias gastaram em média 2% do **PIB** para proteger as famílias e as empresas na crise energética do ano passado.

Poucos países têm a capacidade de repetir esses esforços. Dado um mundo mais propenso a choques, reservas fiscais esgotadas precisam ser reconstruídas e aumentadas. Quaisquer respostas futuras a choques deveriam ser melhor orientadas para os mais vulneráveis e serem temporárias por definição. Para várias economias avançadas com populações envelhecidas, as reformas dos direitos são inevitáveis.

Muitas EMDEs precisam reduzir a pegada das empresas estatais, que sobrecarregam os erários públicos e muitas vezes não conseguem cumprir seus objetivos de forma eficaz.

Quanto às políticas industriais, pense num prazo definido e bem orientado para resolver as falhas de mercado e bem governado para evitar o rentismo e a perda de concorrência.

Precisamos ser francos: para muitas políticas industriais, essas condições simplesmente não são cumpridas. Em segundo lugar, as receitas precisam acompanhar os gastos.

Um elemento é estabelecer um limite mínimo para a concorrência fiscal, atenuando o nivelamento por baixo. O imposto corporativo mínimo sob o segundo pilar do acordo de modelo inclusivo da OCDE poderia aumentar as receitas fiscais globais corporativas em mais de 6%. A riqueza também precisa ser taxada de forma eficaz, eliminando-se as brechas nos ganhos de capital e **impostos** sobre propriedades, e por meio da aplicação da lei.

As EMDEs precisam urgentemente aumentar sua base tributária.

Estimamos que elas podem aumentar de forma viável suas relações de **impostos** sobre o **PIB** em algo entre 5 e 8 pontos percentuais, e as economias de baixa renda em 7 a 9 pontos percentuais.

A precificação do carbono precisa estar na mesa de negociações.

Ela pode catalisar e pagar pela transição climática, apoiando ao mesmo tempo os vulneráveis. É importante notar que os países precisam investir em medidas que estimulem o crescimento e ajudem a se pagar, tais como a educação na primeira infância, investimentos em infraestruturas críticas e melhoria da governança.

Em terceiro lugar, os modelos fiscais precisam ser fortalecidos.

Mais de 100 países possuem regras fiscais, mas os desvios são frequentes. Poucos conseguiram conter o endividamento desde a crise financeira global. Isso exige planos convincentes, mais bem integrados aos orçamentos anuais e ancorados em metas de gastos. Eles precisam ser capazes de responder a choques, mas com mecanismos claros para corrigir o não cumprimento. Conselhos fiscais independentes também podem melhorar os mecanismos de controle e equilíbrio.

Estes são tempos difíceis para os decisores políticos. Em meio a choques contínuos, a pressão para entregar apoio social e transformação estrutural é imensa. Fazer isso significa definir prioridades de gastos e aumentar o crescimento, juntamente com um diálogo sério em torno da obtenção de receitas para garantir trajetórias de endividamento sustentáveis. Colocar as questões orçamentais em ordem é essencial para garantir que os governos possam

contribuir para os seus povos.

Com dívidas recordes, juros maiores por mais tempo e perspectivas de crescimento no nível mais fraco em décadas, uma contenção é necessária, mesmo para os emissores de moeda forte. Os EUA terá um dos maiores déficits, de 8% este ano

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231027/>

Economia brasileira surpreende em 2023, mas cenário positivo não deve se repetir no ano que vem

Economia

/
Johnny Negreiros, do R7*

A economia brasileira deve ter um crescimento nada desprezível em 2023. Segundo o Boletim Focus, do BC (Banco Central), a expectativa do mercado é de alta de 2,9%. Porém, economistas de diferentes correntes teóricas têm, no mínimo, dúvidas se esse cenário positivo se repetirá no ano que vem.

"Em 2024, até pelo efeito base de comparação com 2023, o crescimento deverá ser menor", acredita Felipe Salto, economista-chefe da Warren Renascença.

Os especialistas ouvidos pelo R7 concordam que "todo mundo" errou nas previsões para este ano. Por exemplo, Leo Siqueira, doutorando em economia e deputado estadual paulista (Novo), lembra que o Focus indicava crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto), que mede o tamanho da economia de um país, de 0,80%.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

O parlamentar e o economista André Roncaglia ressaltam que o indicador anual até aqui foi puxado pelo desempenho surpreendente do agronegócio no primeiro semestre, quando o setor registrou crescimento de 21% em relação ao mesmo período anterior.

A efeito de comparação, no primeiro trimestre o crescimento de serviços foi de 0,6% e da indústria de 0,1%.

"Esse crescimento não vai se repetir no ano que vem, porque uma parte importante desse crescimento veio

pela consequência da seca na Argentina. O Brasil acabou ocupando uma parte do mercado de exportações argentinas, que tiveram uma pancada forte. Então, eu não sei, eu imagino que no ano que vem a história do setor externo não vai ser tão pujante quanto a desse ano", explica Roncaglia.

O consumo do governo, que turbina o cálculo do **PIB**, também "influenciou a alta do indicador", destaca Leonardo Siqueira. Nos primeiros dois trimestres deste ano, esse item teve crescimento de 0,4% e 0,7%.

Nesse sentido, Roncaglia lembra da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Estouro, aprovada ao final de 2022, que à gestão Lula da Silva ter despesas extras de até R\$ 145 bilhões em 2023.

"A gente teve um pacote muito importante com a PEC da Transição, que gerou o que eu chamo de um bônus fiscal para o governo, em termos de crescimento, que dificilmente vai se repetir no ano que vem, porque vai iniciar, vamos dizer, a prática efetiva do novo marco fiscal", opina André Roncaglia.

Ocorre que gastos públicos geram endividamento do governo, a ser pago pelos pagadores de **impostos**. Isso faz com que especialistas, de uma maneira geral, defendam uma certa cautela com o uso desse artifício.

No Orçamento para 2024 enviado ao Congresso pelo governo federal, há a previsão de zerar a dívida pública primária. Sem contar com os pagamentos de juros de débitos passados, a atual gestão quer ter saldo nulo no ano que vem.

Inclusive, essa tem sido a principal promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para fontes ouvidas pelo R7 e por outros agentes de mercado, a promessa de déficit zero não será cumprida.

Nas contas do próprio governo, cumprir esse objetivo exigiria que a arrecadação tivesse aumento de R\$ 168,5 bilhões em 2024.

Para Cláudia Moreno, economista do C6 Bank, "existe

uma incerteza muito grande se de fato" essa expansão nas receitas vai ocorrer. Ela prevê que, desse total, somente R\$ 100 bilhões se concretizarão.

A previsão do banco para 2024 é de saldo negativo de 0,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto). É a mesma estimativa do Warren Renascença.

Salto e Roncaglia destacam que um crescimento nos próximos anos dependerá dos passos que o governo dará.

"A expansão das taxas de crescimento potencial dependem de uma agenda intensa na área de investimentos em infraestrutura e, em outra frente, dependem de turbinar as exportações", diz Felipe Salto.

Já André Roncaglia pensa que a **reforma tributária** é outro ponto fundamental. Porém, ele teme qual será o texto final eventualmente aprovado.

"A **reforma tributária** acabou sendo muito mais extensa do ponto de vista da sua implementação do que aquilo que havia sido previsto, ela vai começar a ser operada em 2025. Se for aprovada neste ano, né? E há uma elevada incerteza quanto a isso e outros pontos", argumenta.

Ainda, outro ponto de incerteza levantado pelo economista é o da guerra de Israel contra os terroristas do Hamas. Segundo ele e outras fontes ouvidas, um dos impactos do conflito na economia brasileira poderá ser a pressão em cima da **inflação**.

Renan Diego, educador financeiro e consultor no segmento, acredita que, se mais países entrarem na guerra, os preços em território nacional vão encarecer.

Há cada vez mais indícios de que o governo do Irã tenha ajudado o Hamas a iniciar a guerra contra Israel. E, à medida que as evidências se acumulam, aumenta a preocupação de que o governo de Teerã possa se envolver diretamente no conflito no Oriente Médio.

Isso porque o país muçulmano é o único na região a ter arsenal capaz de ameaçar a existência de Israel, incluindo armas nucleares, segundo fontes militares.

"[Se isso acontecer] provavelmente o petróleo vai aumentar muito e outras commodities também. Tudo vai ser influenciado, os alimentos vão ser impactados, porque o petróleo subindo, aumenta a maior parte do transporte alimentar do Brasil, que usa diesel e gasolina, derivados do petróleo", afirma.

Vale lembrar que o diesel é utilizado nos caminhões, responsáveis pela maior parte do transporte de carga

no Brasil. Segundo a CNT (Confederação Nacional do Transporte), 61,1% desse tipo de deslocamento é feito por rodovias.

"Um aumento de preços do petróleo pode levar a um aumento generalizado da **inflação**, pois os custos de produção e transporte aumentam, o que é repassado aos consumidores", explica Victor Arduin, analista de Energia e Macroeconomia da Hedgepoint Global Markets.

Por outro lado, André Roncaglia também acha que o governo de Lula caminha na direção certa ao implementar o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que promete R\$ 260 bilhões em investimentos até 2026.

"Eu compartilho da ansiedade com relação aos efeitos de uma política industrial, mas é um governo que ainda tem dez meses completos, política Industrial é algo que demora bastante tempo. Os resultados devem aparecer em 2025, talvez em 2026", afirma ele.

De forma semelhante, Felipe Salto acredita que medidas de investimentos em infraestrutura do governo federal "parecem estar acontecendo". Isso estaria ocorrendo pela atuação de Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

*Sob supervisão de Ana Vinhas

Relatório da **reforma tributária** é apresentado no Senado nesta quarta (25)

Site: <http://noticias.r7.com/economia/economia-brasileira-surpreende-em-2023-mas-cenario-positivo-nao-deve-se-repetir-no-ano-que-vem-dizem-economistas-27102023>

"Reforma confirma nossa teimosia com o fracasso"

ADRIANA FERNANDES

Marcos Lisboa - PhD em Economia, é ex-presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica no governo Lula 1 e ex-diretor do Itaú

O economista Marcos Lisboa considera que a proposta original de **reforma tributária** está sendo "impressionantemente" deturpada com o tratamento privilegiado que está sendo concedido a diversos setores. Ao Estadão, Lisboa diz que o valor de R\$ 60 bilhões por ano de aporte do governo federal ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é muito alto para o tamanho das dificuldades fiscais do País.

"A reforma confirma a nossa teimosia com o fracasso. As áreas do Nordeste que estão com aumento de renda relevante são aquelas que estão chegando com o agronegócio.

Não foi pelas tradicionais políticas de desenvolvimento regional", avalia Lisboa, ex-presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica no governo Lula 1.

Lisboa critica o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por falar que o valor do fundo é pequeno perante um Orçamento de R\$ 2 trilhões. E afirma que a reforma está sendo capturada pelo tradicional patrimonialismo brasileiro que fala: "veja bem, eu sou especial, não posso pagar **tributos** como os demais".

"É um País onde o oportunismo é remunerado", diz. Lisboa lamenta que a reforma esteja sendo desvirtuada, mas pondera que ela é melhor do que o sistema tributário que se tem hoje. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como avalia as mudanças feitas na proposta de reforma pelo relator no Senado, Eduardo Braga, com mais dez setores e atividades com tratamento diferenciado?

É muito ruim. A gente tem no Brasil uma política, em particular recentemente no Senado, muito permeável a grupos organizados.

Por que profissionais liberais têm de pagar menos **impostos** do que o resto da sociedade? Não tem razão para um escritório de advogado que fatura R\$

30 milhões por ano pagar menos **tributos** do que outras atividades, como também bares e restaurantes, hotéis, agências de turismo. Por que o agronegócio paga menos **impostos**? É um País onde o oportunismo é remunerado.

As negociações da reforma ilustram isso de forma mais transparente?

Ela está preservando o patrimonialismo brasileiro, em que alguns grupos que se organizam de forma mais eficaz pagam menos **tributos** do que os demais.

Não tem nenhuma razão para o setor do agronegócio estar fora da reforma (pela proposta, agronegócio tem tributação reduzida).

Trata-se de um tratamento privilegiado da reforma, como também turismo e aviação (setores que estão em regimes específicos).

A regra de tributação sobre o consumo deveria ser a mesma para todas as atividades produtivas, a mesma alíquota.

O Brasil é um país curioso em que o rico sempre é outro.

Grupos como advogados, médicos, consultorias de economistas, que estão no 0,1% do País, dizem "eu sou classe média" para pagar menos **impostos**.

Como a proposta de reforma pode sair com a votação no Senado e depois novamente na Câmara?

É a minha preocupação. As demais atividades produtivas vão ter de pagar mais **tributos** para dar conta dos benefícios desses grupos organizados.

O aumento do aporte do governo federal de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional não tem fonte de financiamento.

E o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que é um pequeno valor em relação a um Orçamento de R\$ 2 trilhões.

Confesso que eu não entendi a declaração do ministro, porque o Orçamento é muito engessado e

mais de 90% dele está amarrado às despesas obrigatórias.

Então, o que sobra do Orçamento para as despesas discricionárias (não obrigatórias) é uma fração. Estamos falando de R\$ 140 bilhões.

A **reforma tributária** dobra essa aposta?

A reforma confirma a nossa teimosia com o fracasso. A desigualdade regional caiu onde?

No Centro-Oeste. Aí, foi o agronegócio que conseguiu desenvolver e gerar aumento de renda.

As áreas do Nordeste que estão com aumento de renda relevante são aquelas que estão chegando com o agronegócio.

É melhor ter uma reforma assim do que não ter nada?

O sistema atual é absolutamente disfuncional. É uma pena o Brasil perder a oportunidade de fazer uma reforma mais eficaz. Como é que a gente continua nessa agenda de preservar as desigualdades no País? Veja o exemplo da desoneração da cesta básica.

Se tributar a cesta básica e transferir os recursos para o Bolsa Família, a desigualdade de renda cai 12 vezes mais do que desonerar. É muito mais eficaz tributar a cesta básica e devolver o dinheiro. Se de fato você quer defender os mais pobres, tem de defender a tributação da cesta básica e a devolução do imposto pelo Bolsa Família. Se quer defender alguns produtores do agronegócio, que querem pagar menos do que os demais, aí você defende a desoneração da cesta básica.

Mesmo assim, vale a pena aprovar a reforma?

Ela é melhor do que o que nós temos hoje. Mas é uma pena que tenha sido capturada por grandes grupos de interesse.

O ideal seria que toda decisão de consumo pagasse a mesma alíquota do imposto. Esse é o princípio do IVA. À medida que vai criando esses puxadinhos, com regras diferentes para decisões de consumo diferentes, isso vai levando a decisões diferentes e escolhas de investimento ineficientes.

"Não tem razão para um escritório de advogado que fatura R\$ 30 milhões por ano pagar menos **tributos** do que outras atividades. É um País onde o oportunismo é remunerado"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Confira as principais mudanças na reforma tributária no Senado

Publicado em 28/10/2023 - 14:30 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A **reforma tributária** no Senado entrou em uma fase decisiva com a apresentação, na quarta-feira (25), do parecer a ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Entregue pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta, o texto deve ser votado até 7 de novembro na comissão, segundo as estimativas iniciais.

O parecer manteve a maior parte da proposta para simplificar e reformular os **tributos** sobre o consumo, aprovada no início de julho pela Câmara dos Deputados, como a unificação de **tributos** federais na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e dos **tributos** estaduais e municipais no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e a cobrança no destino (local do consumo), com uma regra de transição longa para os **tributos** regionais e rápida para os **tributos** federais.

O texto, no entanto, trouxe alterações. De 663 emendas apresentadas no Senado, Braga acolheu, parcialmente ou totalmente, 183. As principais foram a criação de uma trava para a carga tributária (peso dos **tributos** sobre a economia), a revisão periódica dos **setores** incluídos em regimes específicos de tributação, a ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e a inclusão de serviços de profissionais liberais na alíquota reduzida de CBS e de IBS.

Confira as principais mudanças:

Trava

Teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo;

Atualmente, esse teto corresponderia a 12,5% do **PIB**;

A cada 5 anos, seria aplicada uma fórmula que considera a média da receita dos **tributos** sobre consumo e serviços entre 2012 e 2021;

Fórmula será calculada com base na relação entre a receita média e o Produto Interno Bruto (**PIB**, bens e serviços produzidos no país);

Caso o limite seja superado, a alíquota de referência terá de cair;

Redução seria calculada pelo Tribunal de Contas da União, baseado em dados dos entes federativos e do futuro Comitê Gestor do IBS.

Regimes diferenciados

Inclusão dos seguintes setores em regimes diferenciados de tributação:

- operações relativas a tratados internacionais;
- saneamento e concessão de rodovias;
- compartilhamento de serviços de telecomunicações;
- agências de viagem e turismo;
- transporte coletivo rodoviário (intermunicipal e interestadual), ferroviário, hidroviário e aéreo.

Retomada dos benefícios fiscais ao setor automotivo até 2025:

- em julho, a Câmara havia rejeitado prorrogação de incentivos;
- benefícios seriam convertidos em crédito presumido da CBS, crédito que dá direito a desconto no pagamento de **impostos** futuros.

Revisão a cada 5 anos dos regimes especiais:

- setores beneficiados deverão seguir metas de desempenho econômicas, sociais e ambientais;
- dependendo da revisão, lei determinará regime de transição para a alíquota padrão.

Manutenção dos produtos e insumos agropecuários entre itens com alíquota reduzida.

Profissionais liberais

Serviços prestados por profissionais liberais - como advogados, médicos, dentistas, arquitetos e demais profissionais do tipo - terão desconto de 30% na alíquota;

Na prática, a mudança beneficia apenas empresas, escritórios e clínicas que faturem mais de R\$ 4,8 milhões por ano. Isso porque a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional.

Cesta básica

Restrição do número de produtos com alíquota zero, com desmembramento em duas listas:

- cesta básica nacional, com alíquota zero, e caráter de enfrentamento à fome;
- cesta básica estendida, com alíquota reduzida para 40% da alíquota padrão e mecanismo de cashback (devolução parcial de dinheiro);
- cesta nacional poderá ser regionalizada, com itens definidos por lei complementar.

Cashback na conta de luz

Devolução obrigatória de parte dos **tributos** na conta de luz para família de baixa renda;

Ressarcimento ocorreria no momento da cobrança, entrando como desconto na conta de luz;

Detalhes a serem regulamentados por lei complementar.

Imposto seletivo

Cobrança sobre produtos que gerem danos à saúde ou ao meio ambiente;

Alíquotas definidas por lei;

60% da receita vai para estados e municípios;

Princípio da anualidade: cobrança só poderá começar no ano seguinte à sanção da lei;

Imposto regulatório: não tem objetivo de arrecadar, mas regular mercado e punir condutas prejudiciais;

Produtos:

- possibilidade de cobrança sobre combustíveis;
- alíquota de 1% sobre extração de recursos naturais não renováveis, como minério e petróleo;
- cobrança armas e munições, exceto as usadas pela administração pública;

Exclusão da incidência sobre:

- telecomunicações;
- energia;
- produtos concorrentes com os produzidos na Zona Franca de Manaus.

Zona Franca de Manaus

A Câmara tinha incluído o imposto seletivo sobre produtos concorrentes de fora da região para manter competitividade da Zona Franca;

Relator trocou o imposto seletivo por Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

Fundo que ajudará o desenvolvimento de regiões de menor renda;

Aumento da verba de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões anuais;

Transição para o aumento:

- Fundo começaria com aportes de R\$ 8 bilhões em 2029 até chegar a R\$ 40 bilhões no início de 2034;
- Em 2034, aportes subiriam R\$ 2 bilhões por ano até atingir R\$ 60 bilhões em 2043.

Divisão dos recursos:

- 70% pelos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- 30% para estados mais populosos.

Limites a unidades da Federação

Mantido artigo incluído de última hora na Câmara que autoriza estados e Distrito Federal a criar contribuição sobre produtos primários e semielaborados para financiar infraestruturas locais;

Restrições:

- Permissão apenas a fundos estaduais em funcionamento em 30 de abril de 2023
- Com a regra, apenas Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará poderão manter contribuição;
- Contribuição só poderá ser cobrada até 2032, para evitar nova guerra fiscal.

Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais

Seguro-receita para compensação da perda de arrecadação dos entes federativos com o fim de incentivos fiscais sobe de 3% para 5% do IBS;

Mudança atende a pedido dos estados;

Critérios de repartição:

- estados e municípios com maior perda relativa (em termos percentuais) de arrecadação;

- receita per capita (por habitante) do fundo não pode exceder três vezes a média nacional, no caso dos estados, e três vezes a média dos municípios de todo o país, no caso das prefeituras.

Comitê Gestor

Encarregado de gerir a cobrança e a arrecadação do IBS, Conselho Federativo foi rebatizado de Comitê Gestor;

Órgão passará a ter caráter exclusivamente técnico, assegurando divisão correta dos recursos, sem capacidade de propor regulações ao Legislativo;

Presidente do Comitê Gestor terá de ser sabatinado pelo Senado.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Confira as principais mudanças na [reforma tributária](#) no Senado

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-10/confira-principais-mudancas-na-reforma-tributaria-no-senado>

Veja ponto a ponto da reforma tributária e entenda a corrida para aprovar o texto até o fim do ano

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O Congresso organiza um esforço concentrado para aprovar até o fim deste ano a **reforma tributária**. O texto ainda está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e, se aprovado no colegiado, vai precisar passar pelo crivo dos senadores em plenário. Como sofreu modificações em relação ao texto da Câmara, a matéria ainda será reanalisada pelos deputados. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o texto deve ficar indo e voltando de uma Casa a outra até que haja consenso. Ainda assim, a avaliação geral dos parlamentares é de que o prazo é viável.

"A **reforma tributária** é a maior das prioridades de nosso governo. É nossa determinação terminarmos o ano dando fim à balbúrdia tributária que é o sistema brasileiro", afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Ele detalhou a expectativa de levar o tema a plenário logo após aprovação, entre 7 e 8 de novembro, o que possibilitaria a votação final no Senado antes de 15 de novembro, para que, na segunda quinzena do mês, as mudanças sejam confrontadas na Câmara. "Estamos muito otimistas de terminarmos o ano com a promulgação", completou Randolfe.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já deu sinais de que vai dar rapidez para emplacar o tema. "Uma vez votado na CCJ, vamos mandar imediatamente para o plenário do Senado. Acredito que no mês de novembro conseguimos votar tanto na CCJ quanto no plenário. É uma reforma muito aguardada pela sociedade", afirmou.

O parecer do relator no Senado, Eduardo Braga

(MDB-AM), foi lido na quinta-feira (26). "Agora é a conversa política, com as lideranças, as bancadas e, paralelamente, com a Câmara. É o exercício político, pois a parte técnica já aconteceu", destacou Braga, ressaltando que o intervalo até a votação na CCJ servirá para analisar novas emendas e incorporá-las ou não ao parecer.

Paralelamente ao cronograma de análise, as discussões são levadas por Braga ao relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), como uma forma de alinhar os pontos e acelerar a tramitação quando chegar a vez de os deputados reanalisarem a proposta. A jornalista, Ribeiro disse que há pontos no novo relatório que, quando chegarem à Câmara, serão avaliados, mas que acredita na aprovação final do texto até o fim do ano.

Ao todo, Braga já analisou mais de 600 emendas ao texto durante a discussão da matéria no Senado. Da forma como está, o Ministério da Fazenda avalia que a reforma vai gerar um crescimento adicional da economia estimado entre 12% e 20%, em um período de dez a 15 anos. Isso significa em média R\$ 470 de renda a mais por mês para cada brasileiro.

Na avaliação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o relatório de Braga "tem a robustez necessária para ser aprovado em 15 dias". "Quem sabe a Câmara possa sacramentar a **reforma tributária**, uma vez que ela vai ter que se debruçar sobre a alteração do Senado, e o presidente Pacheco possa promulgar, finalmente, depois de 40 anos, a **reforma tributária** tão almejada", especulou.

Luce Costa/Arte R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Caso seja aprovada em 2023 no Congresso, é somente no próximo ano que ocorrerão as votações de leis complementares que vão regulamentar a reforma . A definição das alíquotas, itens a serem incluídos na cesta básica para receberem a isenção total e produtos que terão imposto seletivo aplicado são temas que ainda precisarão ser resolvidos.

"Estamos preparando um conjunto de leis complementares que vão desdobrar os princípios da **reforma tributária**, para que ela produza efeitos nos prazos que estarão previstos na Constituição [com a aprovação da PEC da reforma]", afirmou Haddad.

A infraestrutura do novo sistema deve ser montada em 2025. A partir de 2026, começa a transição de **impostos** até 2033, quando sobrarão apenas os novos **impostos** previstos na reforma: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.

O texto prevê uma verba de R\$ 60 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional e uma trava para a carga tributária, além de um regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, engenheiros, contadores e médicos.

Arte/R7 - 27.10.2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Outra novidade é a previsão de uma trava para a carga tributária. "É uma equação móvel, que vai auferindo a carga tributária e apontando o seu tamanho. Se exceder, no ano subsequente haverá correção da alíquota", explicou o relator, que descartou trazer no texto um teto em relação à alíquota. O objetivo do limite é garantir que não haja aumento dos **tributos** para nenhum setor da economia.

Em relação às alíquotas, está prevista a cobrança reduzida dos **tributos** sobre serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário e metroviário; produtos e insumos agropecuários; e produtos de limpeza, cuidado básico à saúde menstrual e higiene pessoal consumidos por famílias de baixa renda.

O relatório também propôs a desoneração de máquinas e equipamentos; a redução dos poderes do Conselho Federativo, transformando-o em um comitê gestor; e limitações ao Imposto Seletivo. Também há previsão de dois tipos de cesta básica: a nacional, que terá alíquota zerada, e a estendida, com cobrança de 40% da alíquota e estimativa de "devolução dos valores recolhidos apenas às famílias de baixa renda".

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/veja-ponto-a-ponto-da-reforma-tributaria-e-entenda-a-corrída-para-aprovar-o-texto-ate-o-fim-do-ano-26102023>

Bahia e SP terão as maiores fatias de fundo regional

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES

Se prevalecer a regra de divisão proposta pelo relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), São Paulo receberá anualmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) cinco vezes mais do que o Mato Grosso do Sul.

O Estado do Centro-Oeste está no fim da fila, com o Distrito Federal, entre os 27 beneficiários do bilionário fundo de desenvolvimento que será criado com a **reforma tributária**. Lideram o ranking, feito com base em dados de 2023, Bahia (8,10%), São Paulo (7,21%), Minas Gerais (6,45%), Pernambuco (6,03%) e Ceará (5,75%).

O fundo será bancado com recursos do governo federal e, no auge, vai receber R\$ 60 bilhões por ano. Ele foi criado com a ideia de ajudar os Estados a bancar investimentos em infraestrutura e educação como forma de atrair empresas.

A tabela com a divisão dos recursos para cada ente da Federação, à qual o Estadão teve acesso na quinta-feira, gerou preocupação entre secretários estaduais de Fazenda e governadores. A reportagem apurou que o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), telefonou para senadores horas após a divulgação do relatório de Eduardo Braga para demonstrar preocupação.

O capixaba Renato Casagrande (PSB) e o mato-grossense Mauro Mendes (União Brasil) também se dizem contra a divisão proposta, e começaram a se articular para tentar alterar os critérios de distribuição.

"Eu reputo este relatório desconectado da realidade tributária e da realidade econômica do País", disse o governador Mauro Mendes. "Como as regiões mais desenvolvidas recebem mais dinheiro do que as regiões menos desenvolvidas?"

Isso é fundo de desenvolvimento regional? Isso é um absurdo, contraria o conceito do próprio nome do fundo." Mendes argumenta que a demanda por infraestrutura nova em Mato Grosso é muito maior do que em São Paulo.

"Todas as estradas estaduais paulistas estão asfaltadas; eu tenho 25 mil quilômetros de rodovias

para asfaltar em Mato Grosso", disse.

Em seu relatório, Braga adotou o Fundo de Participação dos Estados (FPE) para distribuir 70% dos recursos. A parte restante (30%) será dividida segundo o tamanho da população.

Em relatório distribuído a clientes da XP, o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, afirma que a fórmula do FPE tem problemas. "A fórmula do FPE é inconsistente e poderia ser melhorada. Se o mesmo critério for usado também para o FNDR, o montante de dinheiro envolvido crescerá, ampliando a resistência dos beneficiários a mudar os critérios. Deveria ser aproveitado o momento de criação do FNDR para rever a partilha do FPE, melhorando a alocação dos dois fundos." Em seu relatório, Braga argumentou que o FPE tem, em sua fórmula, critérios que beneficiam mais os Estados mais pobres e que, para compensar os mais populosos, que recebem menos pelo FPE, atribuiu 30% da verba do FNDR aos Estados com maior população. Isso fez com que São Paulo aparecesse no topo da lista. "Mesmo Estados mais ricos, se forem muito populosos, terão um contingente populacional em situação de vulnerabilidade não desprezível, quando mensurado em termos absolutos", afirmou.

Diferenças Enquanto a Bahia terá 8,1% da parcela anual dos R\$ 60 bilhões, o MS ficará com 1,4%

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator limita taxaço e contraria Centro-Oeste

MARIANA CARNEIRO

A proposta de **reforma tributária** que tramita no Senado, elaborada pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), inviabilizou a cobrança de **impostos** pelos Estados sobre as exporta es de grãos, produtos primários e semi-elaborados. Essa taxaço havia sido negociada pouco antes da vota o na Câmara, para atender aos Estados do Centro-Oeste, mas acabou travada no Senado.

Em seu texto, Braga assegurou a validade da cobrança somente até 2032, justamente quando o ICMS (imposto estadual) deixa de existir. Na versão aprovada pela Câmara, a cobrança vigoraria até 2043 para quatro Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará.

O Estadão apurou que o prazo mais curto foi resultado da resistência de senadores de outros Estados em autorizar a cobrança. Grandes exportadores também se mobilizaram contra a medida.

Os governadores do CentroOeste, contudo, já contam com ela até 2032 e não veem eficácia no prazo de validade mais curto estipulado por Braga. "  uma engan o. Se não escrever nada, (a tributa o) vai vigorar até 2032, porque enquanto existir o ICMS, e ele existirá até 2032, esse imposto poderá ser cobrado", diz o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (Un o).

PRIVILÉGIOS TRIBUTÁRIOS. A decisão irritou os governantes dos Estados do Centro-Oeste, que já estão insatisfeitos com a divisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - pelas regras de rateio, eles ficaram no fim da fila.

Em entrevista ao Estadão, Mendes afirmou que as duas decisões combinadas v o "destruir" o Mato Grosso, uma vez que os Estados produtores terão perdas com a mudança da arrecada o dos **impostos** da origem, como é hoje, para o destino de consumo das mercadorias, um dos pilares da **reforma tributária**.

"Como pode o relator colocar grandes privilégios tributários para Manaus (Braga   do Amazonas) e querer acabar com um programa de desenvolvimento regional que existe há anos?", perguntou Mendes. "O

agronegócio exportador não vai pagar absolutamente nada de imposto no País, em nenhum Estado. Você acha justo que o agronegócio não pague nem o ICMS do diesel e use as estradas que serão mantidas com o imposto dos outros?" O governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), disse que uma saída para o impasse   que Braga deixe explícito, no texto da reforma, que a arrecada o da cobrança hoje feita pelos Estados do Centro-Oeste seja computada na base de cáculo do que eles vão receber do futuro IBS (que vai unificar o ICMS e o ISS). Dessa forma, diz Riedel, o dinheiro continuará entrando no caixa do Estado.

O IBS terá a arrecada o centralizada e depois dividida entre os Estados. O cáculo sobre quanto cada um vai receber terá como base a média da arrecada o entre 2024 e 2028.

"Aí passa a ser uma questão do gestor do momento. Nós recebemos todo o dinheiro hoje do fundo de infraestrutura e direcionamos para investimentos. Quem gerir o orçamento do Estado (no futuro) vai ter que ter a responsabilidade de direcionar para investimentos. Mas você não perde a receita", disse.

INJUSTA. Sobre o rateio do FDR, Riedel disse que considera a op o de Braga "extremamente injusta" e que já articula com governadores de outros Estados, inclusive Santa Catarina e Espírito Santo, uma fórmula alternativa. A divisão proposta pelo relator distribui 70% pelo critério do FPE (Fundo de Participa o dos Estados) e 30% pelo tamanho da popula o. Riedel advoga que uma fatia de 20% a 30% do fundo seja distribuído igualmente entre os Estados da federa o.

"Nosso Estado é um dos últimos no FPE porque tem baixa popula o e **PIB** per capita alto. Mas isso não nos tira a necessidade de um grande aporte de investimentos para tornar o Estado cada vez mais competitivo", disse Riedel, afirmando ainda que irá defender que o valor total do FDR seja elevado de R\$ 60 bilhões para R\$ 75 bilhões.

"Mais fácil a União absorver mais R\$ 15 bi por ano do que os Estados abrirem mão de um percentual disso para o seu desenvolvimento", disse

"Como pode o relator colocar grandes privilégios tributários para Manaus e querer acabar com um

programa que existe há anos?" Mauro Mendes
Governador de Mato Grosso

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária: exceções reduzem efeito positivo, afirma Appy

RENAN MONTEIRO

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, avaliou que o efeito positivo do projeto sobre a economia foi reduzido para 75% após as exceções - ou regimes diferenciados - inseridas na Câmara e no Senado. Segundo ele, sem esses benefícios a setores específicos, a mudança no sistema tributário poderia diminuir em 90% as distorções existentes atualmente.

Appy avalia como positivo, "no geral", o relatório da proposta apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDBAM) esta semana. Ele acredita que as concessões foram feitas para criar um ambiente propício à aprovação do texto no Senado: - O efeito da reforma sobre o **PIB** resolveria 90% dos problemas. Agora, resolve 75% dos problemas.

Ainda é um efeito muito positivo em relação ao sistema atual. A avaliação, no geral, é positiva. Obviamente, quanto mais exceções se coloca, pior.

A Fazenda ainda avalia os efeitos das mudanças previstas no relatório, mas descarta uma alíquota padrão de 30%. Quanto mais exceções, maior será a alíquota padrão.

- O senador Braga fez algumas limpezas e introduziu novas exceções. Se vai ter mais ou não, isso é uma questão que depende do diálogo com o Congresso. Se a gente tomar por base as hipóteses que foram feitas pela Fazenda, que estimava uma alíquota padrão entre 25,5% e 27%, com o que foi introduzido no Senado, não chega a 30% - disse Appy.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que Lira quer, Lira consegue (Editorial)

O presidente Lula da Silva, mais uma vez, não conseguiu ou não quis se esquivar da cobiça do Centrão, em particular do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por recursos e cargos federais. Ao que parece, cedo ou tarde, o que Lira quer, Lira consegue, o que revela uma relação totalmente desequilibrada entre o Legislativo e o Executivo. Até quando? A pergunta, claro, é retórica. Enquanto Lira estiver aboletado na cadeira de presidente da Câmara e, portanto, detiver o poder de definir o rumo da agenda legislativa, é assim que a banda tocará em Brasília.

O alvo da vez foi a presidente da Caixa, Rita Serrano, tida como uma profissional da cota pessoal de Lula.

Se esse foi o destino de alguém tão ligado ao presidente da República, outros sem essa proximidade, por mais competentes que sejam, devem se preparar para o pior. Ademais, a demissão da sra. Serrano, a terceira mulher sacrificada por Lula no altar de suas conveniências políticas, revela de uma vez por todas que a paridade de gênero tão vocalizada pelo petista durante a campanha não tinha nada de política pública séria; era só oportunismo eleitoral.

O Centrão não parará por aí. A demanda da hora é toda a direção da Caixa, não só a presidência do banco. Mas amanhã será outra. Eis a dimensão do problema que Lula tem de resolver, pressupondo-se, é claro, que o presidente esteja disposto a isso. Não há no horizonte próximo, isto é, até o fim do mandato de Lira à frente da Câmara, uma linha de corte que se possa vislumbrar como um ponto de equilíbrio nessa relação entre o Legislativo e o Executivo, que não raro chega às raias da chantagem. Não haverá um momento em que o Centrão dar-se-á por satisfeito e, enfim, passará a entregar os votos de que o governo precisa para aprovar projetos de seu interesse sem mais nada em troca.

É verdade que, tão logo foi anunciado o nome do preposto de Lira no comando da Caixa, Carlos Antônio Vieira Fernandes, a Câmara aprovou por folgado placar (323 a 119) o projeto de tributação dos fundos offshore, uma das medidas que o governo considera essenciais para a condução de sua política econômica. Outras matérias importantes, para o governo e para o País, como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, também foram aprovadas pelos deputados. Porém, cada aprovação exigiu esforços pontuais do governo. Novas votações, portanto, implicarão novas barganhas, só não se sabem quais.

A razão para esse estado lamentável do que um dia já foi classificado como "presidencialismo de coalizão", por pior que seja para o País, é relativamente simples de ser entendida: não há um projeto estratégico para o País que una o governo e o Congresso em pontos de consenso sobre os quais dar-se-iam as trocas republicanas entre o Executivo e os parlamentares.

Assim são formadas coalizões de governo democráticas, republicanas.

Nada há de imoral na troca de cargos e na abertura de acesso a recursos do Orçamento, em particular por meio de emendas parlamentares, em troca da chamada governabilidade se essa relação não se desvia do interesse público. No entanto, há pouca gente ingênua o bastante no País para achar que todo esse interesse de Lira e seu grupo político em abarrotar de aliados a Caixa, alguns Ministérios, agências reguladoras e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), entre outros órgãos federais, tem alguma coisa remotamente associada ao melhor interesse público. Ora, tudo faz parte de um sistema muito bem montado e gerido para usar essas posições na administração pública como meio de obtenção de poder e recursos financeiros, e não necessariamente para corrupção.

A manipulação eleitoral desses ativos, valiosíssimos, tende a favorecer os que já detêm mandato eletivo, perpetuando os membros do grupo no poder, o que retroalimenta uma engrenagem que se revela como um fim em si mesma. Quando o interesse nacional se coaduna com o interesse desses cupins da República, muito bem; quando não, o País que se dane.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer acelerar o trâmite da tributária

»»**Edla Lula**

O governo vai propor a simplificação do rito de tramitação na votação da **reforma tributária** no Senado. Como se trata de proposta de emenda constitucional (PEC), a matéria teria que ser aprovada por três quintos dos membros da Casa, em dois turnos de votação - respeitando o tempo regimental de cinco sessões entre uma votação e outra.

Os líderes do governo acreditam que conseguirão a compreensão da oposição sobre acelerar a tramitação da matéria. Isso porque a intenção do Palácio do Planalto é que o texto siga para apreciação dos deputados até 15 de novembro, a fim de que seja promulgada em dezembro.

O relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou o parecer sobre a reforma na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas, devido a um pedido de vista coletiva, a proposição só será votada no colegiado em 7 de novembro.

O texto passará imediatamente à votação em Plenário, seguindo, depois, para a Câmara.

Isso não quer dizer, porém, que o texto a ser votado na CCJ seja exatamente o mesmo apresentado por Braga. Setores afetados pelas mudanças propostas no sistema tributário vêm deixando claras as insatisfações com o relatório elaborado pelo senador.

A Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMS), por exemplo, trabalhará para excluir da proposta o artigo 136. O trecho estabelece contribuições sobre produtos primários e semielaborados para os fundos estaduais de financiamento da infraestrutura.

Ao Correio, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ex-ministro Raul Jungmann, afirmou que os integrantes da FPMS - entre os quais seu vice-presidente, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) - articulam a supressão do artigo, que "vai na contramão de tudo o que a **reforma tributária** está propondo, como a não cumulatividade e a não incidência sobre as exportações. Está tirando competitividade de um dos principais setores de exportação do Brasil".

"Imposto do veneno" Outro dispositivo criticado por Jungmann é a incidência do imposto seletivo sobre

mineração.

"Essa taxaço foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde - por isso se chama "imposto do veneno". Não é aplicável à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética", advertiu.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis. A proposta estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação".

Representa que poderá alcançar vendas internas e externas, o que é visto como um contrassenso.

"O texto é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações", observa Jungmann, que também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties.

"Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões", observa.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também manifestou preocupação com alguns pontos da proposta de Braga. Entre os pontos, está a ampliação do número de setores contemplados com alíquotas reduzidas de imposto. "A ampliação das exceções implica crescimento da alíquota-padrão do IBS e CBS, prejudicando todas as atividades econômicas sujeitas ao regramento geral e, evidentemente, seus consumidores", diz trecho da nota divulgada pela CNI.

"Essa taxaço foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde - por isso se chama "imposto do veneno".

Não é aplicável à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética"

Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5205/27-10-2023.html?all=1>

"Sabíamos que haveria exceções na reforma"

»»DENISE ROTHENBURG »»CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA »»ROSANA HESSEL

»»Entrevista | Fernando Haddad | Ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita que o Congresso Nacional "está vestindo a camisa do Brasil" ao aprovar medidas importantes na pauta econômica.

Um dia depois da aprovação, na Câmara, dos projetos de lei sobre taxação dos super-ricos e das empresas offshore - imediatamente após a demissão de Rita Serrano da presidência da Caixa -, Haddad vê com confiança os avanços no Legislativo. Um dos ministros mais articulados com o Congresso, Haddad se diz satisfeito com o encaminhamento da **reforma tributária** no Senado, apesar do grande número de exceções. Em entrevista ao Correio, o chefe da Fazenda afirma ser fundamental corrigir uma sucessão de erros, acumulados nos últimos 10 anos, que corroeram a base fiscal do Estado. Sem querer fazer um "cavalo de batalha" com o Banco Central, Haddad observa ainda a discrepância entre uma taxa de juros a 12,75% para uma **inflação** anual abaixo de 5%. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo conseguiu destravar a pauta econômica na Câmara, coincidência ou não, depois das mudanças no comando da Caixa. A missão foi cumprida?

Estamos um pouco longe de a missão estar cumprida, por uma série de desafios que estão colocados, internos, mas, sobretudo, externos. Houve uma deterioração do cenário internacional.

As taxas de juros norte- americanas são uma preocupação grande do mundo inteiro.

Felizmente, o Brasil não é um país endividado em dólar. Até alguns anos atrás, não se imaginava que as taxas de juros internacionais fossem chegar a esse patamar. Além disso, há uma desaceleração importante da Ásia. Isso tem reflexos, porque tem uma espécie de superprodução que está sendo desovada no mercado internacional de vários bens e serviços. Então, você tem uma produção asiática que não está sendo consumida internamente e está sendo despejada no mundo. E duas guerras. Então, é um cenário internacional muito desafiador.

E no Brasil?

Do lado doméstico, estamos tendo uma queda de arrecadação em virtude da taxa de juros. Hoje, estamos com ela em 12,75%.

Se você pegar a taxa real de juros (descontada a **inflação**) praticada no Brasil, ela está no campo da retração econômica. É contracionista.

E o terceiro trimestre virá com indicadores preocupantes.

Estamos falando de algo em torno de zero de crescimento.

Isso também preocupa, porque está afetando as receitas e acaba impactando o plano de voo que tínhamos traçado no começo do ano. Tudo isso é muito desafiador.

Há algo positivo nesse cenário?

O lado bom dessa história é que o Congresso está vestindo a camisa do Brasil e está botando a agenda para andar. Fomos muito bem-sucedidos nas votações do primeiro semestre. E o que eu disse e repito é que eu gostaria de ter um segundo semestre tão bom quanto o primeiro do ponto de vista da relação com o Congresso.

E tenho falado com o presidente (da Câmara, Arthur Lira e o presidente (do Senado, Rodrigo) Pacheco semanalmente, às vezes, diariamente.

O senhor, esta semana mesmo, teve uma reunião longa com Lira.

Foram duas horas de reunião.

Também estive com o presidente Pacheco, que também está muito solícito. Tenho falado da gravidade da situação, da necessidade de continuarmos a procurar blindagem para proteger a economia brasileira desses eventos. Tenho falado também com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Eles próprios reconhecem que a taxa de juros está contraindo a atividade econômica, e tenho levado isso ao conhecimento deles desde março. Quando estava todo mundo eufórico com o **PIB** do primeiro trimestre deste ano, eu fui uma das únicas vozes que falou: "Não vamos nos iludir, nós vamos ter um período difícil se não mudarmos a política econômica".

Que fatores contribuíram para essa situação?

Nós tivemos, em 2017, dois eventos disruptivos a que os analistas de mercado prestaram pouca atenção. O primeiro foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de retirar da base de cálculo do PIS-Cofins o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Isso foi uma hecatombe na **Receita Federal**, que está produzindo efeitos até agora. Ontem (quarta-feira), tivemos uma perda de R\$ 3,8 bilhões na Justiça, de compensação de PIS-Cofins, de uma decisão tomada em 2017.

O segundo evento foi a derrubada do veto à Lei Complementar 160 (que tratava da cobrança de imposto de incentivos de ICMS). Aí foi o Congresso, o que causou um prejuízo de R\$ 50 bilhões ao ano. A Medida Provisória 1.185 visa reparar isso.

Não é esse o ponto que o Congresso está com dificuldade em aprovar?

Tudo tem dificuldade. O (projeto de lei que taxa) fundos exclusivos e offshore, até outro dia, não ia passar. O projeto de lei do **Carf** e a **reforma tributária**, até outro dia, não iam passar. Então, se a gente olhar para o bicho e ficar com medo, não enfrenta o bicho. O bicho está aí. E vamos explicando, conversando, porque isso é natural, isso é da democracia. A reação é natural, algo do tipo "não conheço o assunto, não quero". Aí, você vai explicando, mostra o que aconteceu, (alerta que, se não aprovar,) vai ser ruim para o Brasil. Não é a Fazenda que está em jogo, é o Brasil.

São 10 anos criando distorções no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A única coisa comum entre esses três Poderes era essa, criar distorções. Agora nós estamos no momento de conciliação dos Poderes para, justamente, rever essas distorções em proveito do desenvolvimento do país. propostas aprovadas na Câmara não ficaram exatamente como a Fazenda defendia. O senhor ficou satisfeito?

Reforma tributária, Carf, fundos, offshore, tudo isso envolve negociação, tem muitos interesses que se colocam. Temos uma cultura de rico não pagar imposto, mas isso é uma coisa histórica no Brasil, não é culpa desta legislatura ou deste governo. É algo que tem 500 anos. Então, os **impostos** sempre recaíram sobre os mais pobres. E o que nós falamos, desde o começo, é que o ajuste fiscal necessário tinha que começar pelo gasto tributário, cortando o gasto tributário. Porque são benefícios que foram dados e nunca retirados e que não trouxeram desenvolvimento para o país. Não geraram emprego, não geraram riqueza, não geraram inovação. As desigualdades só aumentaram.

Em que momento tomamos esse caminho errado?

Há 10 anos, nós estamos tomando medidas, acreditando que elas proporcionariam mais crescimento, e isso não aconteceu.

Nós tomamos o caminho errado. É preciso rever esse caminho.

Desapareceu do noticiário o compromisso com o equilíbrio das contas. E desorganizouse o Estado brasileiro, incluindo o teto de gastos, que mais desorganizou do que organizou. Criou uma panela de pressão de gastos reprimidos e, por baixo disso, desonerando **impostos**, porque, da maneira como o teto estava estabelecido, você corroía a base fiscal do Estado. A política pública no Brasil virou a corrosão da base fiscal do Estado. Então o gap, em vez de diminuir, aumentou.

É isso que acabou acontecendo.

O que tem sido feito para mudar esse quadro?

Desde dezembro do ano passado, tudo o que eu tenho feito é esclarecer à opinião pública o que aconteceu, com dados. Nós temos que rever essa estratégia de desenvolvimento. Ela está errada.

O novo marco fiscal é a combinação do que tinha de virtude na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), mas corrigindo seus defeitos, como, por exemplo, não ter mecanismos anticíclicos.

Do lado do teto de gastos, levar em consideração que uma regra de gasto é importante, mas não aquela. Aquela acabou gerando um desencontro de contas. Então, à luz da experiência internacional e dos erros cometidos no passado recente, nós procuramos apresentar um marco fiscal sustentável. E, na minha opinião, os parâmetros da medida da lei complementar estão em ordem. Mas eles têm que vir acompanhados da correção das distorções tributárias.

Quais são as correções tributárias mais urgentes?

São essas que estamos encaminhando agora. Mas não é porque uma lei vai para o Congresso que nós paramos de trabalhar e ficamos na arquibancada, aguardando a solução do problema.

A turma está trabalhando diuturnamente, desde dezembro do ano passado, mapeando os problemas.

E a **reforma tributária**? Já tem muito especialista reclamando que essa reforma está criando muitas exceções e está sendo desvirtuada.

Nós fizemos a conta do que ela implica. Sabíamos que haveria exceções. O Brasil não vai sair de um padrão onde só tem exceção - não tinha regra, portanto - para um mundo em que não há exceção. Essa migração estava mais ou menos na nossa conta. O número de exceções está excessivo para um país que tem o sistema tributário em ordem. Para um país caótico como o Brasil, é uma transição que, inclusive, impõe no texto constitucional a obrigatoriedade de revisão das exceções a cada cinco anos, para saber se elas estão ou não produzindo os resultados pretendidos.

Então, eu creio que nós estamos no bom caminho.

Então, se aprovar do jeito que está, já é um avanço?

Eu não tenho como negar que Baleia Rossi, Aguinaldo Ribeiro, Eduardo Braga foram parceiros do país na interlocução com a Fazenda para chegar a esse resultado.

Sei de todos os constrangimentos que eles passaram.

As pressões são medonhas, enormes e de gente conhecida.

Porque a população que está lá, acordando às quatro da manhã, não vem aqui no Congresso pedir nada, né? Eu sei como funciona, vocês sabem também. Eles foram muito resilientes e republicanos na conversa conosco.

O senhor mencionou três parlamentares, nenhum deles do PT. Como avalia o trabalho do partido?

O PT está fechadíssimo. O PT não relatou, não foi escolhido, mas aí culpa não é do PT. O Rodrigo Pacheco escolheu de comum acordo o Eduardo Braga, que é uma bela figura. E o Aguinaldo já tinha sido relator da PEC 45, na legislatura anterior. Não tinha nem como eu pedir para ser outra pessoa. E não é ruim não ser do PT o relator, porque, na verdade, é um projeto de país.

O Bernard Appy sempre falava de um crescimento no **PIB** potencial de, no mínimo, 12% até 20%. Com essas mudanças, qual será o impacto da reforma?

Tem um conjunto grande de exceções, e elas terão que ser revistas ao longo dos anos, mas eu acredito que não chegaram a comprometer o que se espera dessa reforma, que é criar um ambiente de negócios muito mais favorável. Ela é necessária para aumentar os investimentos no Brasil.

O senhor acha que pode ser mais de 12%?

É difícil estimar. Mas basta dizer que, no último estudo

do Banco Mundial, de 190 países avaliados, o sistema tributário brasileiro ficou na posição 184. Todo investidor estrangeiro aponta duas questões como um problema para investir mais no Brasil. Um é o sistema tributário.

E o outro, a volatilidade cambial.

Temos uma cultura de rico não pagar imposto, mas isso é uma coisa histórica no Brasil, não é culpa desta legislatura ou deste governo. É algo que tem 500 anos"

Esses dois temas são recorrentes nas conversas com grandes fundos estrangeiros, desses que têm trilhões de dólares para investir.

A recuperação judicial tem crescido bastante. Os dados do Serasa de agosto de 2023 mostram que os pedidos de recuperação judicial aumentaram 82,4% em relação ao ano anterior. O que está faltando é crédito?

Deixa eu explicar uma coisa importante: a taxa de juros, pouco tempo atrás, estava em 2% ao ano. A taxa Selic. Muitas empresas tomaram a 6%, 7%, empréstimos vultosos para promover investimento.

A partir do momento em que você dá um choque monetário à taxa, que, em pouco tempo, menos de dois anos, sai de 2% para 13,75%, essa pessoa que estava com o empréstimo de 6% estava tomando a 18, 20%. Não tem margem de lucro que sustente isso. E aí a empresa cai na recuperação judicial. Por isso, podia parecer uma questão de birra partidária, mas não tem nada a ver. Quando a gente discutia que a taxa de juros ia acarretar uma desaceleração com as consequências, nós não estávamos numa disputa partidária, não era nem entre adversários.

Nós alertávamos: "Olha, vai desacelerar fortemente. E vai acarretar mais recuperação judicial".

É matemático.

O senhor está satisfeito com esse ritmo de redução dos juros? Ou poderia ser maior?

Veja bem, eu já disse isso e não ofendo ninguém dizendo isso, que eu só estou lembrando de um fato determinado. Desde março, eu venho dizendo que já se notava, pelos dados da Fazenda, que estava havendo uma forte desaceleração da economia.

Fiz chegar à opinião pública, aos meios de comunicação, o diagnóstico de que nós íamos crescer esse ano, mais de 2%, quando todo mundo dizia que era menos de 1%, eu dizia que era mais de 2%. Todo

mundo dizia que a **inflação** era 6%, eu dizia que era menos de 5%. E, apesar disso, eu estou preocupado. Porque eu estou vendo, na margem, uma desaceleração forte, que vai ter consequências que nós não queremos. Não é pecado errar prognóstico. Mas o que nós falamos, desde o começo do ano, se verificou. O Brasil realmente cresceu mais de 2%. Como dizia que ia crescer, a **inflação** está menos de 5%, como também nós dizíamos que ia acontecer, e nós não estávamos felizes apesar disso tudo, porque, na margem, a economia estava desacelerando forte, e isso ia impactar, sobretudo, a arrecadação e a atividade econômica.

A Fazenda acertou o prognóstico, então?

O que nós, de certa forma, estamos vislumbrando hoje, sobretudo no terceiro trimestre, é que aqueles alertas eram legítimos.

Não era "juris spernandi", um direito de espernear. Era legítimo, estava apontando para uma questão séria. E de novo, não estou fazendo aqui cavalo de batalha em torno disso. Estou lembrando que esses alertas foram dados oportunamente e que isso continua nos preocupando.

Agora, o fato de a gente ter começado o ciclo, mesmo que tardiamente, é uma boa nova. O Brasil está com uma das taxas de **inflação** mais baixas do mundo.

A projetada para o ano que vem está menos que 4%. Nós não estamos descuidando da **inflação**, mas a gente tem que olhar o todo da economia. Muitos países europeus estão em situação muito pior do que o Brasil no que diz respeito à **inflação**.

Em relação ao plano que o senhor apresentou no início do ano para o fiscal, a Fazenda tinha falado em chegar a um deficit de 0,5% do **PIB** neste ano e deficit zero em 2024 ano e, em 2025. Na entrevista que eu dei em 12 de janeiro, eu falo que é razoável atingir 1% do **PIB** (de deficit primário) neste ano, considerando a lei do **Carf** e uma série de medidas que acabaram atrasando.

Os julgamentos do **Carf** só foram retomados agora.

E tem os vetos que ficaram para o dia 7 de novembro, como os do projeto de lei do **Carf**, do arcabouço. Qual é a sua expectativa?

Acredito que eles vão ser mantidos.

Com relação ao fiscal, muitos analistas falam que o arcabouço corre o risco de não ser eficaz. Mesmo com todos esses projetos andando agora, eles não serão suficientes para que o senhor entregue um deficit zero

no ano que vem.

Sim.

Vai ser um problema descumprir a meta?

O mercado está projetando em 0,8% do **PIB** o deficit para o ano que vem, na média. Ele está fazendo isso porque sabe da dificuldade, sobretudo neste segundo semestre. Está acompanhando a arrecadação, que está caindo.

Na minha opinião, está havendo uma confusão entre duas coisas. Uma é o marco fiscal; a outra é a meta de resultado primário, que, inclusive, estão em leis diferentes. A meta de resultado está na LDO, e o marco fiscal é uma lei complementar. Então, é como se você confundisse o regime de meta de **inflação** com a própria meta.

Explique melhor, por favor.

Uma coisa é o regime de meta de **inflação**, que nós aperfeiçoamos com a meta contínua. A outra coisa é você dizer "ah, por que o Banco Central não mudou a meta de **inflação** ou não propôs lá no CMN ou não sugeriu a mudança de meta de **inflação**?" Se mudasse a meta de **inflação** - coisa que não ocorreu - , você não estaria mudando o regime de meta de **inflação**; estaria mudando a meta. São coisas diferentes, e a gente sempre deixou claro.

O marco fiscal tem um desenho elogiado internacionalmente.

A LDO funciona como o CMN para a meta de **inflação**. É assim que funciona.

Qual o propósito do marco fiscal, então?

O marco fiscal contratou uma fórmula em que a despesa vai crescer abaixo da receita numa determinada proporção, que pode ser 70%, que pode ser 50%, se as metas fiscais não estiverem sendo cumpridas. O resultado primário advindo dessa regra vai depender das medidas tomadas para acelerar a recomposição da receita, que foi perdida por várias iniciativas, inclusive duas das quais eu citei no começo da entrevista: a decisão do Supremo e a derrubada do veto da Lei Complementar 160. Quanto antes nós repusermos a base fiscal perdida nesse processo, mas rapidamente nós vamos atingir o objetivo de equilibrar as contas.

Quando é que a gente vai ver o governo cortar gastos?

Para mim, gasto tributário é gasto. Quando você abre

mão da receita para um grupo específico, isso é gasto. Abrir mão de um imposto é gasto tributário. E tudo o que estamos fazendo, há 10 anos, é aumentando o gasto tributário.

Eu não tenho nada contra a agenda do Planejamento, que quer cortar gastos. Sou a favor de passar a régua em despesa, super-salários. Essas coisas todas. O governo precisa fazer e o governo vai fazer, com a ajuda do Judiciário e do Legislativo, porque não é fácil.

O Senado aprovou a prorrogação da desoneração da folha até 2027. O senhor vai pedir para vetar?

Eu vou conversar com o presidente, porque também já falei isso em várias ocasiões. E eu não vou mentir.

Isso vai na contramão do seu discurso, não?

É. Eu já falei isso várias vezes publicamente. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem um parecer, de há muito tempo, no qual afirma que a reforma da Previdência, que esses próprios grupos defenderam, veda qualquer prorrogação de benefício por causa do déficit da Previdência. Pedi para deixar para esse final do ano para que eu tivesse tempo de apresentar uma saída, e a pressão acabou tornando isso. Agora, vou ter que ter uma conversa com o presidente da República.

O senhor vai recomendar veto?

O meu papel é apresentar alternativas.

Que alternativa o senhor vai apresentar?

Assim que eu puder, eu falo.

Estamos desenhando aqui.

Nós temos alternativas, mas eu preciso levar ao conhecimento do presidente uma coisa que a própria AGU vai dizer. Ela tem o mesmo entendimento da PGFN.

Então, nós precisamos saber como é que nós vamos lidar com essa questão.

O senhor fala de um caminho errado nos últimos 10 anos.

Isso inclui um governo do PT.

Quais erros foram cometidos naquele momento?

Eu faço questão. Eu podia falar oito anos, mas a própria presidente Dilma (Rousseff) reconheceu que teria revisto muito as desonerações que ela fez. Ela

falou isso publicamente. Falou sobre aquelas desonerações, e, de fato, todo mundo faz com a melhor das intenções. Todo mundo testa uma hipótese. E estou chamando a atenção para 10 anos em que estão testando uma hipótese que não está dando um resultado positivo.

Então, essa hipótese deveria ser abandonada e revista. E, aliás, a Emenda Constitucional 103, (prevê) acabar com os incentivos fiscais gradualmente. E o que diz, agora, a PEC da **reforma tributária**? Reavaliação a cada cinco anos das exceções.

E há outros problemas fiscais. Sem crescimento (da economia), não tem como (resolvê-los). Ou a gente cria as condições de crescer; convence as pessoas que isso aqui é sério; que nós vamos tomar outro caminho; que ter pauta bomba, jabuti, ficou para trás; decisões exóticas do Judiciário, vamos deixar isso para trás. E vamos começar um ciclo de crescimento. Porque, se o país não crescer, e nós ficarmos nessa marcha dos últimos 10 anos, crescendo 1% ao ano, não tem solução.

Como o senhor está vendo a questão do comércio eletrônico?

O que havia era uma ilegalidade total. Usava-se uma lei que permitia uma remessa de indivíduo a indivíduo e começou-se a fazer comércio de bilhões de dólares. A fraude foi detectada. Havia um remetente chinês que tinha mandado 1,7 milhão de presentes. Vamos combinar, né? Esse tipo de fraude, para mim, é uma ofensa à soberania de um país. E eu falei isso para as empresas: "Olha, vocês estão ofendendo a soberania nacional". E eles acharam que iam peitar o Estado brasileiro, que não ia ter quem colocasse um freio. E nós falamos: "Se vai ser assim, vai ser assim".

E qual foi a reação?

Eles logo perceberam que o governo Bolsonaro tinha acabado, essa desorganização do Estado. Eles baixaram a cabeça para as empresas chinesas. Falavam mal da China, mas deixavam passar a boiada, né? E aí nós colocamos ordem, a primeira ordem, que foi em relação aos **tributos** estaduais.

Então, hoje a remessa paga o ICMS devido para os estados.

Os estados estavam perdendo montanhas de arrecadação, porque o varejo nacional estava perdendo mercado.

No próximo dia 30, completará um ano que o presidente Lula foi eleito.

Imaginava que ia ser tão difícil esse primeiro ano?

Não (Risos).

Foi mais difícil do que o senhor pensou?

Está bem mais desarrumado do que eu pensava. Bem mais.

Por exemplo?

A **Receita Federal** não existia mais. Ela foi privatizada em mais um sentido. Foi privatizada com o fim do voto de qualidade. Ela foi privatizada porque tinha gente aqui espionando inimigo político da família Bolsonaro. Ela foi privatizada porque ela estava tentando encobrir o contrabando de joias da Arábia Saudita.

A **Receita Federal**, que é a base do Estado nacional, não existia mais. Era uma coisa degradante.

Isso apenas da Receita, sem falar na questão fiscal e outros problemas.

A questão fiscal não tinha mais gestão nenhuma. O calote dos precatórios foi o ápice dessa loucura. O fim do pacto federativo com as leis complementares 190 e 192, que rapou o dinheiro dos estados durante a eleição para baratear a gasolina. Pense, assim, num filme de terror, com todos os ingredientes: calote, ausência de gestão, rompimento.

Nenhuma gestão fiscal. Descumprimento de pacto federativo e privatização da receita. Foi uma loucura o que aconteceu aqui.

As mudanças no governo Lula decorreram de acordos com o Centrão. Desta vez, a mudança afetou uma área muito ligada à Fazenda, que é a presidência da Caixa.

Isso é normal, ou não era exatamente como o senhor gostaria?

Desde dezembro, a Caixa e o Banco do Brasil ficaram sob a alçada da Presidência da República.

Desde o começo. Os candidatos foram entrevistados, sabatinados pelo presidente Lula. Eu participava, mas ele próprio fez questão de escolher.

É um assunto da Presidência da República, então.

É um assunto, obviamente, que eu opino, mas assim...Tem umas coisas assim. Quando você vai assumir um cargo, sobretudo da importância da Fazenda, você faz determinados pleitos para quem te convidou - que pode aceitar ou não (risos). Eu falei:

"Olha, presidente, a minha equipe direta precisa ser gente que eu escolha, que conhece o meu estilo de trabalho, joga em equipe".

Por que o senhor está dizendo isso?

Estou dizendo isso porque, no caso do Banco do Brasil e da Caixa, o presidente falou: "Eu gostaria de escolher as presidentes".

Na época eram duas mulheres, ele queria duas mulheres.

E eu falei: "estamos juntos, presidente".

Mas agora mudou, né?

É, mas põe mulher em outro lugar. O presidente valorizou muito a diversidade na montagem do seu ministério, vai continuar valorizando.

No ranking dos ministros, o senhor é tido como aquele que mais conversa, mais negocia, tem mais paciência para tratar com o Parlamento. Alguns parlamentares já o estão comparando a Fernando Henrique Cardoso, que também teve muita paciência para aprovar o Plano Real e as medidas que vieram posteriormente. E o senhor já tem planos políticos para o futuro?

A situação é muito diferente.

O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, foi convidado para uma tarefa. Em poucos meses, ele já tinha uma equipe que ele conhecia muito (Pérsio Arida, André Lara Resende, a turma toda.). Ele veio, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular.

"O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5205/27-10-2023.html?all=1>

O custo político da reforma possível (Editorial)

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) finalmente apresentou o relatório da **reforma tributária** sobre o consumo. Lamentavelmente, o texto ampliou, em vez de reduzir, a quantidade de setores que serão beneficiados com **impostos** mais baixos após a aprovação da proposta. Como o objetivo da reforma é manter a neutralidade sob o ponto de vista arrecadatário, toda e qualquer exceção concedida pressiona a alíquota cheia para cima.

Até então, com base no parecer aprovado pela Câmara, o Ministério da Fazenda previa que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) teria de ficar no patamar entre 25,45% e 27%, um dos maiores entre os países que adotam este modelo de tributação. O impacto das novas mudanças propostas pelo relator ainda não foi calculado pelo governo, mas é bastante provável que aumentem a alíquota padrão.

O parecer apresentado pelo senador é uma síntese das contradições que envolvem a discussão da **reforma tributária** no País. Todos concordam que o sistema atual é inviável, confuso, regressivo, cumulativo e injusto, mas ninguém quer abrir mão dos privilégios que justamente o distorcem.

Esses defeitos, parte inerente do sistema atual, se mostram muito mais resilientes do que o esperado. Tanto que a maioria das sugestões de mudanças que o Legislativo analisou visava justamente a exportar parte dessas distorções do modelo anterior para o novo, que supostamente estava sendo elaborado para dar fim a todas elas. Não há outra forma de avaliar, por exemplo, a proposta, incluída no relatório, que cria uma nova alíquota, também reduzida, para profissões regulamentadas.

Trata-se do tipo de medida altamente regressiva, que beneficia diretamente advogados e médicos com maior poder aquisitivo. A imensa maioria desses profissionais já está contemplada pelo Simples Nacional, cujo limite para enquadramento é um generoso faturamento anual de R\$ 4,8 milhões.

Não foi a única concessão que o relator acatou. Haverá um regime específico para combustíveis e lubrificantes, setores como saneamento, rodovias e telecomunicações, agências de viagem e o transporte coletivo de passageiros nos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo. Os benefícios para o

setor automotivo foram prorrogados até 2032, tanto para as empresas já habilitadas quanto para projetos aprovados e ainda não implementados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Há que destacar, no entanto, um grande acerto do relatório. De forma corajosa, o senador enfrentou os interesses do agronegócio e do setor de supermercados para restringir a isenção total dos produtos da cesta básica, um avanço em relação ao modelo atualmente em vigor. Aqueles que não fizeram parte da Cesta Básica Nacional farão parte da cesta estendida, que terá desconto de 60% na alíquota, para contemplar produtos de consumo regional.

Ao contrário do que diz o senso comum, desonerar integralmente a cesta básica é uma medida altamente regressiva, que favorece os mais ricos em detrimento dos mais vulneráveis e compromete as contas da União e dos Estados.

Com a criação da cesta estendida, famílias de baixa renda poderão pedir a devolução dos **impostos** pagos via cashback.

Poderia ser melhor? Com toda a certeza.

Mas o relatório sintetiza o custo político de aprovar uma ampla **reforma tributária** no País. A União teve de ceder elevando o aporte aos Estados, via Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões - menos que os R\$ 75 bilhões que os senadores defendiam.

Permanece a dúvida sobre como a trava para o crescimento da carga tributária poderá ser mantida se os repasses da União para o fundo não serão apenas crescentes, como também corrigidos pela **inflação**. Será um fator adicional a pressionar a revisão dos gastos públicos e a aprovação de reformas estruturais ou um dispositivo a ser ignorado e desrespeitado, como o antigo teto de gastos?

No balanço geral, os benefícios do parecer da **reforma tributária** ainda superam os custos, e a proposta, longe de ser perfeita, será a reforma possível. Já terá sido uma grande vitória se as exceções pararem por aí.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Minério e petróleo reagem a "imposto do pecado"

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO

Setores ligados à mineração e à exploração de petróleo e gás estão insatisfeitos com o novo relatório da **reforma tributária**, apresentado na quarta-feira pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), e já se articulam para garantir mudanças no texto.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis. A nova taxa foi criada pelo relator no âmbito do Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que vai incidir sobre atividades consideradas prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A proposta estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação", ou seja, poderá alcançar vendas internas e externas - o que é visto como um contrassenso. "O texto geral do senador Eduardo Braga é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações", afirma Raul Jungmann, ex-ministro e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O temor é de que o produto brasileiro fique mais caro e perca competitividade.

Jungmann também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties.

"Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões", afirma. O desenho do novo imposto, que prevê alíquota de até 1% sobre o valor de mercado do produto, também é alvo de críticas: "Extremamente difícil de definir.

Vai incitar uma disputa feroz".

A nova cobrança também movimentou o setor de óleo e gás, que prevê impacto nos preços.

"Vai afetar todos os consumidores: os que abastecem seus carros, os que compram o botijão de GLP e os que voam de avião.

Ou seja, vai gerar pressão inflacionária", afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy.

O Imposto Seletivo, argumenta Ardenghy, é

tradicionalmente voltado a "atividades supérfluas, como cigarros, bebidas alcoólicas e outros setores que não têm a importância econômica da produção de petróleo". Ele diz que a essencialidade dos combustíveis já foi reconhecida em lei e que se trata de um mercado gigantesco.

"O Brasil consome 390 milhões de litros de diesel, gasolina e outros combustíveis por dia."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas se dividem entre "texto possível" e temor de mais concessões

**DANIEL TOZZI MEDES, LUIZ GUILHERME GERBELLI e
MARIANA GUALTER**

O texto do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para o projeto da **reforma tributária** estabelece que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional terá um aporte extra de R\$ 20 bilhões, chegando a R\$ 60 bilhões anuais. Ele criou ainda, como antecipou o Estadão, dois tipos de cestas básicas: uma social, com imposto zerado, e uma estendida, com alíquota reduzida.

Para a economista sênior e sócia da consultoria Buysidebrazil, Ariana Zerbinatti, as modificações introduzidas no parecer da **reforma tributária** foram "de cunho político" e feitas para que o texto consiga ser aprovado na Casa.

"Gosto muito de uma declaração do Bernard Appy (secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda) de que é a reforma possível", aponta Ariana, salientando a importância da aprovação do texto, uma vez que se trata de um tema que ficou parado por décadas "e finalmente está caminhando".

Numa visão contrária, a avaliação do economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, é a de que o relatório da **reforma tributária** apresentado no Senado não corrige os problemas dos textos anteriores e introduz inovações, em sua maioria, ruins.

A avaliação é de que o relatório não só não resolveu os problemas de tempo de transição, cálculo das alíquotas e número de exceções, como também adicionou questões novas, como a cesta básica estendida.

"Isso vai virar uma maluquice", diz. "Tem uma máxima dos idealizadores da PEC de que qualquer coisa é melhor do que nada. É preciso ter cuidado, porque o "qualquer coisa" já virou tão qualquer coisa que, se for aprovado, vai conseguir piorar o sistema atual, que já é tão complexo e ruim", afirma Salto, ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

MONTADORAS. Um item acrescentado no texto do Senado, que tinha sido barrado pela Câmara, gerou desconforto entre fabricantes de veículos das regiões Sul e Sudeste: inclui emenda que prorroga incentivos fiscais para montadoras com fábricas no Nordeste até

2032. O prazo do benefício, estipulado há cinco anos, venceria em 2025. A emenda estabelece, contudo, que o valor do incentivo seja reduzido em 20% ao ano. A medida vai beneficiar especialmente o grupo Stellantis, dona das marcas Fiat e Jeep, e a recém-chegada BYD.

Para o vice-presidente de Comunicação, Relações Governamentais e ESG da GM América do Sul, Fabio Rua, "o Brasil precisa aproveitar esse momento único para rever mecanismos que desfavorecem o ambiente de negócios nacionalmente".

Segundo ele, houve avanço no novo texto, no sentido de evitar que os créditos de IPI sejam utilizados em outros Estados que não o de origem, mas afirma que isso não é o bastante "para garantir a isonomia de condições entre os players do setor; é preciso garantir equivalência nos **impostos** aplicados, pois um ambiente de negócios claro e isonômico atrai investimentos e ajuda a movimentar a economia brasileira como um todo".

TRAVA. No texto, Braga incluiu ainda uma trava para evitar o aumento da carga tributária e a necessidade de que os benefícios fiscais, concedidos por meio da redução da alíquota do IVA, passem por revisões periódicas, a cada cinco anos, com análise de custo-benefício.

A mudança acata parcialmente uma sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU), que havia recomendado avaliações anuais.

Pontos básicos

O brasileiro vai pagar mais imposto?

Segundo o governo, a reforma não vai aumentar a carga tributária total. Isso porque aumentos em alguns setores devem ser compensados por reduções em outros. Alguns bens e serviços devem ter os **impostos** reduzidos ou zerados, enquanto outros podem aumentar. Quais bens e serviços podem ficar com um imposto mais alto?

O Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente - por

exemplo, os cigarros e as bebidas alcoólicas | A cesta básica ficará mais cara? O imposto sobre ela aumentará?

Haverá duas cestas básicas.

Lei complementar irá listar os produtos: uma cesta social, com alíquota zero, terá produtos alimentícios de primeira necessidade.

Outra cesta, chamada de estendida, será criada com cobrança do imposto com alíquota reduzida de 40% da alíquota-padrão. Será criado o mecanismo de cashback (devolução de imposto) dos produtos dessa segunda cesta para as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Analistas criticam volume de exceções

**DANIEL TOZZI MEDES, LUIZ GUILHERME GERBELLI e
MARIANA GUALTER**

O projeto de **reforma tributária** apresentado no Senado na quarta-feira fez aumentar a preocupação de economistas e tributaristas com relação à complexidade do texto e também sobre o patamar da alíquota cheia do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

De autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o texto ampliou o número de setores que terão tratamento diferenciado no novo sistema de **impostos**.

Agências de viagem, concessões de rodovias, missões diplomáticas e serviços de saneamento e telecomunicações, por exemplo, foram incluídos na lista de regimes tributários específicos.

O relatório também criou uma nova alíquota reduzida - com desconto de 30% sobre a alíquota-padrão - para beneficiar profissionais liberais, como médicos e advogados.

"Fica a ideia de uma reforma que vai punir quem não conseguiu ser beneficiado. A ideia original era ter uma alíquota geral e algumas poucas exceções", afirma Sergio Vale, economista- chefe da consultoria MB Associados. "Ampliou-se muito a gama de exceções, e isso é bastante ruim." Quanto maior o número de exceções, maior pode ser a alíquota do IVA. Antes das mudanças propostas pelo texto do Senado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) fez um alerta de que a alíquota do IVA poderia chegar a 28% - que seria a maior do mundo entre os países que adotam o modelo tributário.

Já os estudos conduzidos por técnicos da Fazenda concluíram que a alíquota-padrão do IVA poderia alcançar 27%.

A **reforma tributária** cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - dos Estados e municípios - e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para os **impostos** federais. O IBS e a CBS vão substituir o PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

O IBS e a CBS terão a mesma legislação, o que significa que, para os contribuintes, é como se houvesse apenas um tributo, com parte sendo cobrada pela União e parte, pelos Estados e municípios. Na prática, o Brasil está adotando um modelo de imposto dual sobre o valor adicionado.

"Sobre esse ponto, nossa crítica é com relação às exceções.

Afinal, quanto mais regimes diferenciados existirem, menor o ganho de eficiência da reforma", diz Gino Olivares, economista-chefe da Azimut.

"O maior mérito da reforma é justamente procurar tratar todo mundo igual. Quando se começa a colocar exceções, todos acabam perdendo." "A inclusão de novas exceções mantém a proposta complexa, como o novo desconto de 30% para profissionais liberais.

Porém, a proposta incluiu a avaliação periódica dos regimes diferenciados, que podem ser revistos no futuro", diz a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória. "Apesar de o novo parecer incorporar mais complexidades, a proposta ainda representa um avanço em relação ao sistema atual", conclui Rafaela.

Novos nomes A **reforma tributária** cria o IBS, para os Estados e municípios, e a CBS para os **tributos** federais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A tributação seletiva de produtos nocivos - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Esta semana, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**, apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, parecer relativo à proposta. Como já era esperado, houve diversas alterações ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, que contemplam a lista de bens e serviços sujeitos a alíquotas favorecidas, regimes especiais aplicáveis a setores específicos, dentre outras.

Em meio a esse debate, um ponto que merece particular atenção é a configuração e a efetividade do imposto seletivo.

Segundo a redação atual da PEC 45, esse tipo de tributo, previsto no artigo 153, inciso VIII da Constituição, poderá incidir sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente - tabaco e bebidas alcóolicas são exemplos tradicionalmente citados.

Políticas fiscais desse tipo, voltadas a promover alimentação adequada e saúde, são hoje vistas como ferramentas eficazes, sobretudo quando combinadas com outras ações governamentais, como a regulação da indústria.

Tornar bebidas e alimentos não saudáveis, assim como o tabaco e outras substâncias, menos acessíveis à população tem sido, cada vez mais, parte da agenda global da promoção da alimentação saudável e no combate a doenças crônicas não transmissíveis.

Nesse ponto, a legislação brasileira atual demanda aprimoramentos relevantes.

Apenas para citar dois exemplos, o sistema vigente garante benefícios tributários significativos a agrotóxicos e a bebidas ultraprocessadas, como os refrigerantes. Quanto aos agrotóxicos, além da redução de 60% aplicável à base de cálculo do ICMS, não há tributação pelo IPI, por conta dos mecanismos de não tributação ou alíquota zero.

Para os refrigerantes, a produção dos insumos na Zona Franca de Manaus combinada à apropriação dos créditos pelos adquirentes, ainda que não haja

incidência do imposto, assegura carga tributária reduzida ao setor.

Uma saída possível para enfrentar essas distorções estaria na criação de imposto seletivo sobre tais bens. Diante de evidências científicas robustas quanto aos males que alimentos e bebidas ultraprocessadas, além de agrotóxicos, geram à saúde, a tributação nesses termos estaria, vale dizer, plenamente justificada, nos termos do artigo 153, inciso VIII.

Contudo, isso depende de um outro dispositivo da PEC 45, cuja permanência no texto é incerta: trata-se do artigo 9º, parágrafo 9º da versão aprovada na Câmara dos Deputados; norma que impede a tributação seletiva de bens e serviços que se beneficiem da redução de 60% da alíquota do IBS e da CBS, conforme o parágrafo 1º do mesmo artigo.

Em outras palavras: de acordo com o texto inicial da reforma, se certos bens e serviços se beneficiam da redução de alíquotas por serem considerados essenciais, eles não poderão, ao mesmo tempo, ser tributados seletivamente com a finalidade de desestimular seu consumo.

Isso faria sentido desde que o rol constante da PEC não comportasse a extensão de benefícios a produtos que, ao contrário, são causadores de males à saúde e ao meio ambiente - e, assim, adequados à tributação seletiva. Alimentos ultraprocessados e agrotóxicos são, portanto, exemplares dessa distorção paradoxal, já que há o risco de serem qualificados como "insumos agropecuários" e "alimentos destinados ao consumo humano", ambas categorias presentes no inciso VII do parágrafo 1º do artigo 9º da PEC e, por isso, beneficiadas com alíquotas reduzidas e sobre as quais não poderá haver tributação seletiva.

A solução adequada para evitar os efeitos contraproducentes desse paradoxo seria inverter a lógica da vedação proposta: inserir, no artigo 153, inciso VIII, a proibição de alíquotas reduzidas para bens e serviços sujeitos aos **impostos** seletivos. Tal determinação conferiria maior segurança jurídica e adequação da reforma aos princípios constitucionais, já que limitaria a possibilidade de a lei complementar que irá regular a PEC 45 distorcer tanto a tributação seletiva quanto a lógica da essencialidade que deve animar as hipóteses de redução de alíquota previstas

no parágrafo 1º do artigo 9º.

A versão do texto apresentada pelo relator da **reforma tributária** no Senado situa-se no meio do caminho e poderia ser aprimorada: mais do que eliminar a trava do seletivo antes contida no artigo 9º, parágrafo 9º, melhor seria a proibição expressa de qualquer benefício fiscal para bens e serviços passíveis de serem onerados pelo imposto seletivo.

Por fim, considerando-se que a função da tributação seletiva é desestimular, pelo aumento de preço final, o consumo de bens e serviços que geram externalidades negativas, é fundamental garantir que o imposto seja cumulativo e incorporado nas bases de cálculo do IBS e CBS. Além disso, seria indesejável que a instituição de **impostos** seletivos dependesse de lei complementar - tal qual previsto no relatório.

Atendidos esses pontos, asseguraríamos a efetiva tributação mais gravosa para bens que, por serem notoriamente nocivos, pressionam os cofres públicos, com aumento das despesas com a **Seguridade Social**, além de gastos com a saúde como um todo, dando sentido, desse modo, a medidas de saúde pública por meio da função extrafiscal da tributação. A saúde e o orçamento públicos agradecerão se os **impostos** seletivos puderem de fato ser aplicados, entre outros, a agrotóxicos, refrigerantes e alimentos ultraprocessados.

Tathiane Piscitelli e Diogo R. Coutinho são, respectivamente, professora da FGV Direito SP e colunista do blog Fio da Meada, publicado pelo Valor; e professor da Faculdade de Direito da USP Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1>

Reforma tributária classifica o Brasil como "aluno nota 5" - GABRIEL LEAL DE BARROS

GABRIEL LEAL DE BARROS

O texto da **reforma tributária** apresentado na quarta-feira pelo relator afasta o país do modelo 1st best de IVA, como o proposto originalmente por Bernard Appy na PEC 45, mas ainda assim é melhor do que o atual sistema. A versão apresentada amplia as exceções e entrega uma reforma de 4a divisão, mas que é melhor do que estar fora do campeonato.

De forma relativa, a original PEC 45 colocava o país na 1a divisão em matéria de boas práticas tributárias de IVA, é o 1st best. A tentativa de acomodar a PEC 110 em nova versão piorou a qualidade da reforma original, para um 2nd best, versão subótima. A versão aprovada na Câmara, com compêndio conhecido de exceções, deteriorou ainda mais a qualidade e produziu uma reforma 3rd best. A mais recente versão apresentada à CCJ do Senado pelo relator, ao ampliar os setores que terão regimes específicos e diferenciados, dá um passo adiante no sentido de entregar uma reforma cada vez mais distante daquela que entrega maior "output" macro, de produtividade e crescimento potencial.

O aumento do custo fiscal em R\$ 20 bilhões para o FNDR não deve, naturalmente, ser comemorado e é um problema adicional às exceções e regimes diferenciados propostos supracitados. No entanto, é útil registrar que a possibilidade de tributação da extração de petróleo e mineração com alíquota máxima de 1% pode acabar compensando esse ônus fiscal adicional. Ambos os pontos são mera constatação do texto apresentado e não juízo de valor ou avaliação de mérito.

A proposta tem e acumula problemas de design tributário e, se aprovada desta forma no plenário de ambas as casas, deverá aproximar a tributação no Brasil de algo similar ao praticado na Índia, que tem 5 alíquotas e fez reforma em 2017, colhendo resultados positivos em termos de arrecadação, ambiente de negócios e maior número de contribuintes (leia-se, menor sonegação). De outra forma e para uma primeira avaliação, a proposta apresentada reforça a percepção de "aluno nota 5" do Brasil, que apesar não ser referência de boas práticas, ainda assim passa

(raspando) de ano.

Gabriel Leal de Barros é economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Reforma tributária classifica o Brasil como "aluno nota 5"

VALOR ONLINE

Reforma tributária classifica o Brasil como 'aluno nota 5'

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1§ion=1>

Braga vê espaço para aumentar o FNDR em mais R\$ 15 bilhões

Julia Lindner, Caetano Tonet, Estevão Tair e Guilherme Pimenta

Um dia após apresentar o seu parecer, o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MBD-AM), afirmou ao Valor que vê espaço para ampliar em mais R\$ 15 bilhões o aporte anual do governo federal no Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), chegando a um total de R\$ 75 bilhões. A quantia contraria o entendimento do Ministério da Fazenda, mas atende ao pleito mínimo demandado pelos governadores.

O fundo regional terá como objetivo reduzir as desigualdades regionais e será pago pela União aos Estados.

Inicialmente, Braga sugeriu um valor para o FNDR que chegaria progressivamente a R\$ 60 bilhões ao ano - o que já representa um aumento de R\$ 20 bilhões em relação à versão da Câmara dos Deputados. A alteração foi negociada com a Fazenda, que cedeu para que a proposta de emenda à Constituição (PEC) pudesse avançar.

Agora, o relator diz que vai tentar viabilizar um novo incremento no texto até o fim das discussões da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Na véspera da apresentação do seu parecer, na terça-feira (25), Braga sinalizou a pessoas próximas que havia achado a quantia de R\$ 60 bilhões insuficiente e que iria tentar aumentá-la. O sentimento é compartilhado por outros senadores, que costumam ser mais suscetíveis às pressões dos Estados.

Após a leitura do relatório de Braga, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), concedeu vista coletiva (mais tempo para análise) de 15 dias. A votação da matéria no colegiado está prevista para o dia 7 de novembro.

O calendário prevê que a votação em plenário ocorra na mesma semana, mas senadores não descartam um adiamento diante de possíveis alterações.

"O [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad não gosta muito dessa ideia [de ampliar o FNDR].

Ele não está muito satisfeito com isso, mas acho que tem espaço para aumentar R\$ 1 bilhão ao ano até chegar ao total de R\$ 75 bilhões", declarou o relator ao Valor, nessa quinta-feira (26).

O fundo regional começa a ser abastecido em 2029 com R\$ 8 bilhões e vai subindo até chegar a R\$ 40 bilhões ao ano em 2033.

Pela proposta apresentada por Braga nessa quinta, o aumento extra será distribuído ao longo de dez anos. A partir de 2034, haverá um incremento de R\$ 2 bilhões ao ano, até alcançar os R\$ 60 bilhões anuais em 2043.

Para atingir a nova quantia, Braga diz que é possível fazer um incremento progressivo de mais R\$ 1 bilhão ao ano a partir de 2034 até chegar ao valor total.

A versão da **reforma tributária** que veio da Câmara dos Deputados estabelecia um aumento progressivo do fundo até atingir o teto de R\$ 40 bilhões em 2033.

Já os Estados pleiteiam um aumento que chegue entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões ao ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quinta que o aumento para R\$ 60 bilhões do FNDR proposto por Braga em seu parecer apresentado na quarta-feira é "pequeno" e "suportável".

Na visão de Haddad, é um pleito justo dos governadores. A declaração foi dada antes de o ministro tomar conhecimento da nova quantia analisada por Braga.

O montante, disse o ministro, não compromete o equilíbrio fiscal, já que o impacto "ficou muito para frente". "É um valor pequeno por ano. Em um Orçamento de R\$ 2 trilhões de hoje, ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores.

Nós resolvemos acatar.

Ficaram os R\$ 40 bilhões e, depois da transição feita a cada ano, um aporte adicional", afirmou.

"Se comparar com outros fundos, vai ver que é uma

coisa absolutamente suportável e que faz sentido. Estamos mudando, quase que inaugurando um regime tributário novo. Tem que ter alguma garantia de que não vai ter aumento das desigualdades regionais", acrescentou.

Haddad disse, ainda, que o texto apresentado por Braga merece ser celebrado por ter sido viabilizado após 40 anos de tratativas para que uma **reforma tributária** avance.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1)**

Tributação das offshores surpreende pela demora - CESAR FELÍCIO

CESAR FELÍCIO

A aprovação do projeto de taxaço das empresas offshore na noite de quarta-feira na Câmara deu vazão a narrativas duvidosas sobre esse refúgio patrimonial acessível a poucos afortunados. Essas empresas não irão acabar porque o rendimento de seus cotistas passará a ser taxado anualmente, e não apenas na retirada. Pelo menos não enquanto o modelo da taxaço for o proposto, de 15%, equivalente a um investimento dentro do Brasil. As vantagens do mecanismo para quem tem bolso para usá-lo não desaparecem com o tributo.

Especialistas na constituição de offshore destacam que esse mecanismo não é usado apenas para se pagar menos imposto do que se pagaria no Brasil. Muito menos pode ser vista como sinônimo de dinheiro sujo, duto de propinas ou coisas do gênero, embora isso exista também.

Offshores são bastante buscadas como um instrumento sucessório, talvez mais do que pelo ganho tributário que proporcionam .

Estruturar offshore procurando esse tipo de vantagem continuará sendo atrativo, aposta por exemplo o contador Silvinei Toffanin, da Direto Group, empresa há 26 anos no ramo.

Sobretudo se o imposto de herança no Brasil subir em uma nova fase da **reforma tributária**. Hoje tributa de 4% a 8%. Offshores também se tornaram mandatárias para grandes empresas de capital aberto que necessitam abrir subsidiárias. Planejamento tributário é uma vantagem comparativa essencial.

É fato que o investimento brasileiro direto no exterior em países que costumam abrigar offshores tem aumentado.

Durante o governo Dilma Rousseff, por exemplo, a participação brasileira no capital de empresas das Ilhas Virgens Britânicas passou de US\$ 16 bilhões em 2011 para US\$ 40 bilhões em 2016, segundo dados do Banco Central. Quando Bolsonaro assumiu em 2019 já eram US\$ 57 bilhões. Três anos depois somavam US\$ 68,8 bilhões.

Nas Ilhas Cayman o montante passou de US\$ 32

bilhões para US\$ 68,6 bilhões em 11 anos. Nas Bahamas de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 59,8 bilhões.

Todos estes exemplos são conhecidos como paraísos fiscais, mas oferecem também outros tipos de calmária. O nível de turbulência econômica e política que o Brasil atravessou entre 2011 e 2022 foi importante. Parte dessa evolução está mais relacionada com o aperfeiçoamento das leis contra lavagem de dinheiro do que propriamente com aumento de envio de dinheiro para o exterior. São valores que subiram à superfície.

A blindagem é para muitos poucos e a quantidade de declarantes definitivamente não avança na mesma proporção que o volume de dinheiro envolvido .

Não há uma avalanche de pessoas abrindo empresas no exterior, o que houve foi um uso mais intenso desse mecanismo. O total de pessoas físicas declarantes de investimento no exterior passou de 19 mil para 21,8 mil entre 2011 e 2022. E o de pessoas jurídicas saiu de 2,8 mil para 3,8 mil.

É de certo modo espantoso que a taxaço do rendimento de empresas offshore tenha demorado tanto tempo para ser proposta. O surgimento dessa situação, contudo, está longe de ser uma anomalia, como lembra o advogado tributarista Fernando Zilveti. O diferimento de tributo para quem abre uma offshore surgiu em um contexto em que havia uma preocupação mundial em criar estímulos para que valores mantidos no exterior passassem a ser declarados. Na Argentina há um nome preciso para isso, de tradução difícil para o português: "blanqueo".

É difícil se retirar uma vantagem quando ela deixa de fazer sentido e a prova maior que esse diferimento não se justificava mais está na aprovação de um projeto de lei com quórum de maioria constitucional. Pesou no clima consensual do Congresso a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de finalmente entregar a presidência da Caixa ao Centrão, mas o custo político de se defender esse privilégio iria subir muito.

Rio Grande do Sul Se depender de Paula Mascarenhas, nova presidente do PSDB gaúcho, aliada de primeira hora do governador tucano Eduardo Leite, presidente nacional da sigla, o partido dá um

cavalo de pau na sua trajetória à direita dos últimos anos. "Nunca simpatizei com o antipetismo", afirmou a prefeita de Pelotas. "O PSDB foi se transformando em algo que não era", afirmou.

A sigla que disputou a presidência do Brasil de forma competitiva de 1994 a 2014 enfrenta hoje uma ameaça existencial. O encolhimento nas urnas no ano passado, quando elegeu apenas 13 deputados federais, deixou o partido com um fundo partidário e eleitoral incompatível com os 522 prefeitos que elegeu há três anos.

Em São Paulo, outrora o Estado em que tinha maior estrutura, a base municipal está sendo eviscerada pelo Republicanos do governador Tarcísio de Freitas, o PL bolsonarista e o PSD do polivalente Gilberto Kassab.

Para a prefeita de Pelotas, o Rio Grande do Sul representa uma chance de o partido sobreviver em outras bases. Um sinal disso está na própria composição do diretório estadual, de uma diversidade rara no Brasil: há 53 mulheres e 52 homens como integrantes. O PSDB gaúcho é pequeno mesmo em termos locais, com 33 prefeituras, ou menos de 10% do total do Estado. Mas dos cinco maiores colégios eleitorais, governa três: Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. Em Porto Alegre, a aposta é a deputada estadual Nadine Anflor, que comandou a Polícia Civil de Leite. O atual prefeito da capital gaúcha, Sebastião Melo (MDB), tende a ter o apoio dos partidos mais identificados com o bolsonarismo.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Tributação das offshores surpreende pela demora

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1)

Haddad pede votação de MP que tributa subvenções

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto, Estevão Taiar, Lu Aiko Otta e Fernando Exman

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o Congresso vote a medida provisória (MP) que trata sobre a subvenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no lugar do projeto de lei enviado nesta semana ao Congresso.

A conversa aconteceu na quarta-feira, na residência oficial da Câmara, apurou o Valor com três fontes a par do assunto. Caso o Congresso Nacional não aprove o texto, o Ministério da Fazenda cogita levar a questão para o Supremo Tribunal Federal (STF).

As mudanças nas subvenções de ICMS são consideradas pela equipe econômica a principal medida para zerar o déficit primário do ano que vem.

O pedido de Haddad para Lira foi feito porque, com o projeto de lei (PL), há necessidade de cumprir o período de noventena a partir do momento que o texto for aprovado.

Lira, contudo, sinalizou ao ministro que o texto enfrenta muita resistência da bancada do Nordeste e do meio empresarial, e que é preciso primeiro construir apoio ao mérito da matéria antes de decidir a forma de votação.

Com o PL, as mudanças nas regras de tributação passariam a valer somente a partir de 1º de abril, considerando o texto sendo aprovado até o fim do ano, o que diminui o impacto esperado de arrecadação em 2024 em R\$ 9 bilhões.

Como uma medida provisória tem força de lei, o princípio da noventena passa a ser contado desde a publicação do texto, o que aconteceu em 31 de agosto. Por isso, as novas regras de tributação poderiam entrar em vigor em 1º de janeiro, o que geraria uma arrecadação, nos cálculos do governo, de R\$ 35,3 bilhões em 2024.

Com as mudanças entrando em vigor somente em abril, a previsão de receita cai para R\$ 26,3 bilhões, conforme mostrou o Valor na terça-feira (24). Isso gerou alerta na equipe econômica, que busca uma solução.

Apesar da preocupação do Ministério da Fazenda com a forma de votação, Lira sinalizou a Haddad que as mudanças não têm apoio, porque o entendimento é que haverá aumento de carga tributária para as empresas atingidas e prejuízo aos Estados que concedem esse benefício tributário, apurou o Valor.

O presidente da Câmara teria dito a Haddad que não se opõe à ideia de votar a questão através de uma medida provisória, mas que primeiro é necessário construir apoio ao texto. Por isso, pediu que o ministro se reúna com os líderes partidários na próxima semana para explicar e discutir o tema. A forma de votação - se por MP ou PL - e o relator da matéria só devem ser decididos depois que esse encontro ocorrer.

Ainda não há data marcada.

Também não há decisão sobre o relator e os partidos disputam a indicação.

O deputado Mauro Benevides (PDT-CE) é um dos que tem se movimentado para assumir a função, mas alguns partidos do Centrão argumentam que as empresas da região Nordeste estão entre as mais afetadas pelo projeto e, por isso, seria melhor para o governo nomear um deputado de outro local.

Existe ainda um problema ligado ao calendário apertado de votação.

A Câmara não terá sessões na semana de 15 de novembro, por causa do feriado da Proclamação da República.

Na sequência, a ideia é votar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 e analisar novamente a **reforma tributária**. Como o PL das subvenções trancaria a pauta somente em 9 de dezembro, haveria apenas duas semanas para o Senado analisar o texto.

Se a solução por meio do Congresso não avançar, a equipe econômica pode levar o debate para o STF.

A ideia é contestar a Lei Complementar 160, que trata do tema, e conseguir pelo menos num primeiro momento uma decisão liminar.

Essa saída, de acordo com fontes do Executivo, também estaria lastreada em recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

AMP, que visa regulamentar essa decisão, muda as regras de tributação dos incentivos fiscais de ICMS e retoma a diferença de regras na tributação federal para subvenções de custeio e investimento. Há previsão de crédito para Imposto de Renda no segundo caso.

Se o texto for aprovado pelo Congresso, a partir de 2024 as empresas serão impedidas de abater do Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins valores referentes a incentivos de ICMS concedidos pelos Estados. A visão da equipe econômica é que os Estados estão legislando sobre questões tributárias federais, retirando prerrogativas tanto do governo federal quanto do Congresso.

Os benefícios estaduais não seriam afetados, asseguram.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1)**

Era melhor ter menos exceções, mas parecer do Senado é avanço, diz Appy

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana

O ideal seria a **reforma tributária** ter menos exceções, disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, um dia após a divulgação do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM). Mas, considerando o quadro atual, o texto apresenta um avanço importante: "Eu acho que o relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação no Senado." As novas exceções, admitiu o secretário, foram necessárias para criar condições políticas para a proposta avançar. Contudo, Appy classificou de "injustificável" a criação de uma alíquota favorecida para beneficiar profissionais liberais. Também considerou que "não é bonito" incluir a aviação no tratamento tributário diferenciado.

E disse não entender por que comunicação institucional entrou nas exceções.

Todos esses tratamentos favorecidos, disse, tiram em parte o potencial de impulsionamento do crescimento econômico da reforma.

Além disso, abrem flancos para litígios na Justiça. Há, ainda, um efeito sobre a alíquota-padrão.

Calculada em até 27% com base na versão aprovada na Câmara dos Deputados, ela poderá ficar maior.

No entanto, não chegará aos 30% estimados pelo ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, disse.

O secretário considerou "estranha" a forma como o relatório de Braga alterou o Imposto Seletivo para permitir sua cobrança sobre atividades de extração, com alíquota máxima de 1%. De um lado, parece acenar com uma espécie de "carbon tax" sobre a extração de petróleo. De outro, limita essa taxa a 1%, o que seria pouco para um tributo do tipo.

De positivo, o secretário destacou a revisão quinquenal das alíquotas beneficiadas, a limitação dos produtos que entrarão na cesta básica com alíquota zero e a criação de um regime especial para parte dos serviços de transporte de passageiros.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: O que o senhor achou do relatório da reforma?

Bernard Appy: É preciso entender que temos de ter um relatório que tenha condição de ser aprovado. No Senado, quando chegou a PEC vinda da Câmara, havia muita desconfiança sobre alguns pontos. Eu acho que o relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação no Senado.

Valor: Isso do ponto de vista político, e do ponto de vista técnico?

Appy: Do ponto de vista estritamente técnico, seria melhor não só não ter incorporado novas exceções, mas até ter reduzido as da Câmara. Mas, na negociação política acaba sendo inevitável que entrem algumas novas exceções.

Desse ponto de vista das questões setoriais, tem um lado, digamos, negativo, de novas exceções, mas também tem um lado positivo de amenizar alguns pontos que vieram da Câmara.

Valor: Por exemplo?

Appy: Um deles de se transferir uma parte do transporte público de passageiros que estava com alíquota reduzida para regime específico. Isso dá mais flexibilidade.

O segundo é a cesta básica, uma parte com alíquota zero e outra com alíquota reduzida. Enquanto o texto que vinha da Câmara criava uma pressão muito grande para todos os produtos entrarem na cesta básica de alíquota zero. E tem um terceiro ponto positivo: a previsão de revisão quinquenal dos benefícios de alíquota reduzida, prevendo, inclusive, a possibilidade de que aqueles que não estiverem sendo julgados eficientes possam retornar à alíquota padrão.

Valor: Mas o que o senhor achou das novas exceções?

Appy: Algumas são injustificáveis, como profissionais liberais.

Mas faz parte do debate político.

Valor: Essas exceções adicionadas diminuem o potencial de ganho da reforma?

Appy: Quando há concessões e tratamentos favorecidos, tem dois efeitos. Um é o efeito sobre alíquota padrão. Se estou tributando menos um setor, tenho de tributar mais os outros para manter a carga tributária.

Valor: Já está claro qual será o efeito do relatório sobre a alíquota padrão? Ela vai subir? O ex-ministro da fazenda Mailson da Nóbrega falou em 30%.

Appy: Não chega a 30%, não.

Estamos fazendo as contas ainda, mas não chega a 30%. O aumento da alíquota padrão é uma disputa setorial.

Valor: E o efeito das exceções sobre o crescimento do **PIB**?

Appy: Realmente retira um pouco do efeito positivo da **reforma tributária**. Quando há exceções, há um custo adicional de conformidade e você cria um espaço de litígio. Exatamente por conta da questão da classificação.

Mas é importante entender que, perto do que temos hoje, essas exceções são muito menores.

Valor: Quer dizer que há um incremento do **PIB** um pouco menor do que seria com o texto aprovado na Câmara?

Appy: Sim, tira um pouco do efeito positivo da **reforma tributária**.

Então, em relação a que tem hoje, é um avanço relevante.

Mas, em relação ao que poderia ser [num regime] sem nenhuma exceção, é uma piora que não é desprezível.

Valor: Existe espaço político para tentar reverter as exceções?

Appy: Acho que temos a chance nessa revisão quinquenal.

Valor: Tecnicamente, a exceção menos justificável é mesmo para os profissionais liberais?

Appy: Transporte aéreo também não é muito bonito, certo? No fundo, as pessoas esquecem que vão recuperar crédito. Profissionais liberais certamente não é bonito.

Valor: E saneamento e concessões?

Appy: Saneamento já era esperado.

Comunicação institucional também entrou como alíquota reduzida. O que é comunicação institucional? É marketing? É propaganda? Se cria um espaço de litígio na definição do que é comunicação institucional.

Valor: O que o senhor achou do limite de carga tributária?

Appy: O ideal era não ter teto.

No teto, que foi definido o período de referência, que vai de 2012 a 2021, é uma carga de fato média em termos históricos da arrecadação dos **tributos** afetados pela reforma. Não é muito alto e nem muito baixo.

Valor: É de 12,5% do **PIB** mesmo?

Appy: Sim, 12,5% do **PIB**, pela forma como o Tesouro contabiliza a receita.

Valor: Como vai funcionar?

Appy: Do jeito que foi redigido, tem dois momentos de ajuste.

Um em 2030, para CBS, caso em 2027 e 2028 a arrecadação de CBS e Seletivo, como proporção do **PIB**, supere a arrecadação de PIS/Cofins, IPI e IOF sobre seguros como proporção do **PIB** entre 2012 e 2021. Um segundo ajuste em 2035, das alíquotas da CBS e das alíquotas estadual e municipal do IBS. Tem algum risco nesse ajuste? Existe. Mas não gera grande risco fiscal, porque entes mantêm sua autonomia de fixar suas alíquotas. Se tiver algum ajuste, acredito que não seja muito grande.

Valor: Mas isso não gera desequilíbrio para os Estados?

Appy: Certamente, nada parecido com efeito da lei complementar 194 aprovada no ano passado.

Valor: Fixar esse teto não pode criar um problema no longo prazo?

Appy: O teto só é aplicado duas vezes. Uma em 2030, para a CBS.

Depois, em 2035, para IBS e CBS.

No final da transição, será fixada num nível que não excede esse parâmetro de carga tributária. A partir daí, para a frente, não existe mais o teto.

Valor: Então porque ele é problemático?

Appy: Ideal seria não ter, porque pode ser que isso exija algum ajuste na alíquota de referência, o que pode ter algum efeito sobre a gestão fiscal dos Estados e municípios. Mas volto a falar, não é um risco muito grande.

Valor: E a inclusão do imposto seletivo sobre extração?

Appy: Do ponto de vista do governo, amarrou-se um pouco o Seletivo, porque ele se tornou mais rígido. Foi uma decisão política.

É engraçado, porque você cria o imposto sobre extração e, ao mesmo tempo, limita a alíquota há um máximo de 1%.

Valor: Parece que o relator tentou travar a carga.

Appy: Ficou um pouco estranho, porque estou criando a possibilidade usar o seletivo como "carbon tax" na extração de petróleo, mas se limita a alíquota em 1%. Mas o instrumento [o Imposto Seletivo] foi mantido.

Aquilo que é mais importante, que é ter um instrumento de política extra fiscal, foi mantido.

Valor: A ideia não era usar só sobre cigarros e bebidas alcoólicas?

Appy: Sim. O governo nunca pensou em usar um Imposto Seletivo com fins arrecadatórios. O próprio desenho dele, que 60% da receita vai para Estados e municípios, não cria incentivo para usá-lo com fins arrecadatórios.

Valor: No caso da indústria extrativista, há queixas de que há uma bitributação e de repasse de custo ao consumidor.

Appy: Foi uma decisão política que cria essa possibilidade de custo na cadeia. Ao mesmo tempo, a própria decisão política limitou esse custo a essa alíquota de 1%.

Valor: Mas cria um custo, inclusive sobre petróleo.

Appy: Mas ao mesmo tempo, limita esse custo.

Valor: Mas que não será substituído.

É um custo a mais.

Appy: Não vão ser substituídos.

Valor: Mas um dos objetivos da reforma era não exportar tributos.

Appy: Foi decisão política.

Valor: E aquele artigo que permitia aos Estados a criação de contribuição sobre produtos primários e semielaborados?

Appy: Virou um artigo que permite a manutenção da cobrança até 2032. No fundo, só permite no período em que ainda existir o ICMS. O efeito, na prática, é de dar segurança jurídica para os Estados que já têm esses fundos, porque tem questionamento judicial sobre eles. Mas ele não mantém isso depois do fim da transição. E antes ia até 2043.

Valor: Restringiu, então?

Appy: A redação que saiu da Câmara era extremamente aberta.

Um Estado que tributa a 1,8% a venda de soja poderia criar uma alíquota de 20% sobre celulose, por exemplo. Agora, o texto diz que é só até 2032. E é só a alíquota que existe hoje sobre os produtos. Restringe bastante o alcance desses fundos.

Valor: E as mudanças no Conselho Federativo, que agora passou a se chamar Comitê Gestor?

Appy: Acho que o relatório tornou mais claro aquilo que era o objetivo desde o começo: um órgão responsável pela gestão administrativa.

Nunca se pretendeu que tivesse funções políticas.

Valor: Interfere no trabalho que vocês estão aqui fazendo em relação à operacionalização? ?

Appy: Não. Tira só a competência de poder apresentar projeto de lei.

Valor: As leis que regulamentarão a reforma serão enviadas ao Congresso no início dos trabalhos legislativos de 2024?

Appy: Não sei. Vai ser corrido, mas a ideia é mandar o mais cedo possível. O ideal é trabalhar num texto conjuntamente com os Estados e municípios. Do jeito que saiu do Senado, acho que as questões federativas estão basicamente resolvidas na PEC.

Valor: "Resolvidas" é uma palavra forte, não?

Appy: Está lá. Está dado. Não vai ficar para lei complementar.

Portanto, acho que o grande desafio da lei complementar será nas questões setoriais, sobre

como serão os regimes específicos.

Valor: Apesar de todas as críticas, qual é a avaliação geral que você faz do relatório?

Appy: Em relação ao que temos hoje, é um avanço muito significativo.

Óbvio que o ideal seria ter uma reforma com menos exceções.

Mas, considerando o que existe hoje, ainda é um avanço muito significativo.

"Do jeito que saiu do Senado, acho que as questões federativas estão basicamente resolvidas na PEC"

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231026/>

Adam Smith, tributação e cashback (Artigo)

Eduardo Fleury

Eduardo Fleury é advogado e economista, consultor do Banco Mundial, sócio e head da área tributária de FCR Law, Mestre e Doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda), Especialista em Direito Empresarial nos EUA pela Harvard Extension School.

Consta no Evangelho de São Marcos que Jesus se reuniu à mesa com cobradores de **impostos**, entre eles Mateus, que viria a se tornar seu discípulo. Ouvindo reclamação dos escribas por se reunir com este "tipo" de pessoa, Jesus respondeu: "Não vim chamar os justos, mas os pecadores".

Justiça e **tributos** parecem não caber na mesma frase (ou mesa) desde os tempos de Cristo. A fim de esclarecer melhor a posição de Jesus na questão tributária, cabe citar o próprio São Mateus.

Jesus quando questionado se era lícito pagar "tributo a César, ou não", respondeu prontamente: "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus".

O sentimento de injustiça decorrente da cobrança de **impostos** fez com que a "ciência" da tributação evoluísse razoavelmente ao longo da história. Adam Smith há quase 250 anos já definia em seu livro "A Riqueza das Nações" (1776) princípios de tributação que são, ou deveriam ser, a base para um sistema tributário justo e eficiente. É sobre estes princípios que gostaria de fazer comentários e mostrar o quanto são importantes para o Brasil no momento em que estamos discutindo a reforma no sistema de tributação.

Adam Smith analisa os tipos de **impostos** existentes à época. No entanto, ele dá muita atenção aos princípios tributários que chama de máximas. O primeiro deles estipula que a contribuição (tributo) para custear o governo deve ser, no máximo possível, proporcional às habilidades do contribuinte.

Quase 200 anos depois (1976) o prêmio Nobel J.E. Stiglitz e A.B. Atkinson ainda buscavam uma forma de medir as habilidades a fim de determinar a tributação ótima. Adam Smith sugeriu medir a habilidade a partir da receita obtida sobre a "proteção daquele estado". Temos este princípio refletido no texto da Constituição Federal onde os "os **impostos** ... serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte".

Adam Smith conclui que a observação ou não deste princípio seria a diferença entre equidade ou iniquidade do sistema tributário.

De quebra, o autor institui o princípio da territorialidade quando diz que o Estado tem direito de tributar o resultado daquilo obtido sobre a sua "proteção".

A próxima máxima proclamada pelo autor é que o imposto deve ser certo e não arbitrário. Isto é, a regra de cobrança deve ser previamente estabelecida e a cobrança do imposto será feita na forma e no tempo determinado.

Para aqueles que acham que a definição de tributo pelo nosso Código Tributário (CTN) foi algo pensado profundamente pelos seus autores, digo que podem estar enganados. Bastava passar os olhos nos dizeres de Adam Smith para definir tributo como uma prestação compulsória instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (regrada), como consta no CTN.

O fundador da ciência econômica acrescenta que a cobrança deve ser clara e simples, em outras palavras, nada de obscurantismo tributário que gere incertezas tributárias (e contencioso).

Fazendo um julgamento de valor ele afirma que mesmo um grau considerável de desigualdade na tributação é melhor do que um pequeno grau de incerteza.

Para ele, a incerteza e por consequência a arbitrariedade é o pior dos males.

O terceiro enunciado de Adam Smith diz que o tributo deve ser cobrado no tempo e na forma que seja a mais conveniente para o contribuinte pagar. Seguindo este princípio, o contribuinte deveria gastar pouco tempo para pagar e declarar o tributo. O compliance tributário deve ser o menor possível para facilitar a vida do contribuinte. Tão básico, mas ainda não aprendemos.

Interessante é que no mesmo enunciado, o autor afirma que a cobrança do imposto sobre o consumo é mais conveniente para o consumidor-contribuinte. A ideia por trás desta afirmação é a de que ao contrário de tributar lucros e salários, que já reduz imediatamente o recurso na mão do indivíduo, o tributo sobre o consumo só é pago na medida que a pessoa

decide comprar.

Aqui podemos sentir um "cheiro" da ideia de que tributo sobre o consumo não influencia a decisão de poupar do indivíduo.

Adam Smith ainda adiciona um quarto princípio onde ele se preocupa com o processo de arrecadação de **tributos**. O dinheiro que é retirado do bolso do contribuinte deve ser o mais próximo possível daquele que entra nos cofres públicos.

Uma máquina arrecadadora cara levaria a um aumento do imposto cobrado para cobrir os custos de cobrança.

A cobrança de multas sobre aqueles que tentam sonegar pode levar a empresa a ruína pondo um fim ao benefício econômico gerado por aquele empreendimento.

Em uma forma mais contemporânea de analisar esta afirmação pode nos levar à conclusão de que penalidades elevadas e, muitas vezes, desproporcionais, não são justas e são ineficazes em prevenir infrações.

O autor ainda faz uma curiosa afirmação sobre este assunto: a lei tributária, contra qualquer senso comum de justiça, cria a tentação e depois pune aqueles que se rendem a ela.

Falando ainda da administração tributária, Adam Smith passa perto do princípio do sigilo fiscal, ao afirmar que frequentes visitas da fiscalização podem levar a situação vexatória para o contribuinte, o que atrapalharia os negócios.

Além dos princípios básicos da tributação, o autor ao descrever os tipos de **impostos** existentes acaba tirando conclusões bem atuais e aplicáveis à atual **reforma tributária** do consumo. Em uma destas passagens Adam Smiths conta que em 1727, na localidade de Montauban na França, o imposto sobre as terras estava sendo cobrado com base em um regime desatualizado e injusto. Segundo a descrição que consta no seu livro "A Riqueza das Nações", dois distritos eram, pelo sistema antigo, igualmente tributados em mil livres (moeda à época). Porém, considerando a habilidade de pagamento, uma propriedade em um distrito deveria pagar 900 livres e a outra 1.100 livres. A solução encontrada pelo governo foi aplicar a tributação de 1.100 livres no distrito que tinha capacidade de pagamento e transferir 100 para o outro distrito fazendo com que este pagasse efetivamente os 900. Parece que o cashback não é uma novidade na área tributária com estamos alardeando recentemente.

Adam Smith diz que o tributo deve ser cobrado no tempo e na forma que seja a mais conveniente para o contribuinte pagar.

Assim, contribuinte deveria gastar pouco tempo para pagar e declarar o tributo. Tão básico, mas ainda não aprendemos

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231026/>

IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado (Editorial)

O projeto de **reforma tributária**, cuja iniciativa é um avanço para o país, trouxe concessões com o parecer do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Em termos de justiça tributária, a criação de nova alíquota, com desconto de 30%, para profissionais liberais, com renda bem acima da média da população, mostra a prevalência de grupos de interesse.

Essa prevalência se espalhou por outros pontos do texto e levará a alíquota do IVA a ser maior para todos. No equilíbrio entre União e Estados, as concessões feitas no Fundo de Desenvolvimento Regional, que atingirá R\$ 60 bilhões a perder de vista em duas décadas, retiram do Tesouro recursos que hoje não existem, e que talvez não existam no futuro. A ampliação das exceções, em regimes diferenciados, vai contra a simplificação buscada pela reforma. Há aprimoramentos pontuais em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A reforma transcorrerá no longo prazo (50 anos), mas, no curto prazo, não dialoga com o novo regime fiscal. O governo Lula precisa de aumento de arrecadação para cobrir gastos crescentes, mas o parecer de Braga cria uma trava à carga tributária sobre o consumo, cuja intenção é louvável, mas pode ser inexecutável. Ela se baseia em uma média de arrecadação entre 2012 e 2021, período que abrange a maior recessão da era republicana moderna. A estimativa é de que o limite corresponda a pouco mais que 12,5% do **PIB**.

Para cobrir despesas por definição em alta (entre 0,6% e 2,5% por ano), ou o **PIB** terá de crescer muito, ou o governo terá de ampliar a tributação do capital - o que tem sido dificultado pelo Congresso - ou o regime fiscal terá de ser mudado.

Além disso, como os senadores representam os Estados, a fatura apresentada à União é elevada. Os vários fundos que podem ser aprovados custarão R\$ 95 bilhões entre 2025 e 2028 (artigo de Cristiane Schmidt, Valor, 2 de outubro). Depois pode piorar. No Fundo de Desenvolvimento Regional, que permitirá aos Estados substituir a guerra fiscal, feita com isenções do ICMS e outras benesses, por recursos orçamentários, as compensações custeadas pela União somariam R\$ 160 bilhões até 2032. Ao atingir R\$ 40 bilhões naquele ano, o relator, em acordo com o governo, acrescentou mais R\$ 2 bilhões por ano até 2043, quando se estabilizará em R\$ 60 bilhões ao ano,

a perder de vista - não há prazo para o fim. Até aquele ano, serão desembolsados R\$ 688 bilhões.

A União financiará nesse fundo a ausência de recursos supostamente provocada pela queda de arrecadação motivada pela mudança da tributação para o destino. Eles serão destinados a investimentos em inovação, infraestrutura e um genérico "atração de investimentos". Esta é parte da história. A outra é contada pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que jogou no colo da União os custos da guerra fiscal, conduzida ilegalmente pelos Estados e condenada pelo Supremo Tribunal Federal. Os repasses começam com R\$ 8 bilhões em 2025, crescem à mesma razão a cada ano até atingirem R\$ 32 bilhões em 2029 e depois decrescem igualmente até 2032 - R\$ 160 bilhões reais, pois serão corrigidos pelo IPCA.

Além disso, o relator ampliou o seguro-receita de 3% para 5%, percentual do Imposto sobre Bens e Serviços, fruto da união de ICMS e ISS, que será destinado aos Estados e municípios que apresentarem maior queda de arrecadação.

A distribuição dos custos parece exagerar muito as perdas com a reforma. Estudo recente do Ipea mostrou que os resultados da mudança tributária serão auspiciosos para Estados e municípios - 60% dos primeiros e 82% das cidades ganharão receitas. A quase totalidade dos municípios que terão mais arrecadação está entre os que têm **PIB** per capita abaixo da média nacional e abrigam 67% da população brasileira.

O desequilíbrio das compensações não é o único problema.

O relator criou uma quarta alíquota, de 30% de desconto do IVA, para uma faixa considerável de cidadãos que têm rendimentos acima da média, a dos profissionais liberais (advogados, arquitetos, médicos, dentistas etc), que já contam com benefícios tributários vários, como o Simples. Os setores sujeitos a regimes específicos, cujas regras ainda serão definidas por lei complementar, passaram a incluir serviços de saneamento e concessão de rodovias, agência de viagens e turismo e todo tipo de transporte coletivo, inclusive o aéreo, que estava fora. Também cresceu a lista já extensa de setores com alíquota reduzida, nela

ingressando produções culturais, artísticas, desportivas, comunicação institucional e outras, além de produtos e insumos para a produção agropecuária, que já constava do projeto que veio da Câmara.

A cesta básica se desdobrou em outra, ampliada, com 40% de desconto do IVA, além da restrita, com alíquota zero. Dessa forma, os pobres, que gastam muito além dos demais segmentos de renda em alimentação, possivelmente terão redução líquida de **impostos**. Por outro lado, com a ampliação do número de alíquotas e regimes específicos, a carga total do IVA dificilmente será menor do que 27% e provavelmente será maior que isso. A reforma dos **tributos** ainda assim porá ordem no caos atual, embora se afaste das melhores práticas. A discussão no plenário do Senado não tende a aprimorá-la.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231026/>

Para Appy, há muitas exceções, mas permitirão aprovar reforma

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, disse ao Valor que o relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação do texto no Senado. Segundo ele, o ideal seria ter uma reforma com menos exceções, "mas, considerando o que existe hoje, ainda é um avanço muito significativo." As novas exceções inseridas na PEC foram necessárias para criar condições políticas de a proposta avançar, afirmou Appy.

Apesar disso, ele disse considerar "injustificável" uma alíquota favorecida para profissionais liberais, criticando ainda a inclusão da aviação no tratamento tributário diferenciado e a alíquota máxima de 1% para o Imposto Seletivo sobre a indústria extrativa. Página A16

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1§ion=1>

Governo topou "o primeiro beijo", diz relator

GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL E ALVARO GRIBEL

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), acredita que o Ministério da Fazenda vai precisar ceder mais um pouco na ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), diante das pressões que senadores devem fazer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Em entrevista ao GLOBO, Braga disse que o governo já deu o primeiro passo nas concessões e que agora ficará mais fácil.

- Isso é que nem o primeiro beijo, eles diziam "não, não, não", e deram o primeiro beijo. Agora nós vamos ter 15 dias de esparçamento na CCJ, os senadores já sabem que eles toparam o primeiro beijo - comentou o relator.

A afirmação de Braga desenha o que está por vir no Senado em termos de pressão por aumento das exceções.

Além de um valor maior para o FDR, parlamentares já começam a pedir a inclusão de mais setores dentro dos regimes diferenciados. A expectativa é votar o texto entre 7 e 9 de novembro.

O valor de R\$ 60 bilhões para o FDR, que está no texto atual, foi uma concessão da equipe econômica depois de semanas de negociação com Braga. Inicialmente, na proposta que saiu da Câmara dos Deputados, o valor era de R\$ 40 bilhões.

R\$ 100 BILHÕES PARA FDR O Fundo será usado pelos estados para conceder incentivos locais dentro do novo sistema tributário. O desembolso começa em R\$ 8 bilhões em 2029 e sobe até chegar a R\$ 60 bilhões em 2043. O aumento extra de R\$ 20 bilhões será distribuído ao longo de dez anos.

Braga já defende um valor maior para o fundo, de R\$ 100 bilhões.

- Ainda não é muita coisa porque esse fundo vai alcançar R\$ 60 bilhões em 2043 e até eu já terei virado pó, não estarei mais aqui. É uma miserabilidade esses R\$ 60 bilhões porque ele está sendo corrigido pelo IPCA. Quando digo que vou aumentar esse fundo em R\$ 2 bilhões em 2034, estou dizendo que vou aumentar esse fundo em R\$ 500 milhões a valores presentes. Esse fundo deveria ser de R\$ 100 bilhões - disse o senador.

Levando em conta os R\$ 20 bilhões extras acordados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o aumento é um valor "pequeno" por ano e "suportável".

- É um valor pequeno por ano. Em um Orçamento de R\$ 2 trilhões de hoje, ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores. Nós resolvemos acatar.

Enquanto isso, senadores já pressionam por mais setores dentro dos regimes com tratamento diferenciado na reforma. Esses setores só terão regras detalhadas em lei posterior. O argumento dos parlamentares é que caberá ao governo sugerir os modelos para os regimes específicos em leis complementares, podendo levar a maior ou menor impacto orçamentário.

- A governança é deles.

Se o governo for incompetente e não souber negociar...

Eles têm que saber jogar - disse Braga.

A lista de regimes específicos no relatório de Braga contempla oito setores, entre eles, combustíveis e lubrificantes; serviços financeiros; hotelaria, agências de viagens e turismo, bares e restaurantes; serviços de saneamento e de concessão de rodovias; e telecomunicações.

No texto da Câmara, eram cinco os setores contemplados.

IMPACTO NA ALÍQUOTA PADRÃO O líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), defende a inclusão de mais segmentos no regime específico: todos os serviços públicos concedidos ao setor privado, como aeroportos e ferrovias (rodovias e saneamento já estão no texto), e atividades ligadas à economia verde. O senador ainda sugere a ampliação do FDR de R\$ 60 bilhões para R\$ 70 bilhões: -Além da questão ambiental, a nossa maior preocupação é evitar que os consumidores sejam penalizados com aumento de tarifas.

As concessionárias de serviços públicos são meras repassadoras.

O Ministério da Fazenda já se prepara para uma nova fase na tramitação da **Reforma Tributária**, com

aumento da pressão de setores não contemplados sobre os parlamentares, em busca de benefícios.

A ideia é apresentar dados e análises para uma discussão técnica no Senado, expondo os impactos sobre a alíquota padrão das exceções já definidas pelo relator.

O objetivo é evitar que essa lista de segmentos contemplados aumente ainda mais. Esses números ainda são mantidos sob sigilo.

Quanto mais setores com benefícios, maior terá que ser a alíquota padrão, e isso será repetido pela pasta.

Interlocutores da Fazenda pontuam que, apesar do aumento das exceções, o relatório de Braga trouxe pontos positivos, como a delimitação dos produtos da cesta básica que terão alíquota zerada.

O governista Jorge Kajuru (PSB-GO) avalia que Braga não fará mudanças substanciais no relatório, com inclusão de mais exceções, mas pode fazer "pequenos ajustes" como calibragem de alíquotas reduzidas: - O Braga ouviu todos os segmentos. O problema é que ele apresentou e obteve apoio do Haddad. Ele não muda mais não. Pequenas modificações sim, mas não relevantes. O que ele vai ceder é para senadores em pequenos pontos. É questão de percentual.

O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o relatório foi construído com a Fazenda e não acredita em alterações: - O Senado pode mudar, mas não acredito nisso, pois o relatório está bem redondo.

"A governança é deles.

Se o governo for incompetente e não souber negociar... Eles têm que saber jogar" Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **Reforma Tributária** no Senado

"Além da questão ambiental, a nossa maior preocupação é evitar que os consumidores sejam penalizados com aumento de tarifas. As concessionárias de serviços públicos são meras repassadoras" Efraim Filho (PB), líder do União Brasil no Senado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco diz que vai priorizar agenda do governo

CAMILA TURTELLI

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), sinalizou a aliados que dará prioridade à pauta econômica do governo com projetos que aumentam a arrecadação.

Além da **Reforma Tributária**, o senador quer avançar com a proposta que taxa fundos exclusivos (voltados para alta renda) e offshore (no exterior) e a das apostas esportivas, ao mesmo tempo em que vai acelerar a chamada Lei dos Seguros.

O movimento ocorre em paralelo ao andamento de textos que limitam poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal, agenda que não é prioritária para o Planalto.

O empenho de Pacheco com esses temas foi reforçado após o encontro com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta semana. Na ocasião, o senador também se comprometeu a pautar as indicações para o Banco Central, assim que chegarem à Casa.

Pacheco está disposto a deixar assuntos como as mudanças na Lei do Impeachment e reeleição, os quais defende, para o próximo ano.

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, por 323 votos a 119, o projeto de lei que estabelece a taxa dos chamados fundos exclusivos e offshores.

A votação ocorreu após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitir a presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, e indicar um nome próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o cargo. O texto vai agora para o Senado, onde deve ganhar prioridade.

Pacheco também deu celeridade ao andamento da **Reforma Tributária**, após a conclusão do relatório do senador Eduardo Braga (MDBAM).

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União- AP), abriu uma sessão extra para leitura do parecer após a sabatina de indicados para o Superior Tribunal de Justiça.

LEI DOS SEGUROS Outra promessa, é a chamada

Lei dos Seguros. Haddad disse, no começo da semana, acreditar que o relatório do senador Jader Barbalho (MDB-PA) esteja pronto para ser votado na próxima semana.

O Senado também deve votar na semana que vem, na Comissão de Esporte, o projeto que regulamenta as apostas esportivas, de iniciativa do Executivo.

O texto foi aprovado pela Câmara em setembro e trata de questões como pagamento de outorga, nova distribuição da arrecadação, exigências e restrições.

O projeto tramita ao mesmo tempo em duas comissões. Na de Assuntos Econômicos, o relator é o senador Angelo Coronel (PSD-BA), que se reuniu com Haddad na quarta-feira para falar sobre o parecer.

-A ideia é trazer novos recursos para melhorar a arrecadação da União. Esperamos votar ainda em novembro no Senado - afirmou o relator.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira vai se reunir com Haddad para discutir projetos econômicos

GABRIEL SABÓIA

A Câmara dos Deputados se prepara para uma nova fase de entregas ao governo no âmbito econômico, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter atendido aos interesses do Centrão com a demissão da presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, para acomodar o aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Carlos Antônio Vieira Fernandes.

Na reunião de líderes ontem ficou acordado que o presidente da Casa se reunirá com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na próxima semana pra tratar de duas pautas econômicas de interesse dos governistas.

A primeira é um projeto que altera as regras de tributação das subvenções concedidas pelo poder público para atrair empresas ou estimular empreendimentos já existentes, por meio do ICMS. A previsão é arrecadar R\$ 30 bilhões com a medida. Ainda na semana que vem, o relator do projeto deve ser escolhido.

Em outra frente, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 deve ser levado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana que vem e submetida ao plenário do Congresso na semana do dia 20 de novembro.

"CHAVE DE OURO" No mesmo dia em que foi oficializada a troca na Caixa, na terça-feira, a Câmara aprovou o projeto que prevê a taxaçaõ dos fundos exclusivos (para alta renda) ou offshore. A proposta foi aprovada em plenário por 323 votos a 119 - o que mostrou a aderência à pauta.

Os projetos que entram em discussão nessa semana são consideradas fundamentais, no momento em que o governo procura levantar recursos para cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

Ao GLOBO, o líder do PT na Câmara, José Guimarães, afirmou que precisa concluir essas negociações para "fechar o ano com chave de ouro".

- Precisávamos concluir a votação da taxaçaõ das offshore e fundos exclusivos, mas também precisamos finalizar os debates que dizem respeito à MP 1185,

que traz mudanças no tratamento tributário de incentivos de ICMS, e a LDO. Com isso, fecho o ano com chave de ouro. Temos uma pauta praticamente limpa para o que é estratégico para o governo - afirmou.

NA FILA NA CÂMARA E NO SENADO

Na Câmara

Subvenção do ICMS

A Câmara avalia a tributação de empresas com benefício fiscal concedido por estados via ICMS. A soma usada para investir seguiria isenta, a de custeio será taxada.

Previsão é arrecadar R\$ 30 bilhões.

LDO de 2024

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser levada à comissão da Casa semana que vem, definindo a meta fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende meta de déficit zero em 2024.

No Senado

Fundos exclusivos

O Senado vai apreciar o projeto para taxar fundos exclusivos (alta renda) eoffshore(no exterior), com alíquota de 15% a 20%. A previsão é arrecadar R\$ 20 bilhões.

Reforma tributária

Vai unificar cinco **impostos**, com incidência no destino, onde o produto ou serviço é consumido, dividido em dois **tributos** e alíquota única. O Fundo de Desenvolvimento Regional, para estados darem incentivos locais, terá R\$ 60 bilhões até 2043.

Marco regulatório de seguros

Casa discute nova legislação para contratos de seguros no país.

Regulação de apostas on-line

A proposta é taxar jogos em geral, como cassinos, em 18% e apostas esportivas em 12%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior (Editorial)

Não há dúvida de que a **reforma tributária** em tramitação no Congresso representará um enorme avanço para a economia brasileira.

Ela acaba com a cobrança cumulativa dos **impostos** sobre serviços e consumo, põe fim à guerra fiscal entre os estados, aproxima o sistema tributário brasileiro dos melhores e contribui para aumentar a competitividade do país. Ao analisá-la, porém, os parlamentares precisam compreender que há uma contradição intrínseca no parecer apresentado pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

O texto amplia as exceções à alíquota de referência adotada nos novos **impostos** criados - a CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal) - em substituição a outros cinco. Ao mesmo tempo, quer manter intacta a arrecadação.

Isso significará necessariamente uma alíquota maior, em prejuízo das empresas não enquadradas nas exceções.

Braga acerta ao impor no texto um limite de crescimento à carga tributária, avaliado periodicamente. Mas, como não considera a possibilidade de queda na arrecadação, supõe uma alíquota de referência maior. A realidade aritmética é inescapável: quando um empresário é beneficiado com imposto menor, todos os outros precisam pagar mais, do contrário a arrecadação cai. O governo prevê uma alíquota de 27% para a soma dos dois **impostos**. Antes mesmo da apresentação de Braga, porém, já havia no mercado estimativas de até 33%. Certamente elas subirão.

Regimes excepcionais deveriam estar embasados em justificativas sólidas, não na distribuição voluntária de bondades.

Um exemplo: o texto do relator isenta de tributação uma cesta de produtos de primeira necessidade (outra, mais ampla, estará sujeita a alíquota reduzida).

Mesmo que as empresas repassassem toda essa vantagem ao preço final, o resultado seria injusto, pois beneficiaria pobres e ricos de forma indiscriminada.

A literatura econômica demonstra que **impostos** sobre consumo não são o instrumento adequado para

combater a desigualdade.

O texto aprovado na Câmara já era pródigo em exceções. Em vez de reduzi-las, Braga criou outras. Propôs alíquotas menores até na concessão de rodovias ou saneamento básico. Ofereceu desconto de 30% a profissionais liberais, um agrado a escritórios de advocacia, consultorias e médicos. A maioria desses profissionais de classe alta está inscrita em regimes especiais como o Simples (foco de distorções não tratadas nesta reforma). Se beneficiá-los já era socialmente injustificável, que dizer da nova vantagem?

Amazonense, Braga manteve a proteção à Zona Franca de Manaus. Felizmente abandonou a ideia de cobrar de concorrentes das empresas instaladas nela o Imposto Seletivo, criado para coibir o consumo de produtos nocivos como álcool ou cigarro. No lugar, previu uma contribuição. Ainda que a alternativa seja melhor, mantém incentivos economicamente ineficazes.

Em alguns aspectos, Braga melhorou o texto aprovado na Câmara. Previu, a cada cinco anos, revisão dos setores em regimes especiais ou beneficiados por alíquotas reduzidas. Pode ser uma oportunidade para promover ajustes.

Teria havido mais avanços se os senadores tivessem resistido aos grupos de pressão. Os ganhos com a reforma certamente ainda superam os entraves que criará. Mas o Congresso precisa reduzir ao mínimo os regimes excepcionais, de modo a garantir uma alíquota competitiva para toda a economia.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo terá de fazer mais concessões na Reforma Tributária, avisa relator

Eduardo Braga prevê que tramitação da PEC no Senado ocorrerá com pressão por mais concessões no texto e que governo terá de ceder mais do que o negociado até aqui. "Os senadores já sabem que eles toparam o primeiro beijo." PÁGINA 15

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto aprovado de offshores pode elevar arrecadação, diz Haddad

Publicado em 26/10/2023 - 16:07 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A versão final do projeto sobre os fundos exclusivos e as offshores, aprovada na noite de quarta-feira (25) pela Câmara dos Deputados, poderá elevar a arrecadação do governo em relação ao inicialmente planejado, disse nesta quinta-feira (26) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a adesão poderá ser maior após mudanças feitas pelos deputados.

"Tem gente esperando que possa haver aumento na arrecadação, já que [os deputados] introduziram mecanismos que estimulam a adesão", disse o ministro. "Como a alíquota ficou abaixo da prevista originalmente, a adesão deve ser maior." O Ministério da Fazenda ainda não forneceu uma estimativa de alta da arrecadação após as alterações no projeto.

O ministro referiu-se à alíquota de 8% para quem antecipar, até o fim do ano, o pagamento do Imposto de Renda em quatro parcelas sobre os rendimentos acumulados nos fundos exclusivos e nas offshores (empresas que aplicam recursos no exterior). Originalmente, o governo tinha proposto 10%. O relator do projeto na Câmara, Pedro Paulo (PSD-RJ), tinha reduzido a alíquota para 6%, mas elevou para 8% pouco antes da votação.

Quem não quiser antecipar o pagamento de Imposto de Renda pagará, a partir de maio de 2024, 15% sobre os rendimentos acumulados. Nesse caso, o número de parcelas sobe para 24 (dois anos).

Na avaliação do ministro, o texto final ficou bom, com altas chances de aprovação no Senado. "Ficou bom. A Câmara fez um bom trabalho. Vamos para a segunda etapa", afirmou Haddad.

Apesar da vitória em relação aos fundos exclusivos e às offshores, a equipe econômica sofreu uma derrota no Congresso. Também na noite desta quarta, o Senado aprovou o projeto de lei que prorroga, até 2027, a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Sobre um possível veto ao projeto, Haddad disse que conversará com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é o responsável pela decisão.

Por diversas vezes, Haddad defendeu que o tema fosse discutido apenas na segunda fase da **reforma tributária**, que prevê a reformulação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em junho, o ministro chegou a dizer que o projeto é inconstitucional, sem entrar em detalhes.

O governo precisa de pelo menos R\$ 168 bilhões no próximo ano para cumprir a promessa de zerar o déficit primário em 2024. Dentre as medidas já tomadas este ano, a taxação de super-ricos, tanto por meio dos fundos exclusivos como das offshores, é um dos principais projetos para diminuir o déficit nas contas públicas.

Haddad reiterou que o governo precisa aumentar as receitas em um momento em que gasta mais para recompor programas sociais e restabelecer os pisos de gastos para a educação e a saúde. De acordo com o ministro, todas as medidas que contribuam para reequilibrar as contas públicas são bem-vindas.

"Estamos há dez anos perdendo receitas, abrindo mão de receita. Nós estamos criando despesas de um lado, algumas das quais muito meritórias, mas a gente tem de cuidar da receita para equilibrar as contas e ter a sustentabilidade fiscal maior", declarou.

O ministro também comentou a proposta do relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), de elevar de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões o Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai compensar o fim de incentivos fiscais em estados de menor renda. Ele disse que o impacto fiscal da mudança ficou diluído e que a mudança ajudará a aprovar a reforma no Senado.

"Ficou muito para frente [o impacto fiscal]. É um valor pequeno por ano. Com um orçamento de R\$ 2 trilhões você ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores. Ficaram os R\$ 40 bilhões. Depois da transição feita, a cada ano um aporte adicional", afirmou o ministro. "Depois de 40 anos, viabilizar um texto merece ser celebrado."

Sobre a troca na presidência da Caixa Econômica Federal, Haddad disse ter conversado "lateralmente" sobre o tema com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). "É da alçada do presidente da República. Eu participei das conversas,

mas é uma decisão que é tomada pelo presidente", declarou.

Nesta quarta-feira (25), a presidente da Caixa, Rita Serrano, foi demitida . O novo presidente será Carlos Antônio Vieira Fernandes

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Projeto aprovado de offshores pode elevar arrecadação, diz Haddad

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/projeto-aprovado-de-offshores-pode-elevar-arrecadacao-diz-haddad>

Câmara aprova tributação

RAFAELA GONÇALVES

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 323 votos a 119 e uma abstenção, o projeto de lei que propõe a taxação de fundos offshores (no exterior) e fundos exclusivos (fechados para alta renda no Brasil). A proposta segue, agora, para a análise do Senado.

A medida, conhecida por "taxação dos super-ricos", é considerada essencial pela equipe econômica, que trabalha para aumentar a arrecadação em 2024 e cumprir a meta de zerar o déficit nas contas públicas.

A expectativa, de acordo com o governo, era de que a proposta rendesse R\$ 20 bilhões em 2024. Após acordo com lideranças partidárias, o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD- RJ), flexibilizou a proposta, o que deve reduzir a previsão inicial de arrecadação.

Uma das alterações no texto aprovado prevê igualar a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre bens e valores aplicados fora do país, proposta pelo governo em 22,5%, aos 15% aplicados nos fundos de investimento de longo prazo no Brasil. Os fundos no exterior, até agora, só pagam **impostos** quando o dinheiro é encaminhado para o Brasil, na hora do resgate, assim como os fundos exclusivos.

Também houve acordo para que os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) mantenham a isenção de Imposto de Renda. "Estamos fazendo história, pela quantidade de vezes que esse projeto veio à pauta e que se interditou esse debate, sem conseguir chegar a consenso de promover justiça na tributação.

Foi uma etapa difícil, porque é um projeto denso, complexo, que envolve interesses", destacou o relator.

O Partido Novo e o PL, além da oposição e da minoria, orientaram as bancadas a votarem contra o projeto. O deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) pediu para que a proposta fosse tirada da pauta, mas foi derrotado.

"Mais uma vez a solução para os problemas de caixa do governo é taxar o cidadão brasileiro, é disso que se trata quando se fala em tributação de offshores.

É disso que se trata quando se propõe um projeto de lei que vai fazer com que o cidadão brasileiro seja

ainda mais empobrecido", disse van Hatten.

A votação da proposta já havia sido adiada três vezes.

Após almoço com líderes partidários, ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu pautar a discussão. A inclusão do tema ocorreu logo após a demissão da presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, para a nomeação do economista Carlos Antônio Vieira, aliado de Lira. A troca no comando do banco estatal envolve negociações para aproximar o Centrão do governo.

Em coletiva de imprensa, após a votação, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), comemorou a vitória e negou que a votação tenha acontecido em decorrência da mudança no cargo. "A Câmara entregou até agora mais de 90% de tudo que o nosso governo encarava como necessário para cumprir as metas fiscais e econômicas.

Votamos matérias tão complexas quanto essas, antes dessa história de Caixa Econômica.

Nós votamos o **Carf**, o regime fiscal, a **reforma tributária**, cada coisa no seu devido lugar.

Não foi por causa de nomeação de A ou B", destacou.

Pauta polêmica

O projeto de lei que prevê a tributação é, de acordo com o governo, uma das medidas indispensáveis para atingir o desejado equilíbrio fiscal das contas públicas. "A pauta é polêmica pois, atualmente, esse tipo de investimento possui uma carga tributária reduzida, de modo que, caso seja aprovado o projeto, serão afetados principalmente os contribuintes de alta renda", pontuou Felipe Rei, sócio do escritório Vieites, Mizrahi, Rei Advogados.

Para o economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, a taxação é meramente arrecadatória e não beneficia o ambiente de negócios. "A iniciativa não traz um planejamento estratégico para atrair novos investimentos para o país. O que se quer é somente satisfazer o furo do orçamento, ou seja, o déficit de 2022", afirmou.

"O governo pretende arrecadar R\$ 20 bilhões e o déficit é de R\$ 200 bilhões. Eu não vejo como isso possa ajudar o país, pelo contrário, muitos fundos exclusivos devem deixar o Brasil", acrescentou Eyng.

Ele disse que a iniciativa foi ventilada na Europa, mas os agentes políticos voltaram atrás, porque a ideia provocou fuga de investidores.

Estamos fazendo história, pela quantidade de vezes que esse projeto veio à pauta e que se interditou esse debate, sem conseguir chegar a consenso de promover justiça na tributação.

É um projeto denso, complexo, que envolve interesses" Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do PL

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/10/26/all.pdf>

A reação nada otimista com o relatório da Reforma Tributária - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A julgar pelas primeiras impressões do texto da **reforma tributária** que foi protocolado ontem no Senado pelo relator Eduardo Braga, a aprovação das novas regras será longa e turbulenta.

"A proposta pode impactar o preço dos alimentos, afetando principalmente a população vulnerável", diz uma nota assinada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

"O relatório causa preocupação no setor de produção de energia", afirma Roberto Ardenghy, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "Ao criar um imposto seletivo para essa atividade, você gera uma pressão inflacionária que vai impactar todos os consumidores." Nas próximas semanas, portanto, as pressões setoriais e políticas tendem a ganhar intensidade.

A previsão é que a reforma comece a ser votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 7 de novembro. Depois, ela segue para o plenário e, enfim, retorna para a Câmara.

Evento reúne 3,3 mil mulheres do agronegócio brasileiro

Pelo menos 3,3 mil mulheres reuniram-se ontem em São Paulo para debater uma pauta essencial da economia brasileira: o agronegócio. Elas participaram da oitava edição do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, o maior encontro do tipo na América Latina. Se até pouco tempo atrás o setor era refratário à presença feminina, agora isso começa a mudar. Uma pesquisa da Talenses mostrou que 35% dos cargos gerenciais do agro brasileiro são ocupados por mulheres. Em 2017, o índice estava em 22%.

Petrobras: "Críticas são falta de informação ou má-fé"

Representante dos trabalhadores no conselho da Petrobras, Rosângela Buzanelli reagiu às críticas generalizadas que a mudança do estatuto da empresa provocou. "A assertiva de muitos analistas de que a governança está ameaçada é totalmente infundada e pode ser motivada pela falta de informação ou má-fé", escreveu ela em seu site pessoal. A leitura feita pelo mercado é de que as alterações defendidas pela

petrolífera permitem indicações políticas e dificultam a distribuição de dividendos.

Weg reforça atuação internacional

A catarinense Weg está de olho no exterior. Nesta semana, a empresa finalizou a compra de 45% da alemã Bewind, especializada no desenvolvimento de tecnologias para aerogeradores. De acordo com a Weg, a aquisição faz parte da estratégia de ampliar os investimentos em geração de energia, com foco em áreas como geração, transmissão e distribuição (GTD). O valor da transação não foi revelado. Em setembro, a companhia brasileira comprou a operação de motores elétricos da americana Regal Rexnord.

41%

dos consumidores brasileiros pretendem gastar mais de R\$ 800 na Black Friday, que ocorrerá na última semana de novembro. A pesquisa da agência Macfor indica que as pessoas usam a data para comprar produtos caros

Os funcionários não querem voltar para os escritórios porque têm jornadas mais leves em casa" Steve Schwarzman, presidente da Blackstone, uma das maiores empresas de investimento do mundo

RAPIDINHAS

A Samsung analisou dados capturados por sua linha de relógios Galaxy Watch para conhecer os hábitos de sono dos brasileiros. Segundo o estudo, a maior parte dos usuários do aparelho no país dorme entre meia-noite e sete da manhã. Para além da curiosidade, o que chama a atenção é o fato de a empresa ter acesso a esse tipo de informação.

Para 30% dos brasileiros, o salário não é suficiente para chegar ao fim do mês e 38% têm dificuldade para gerenciar o dinheiro. As constatações vieram de estudo feito pela FSB Holding e encomendado pela Confederação Nacional da Indústria. Ou seja: a baixa renda associada à falta de educação financeira são problemas crônicos do país.

O governo comemora os resultados do programa de renegociação de dívidas Desenrola, mas a verdade é que seu alcance é limitado.

E por um motivo principal: desconhecimento. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 57% dos brasileiros não sabem que uma nova fase do programa está em andamento.

A 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial do Grupo Petrópolis, dono das marcas Itaipava, Crystal, Petra e Black Princess. Estima-se que as dívidas da companhia totalizem aproximadamente R\$ 5 bilhões. Em **comunicado**, a cervejaria diz que o objetivo é pagá-las em até 10 anos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/26/all.pdf>

A incoerência da política fiscal (Editorial)

Cumprir a meta fiscal e resgatar o equilíbrio estrutural das contas públicas será um objetivo bem mais desafiador do que se espera.

Sem alterar a dinâmica do gasto público ou reduzir a rigidez das despesas obrigatórias, o buraco no Orçamento não apenas não será coberto, como tende a crescer.

A edição mais recente do Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado traz uma reflexão importante sobre a diferença entre o objetivo e a direção na análise da evolução das despesas primárias no curto prazo. As metas expressas pelo novo arcabouço fiscal simplesmente não se coadunam com o comportamento do gasto público.

Em setembro, segundo a IFI, a despesa primária do governo central alcançou a marca de R\$ 157,5 bilhões, um aumento real de 10,7% em relação ao mesmo mês de 2022. Os gastos previdenciários tiveram alta de 7,1%, um crescimento relacionado tanto ao crescimento no número de benefícios quanto ao aumento do salário mínimo. Desembolsos com pessoal e encargos sociais subiram 2,1%, em razão do reajuste dos servidores. Dispêndios obrigatórios com controle de fluxo, como o Bolsa Família, avançaram 49,7%, em parte porque o antigo Auxílio Brasil, em vigor até o ano passado, havia sido pago com crédito extraordinário.

Não foi um comportamento pontual.

De janeiro a setembro, a despesa primária somou R\$ 1,487 trilhão, alta real de 5,1% em relação aos nove primeiros meses do ano passado. Gastos com abono salarial e seguro-desemprego cresceram 7,3%; a complementação da União ao Fundeb, para bancar o piso dos professores da rede pública, avançou 10,6%; e o Bolsa Família aumentou 20,5%.

De janeiro a setembro, a maior redução nos gastos se deu nas despesas discricionárias, de 17,39%. Mas essa queda não significa cortes definitivos, mas apenas bloqueios orçamentários temporários e o cronograma de desembolsos dessa despesa, concentrada no fim do ano. Não é uma manobra nova. Diante da impossibilidade de mexer nos gastos obrigatórios, as despesas discricionárias costumam pagar o preço imediato da política fiscal - ao menos nos primeiros meses do ano.

Isso explica muito sobre o movimento que os parlamentares têm feito para segurar a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Entre os artifícios que o relator, Danilo Forte (União-CE), cogita adotar estão limites para o contingenciamento de emendas, um calendário para o pagamento dessas indicações e até a criação de um novo tipo de emenda impositiva - a emenda de liderança.

Para o ano que vem, o governo pressupõe que as despesas primárias serão mantidas praticamente estáveis, em 19,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 19,1% neste ano. Tal projeção parte de premissas no mínimo questionáveis, como uma redução de 8% nos gastos previdenciários motivada por um pente-fino nos cadastros, operação cujo sucesso, segundo a IFI, é "crucial" para a materialização do cenário esperado pelo governo.

Não é apenas no comportamento das despesas que é possível perceber a diferença entre objetivo e direção da política fiscal. Há, na verdade, uma incoerência entre o discurso e a prática do Executivo e do Legislativo nesse tema.

Quando as principais despesas da União crescem acima da **inflação**, não há maneira de dourar a pílula: é preciso aumentar a arrecadação para bancá-las e propor reformas para reduzi-las.

O governo fala em recuperar receitas, o que dá na mesma, mas suas medidas para taxar fundos exclusivos e offshore e para acabar com a dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (JCP) repousam no mesmo Congresso que deu aval ao arcabouço fiscal. Até agora, o plano de caça dos jabutis tributários do ministro Haddad não saiu do papel, mas o Legislativo trabalha intensamente para mantê-los e até ampliá-los na **reforma tributária**.

Assim, resta ao governo recorrer aos tradicionais contingenciamentos, que retroalimentam o desgaste na relação com o Legislativo, e torcer para que o Congresso não cumpra a ameaça de engessar ainda mais o Orçamento por meio das emendas parlamentares. Até quando?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova projeto que prorroga até 2027 desoneração da folha

MARIANA CARNEIRO

O projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores econômicos que mais empregam no País foi aprovado ontem, em votação simbólica, no Senado. O benefício venceria em 31 dezembro. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelo texto, prefeituras com até 142 mil habitantes também tiveram reduzida sua alíquota da contribuição ao **INSS**, de 20% para 8%. O impacto da desoneração para os cofres da União é de cerca de R\$ 20 bilhões por ano.

Os senadores também deram sinal verde à inserção, feita pela Câmara, reduzindo a tributação incidente sobre as empresas de transporte urbano - elas passarão a recolher para o **INSS** o equivalente a 1% da receita bruta, e não mais 2%. A iniciativa é resultado de lobby da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e de outras entidades no Congresso.

O governo tentou protelar a votação, e esperava que a apresentação do relatório da **reforma tributária** e a sabatina de dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na Casa pudessem empurrar a tramitação para a próxima semana. Mas, encerrada a votação dos indicados ao STJ, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), puxou o tema para a primeira votação da noite e propôs a votação simbólica. A votação também evitou expor uma derrota por ampla margem que o governo sofreria na desoneração.

O tema tinha amplo apoio de senadores, inclusive o de membros da base aliada, uma vez que se trata de medida de interesse de prefeituras a pouco menos de um ano das eleições municipais.

Além disso, senadores defenderam a desoneração alegando que a retirada do benefício poderia gerar desemprego.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tentou rebater esses argumentos ainda na votação do texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ocorrida na véspera. Alegou que as prefeituras serão atendidas com mais repasses do

Fundo de Participação dos Municípios neste ano.

Ele também defendeu que o tema fosse levado a debate só na reforma da tributação que incide sobre a renda - numa próxima etapa que o governo Lula pretende colocar em discussão após a reforma da tributação sobre o consumo. "Não tem por que o governo ficar contra. Esperar uma **reforma tributária** para contemplar? Só fica no sonho, a gente não sabe quando será materializada a reforma que venha a atender esses setores", disse Angelo Coronel (PSD-BA), que relatou o projeto no Senado.

Reação Governo tentou barrar votação, com proposta de incluir tema na **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O custo da reforma tributária - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

Para aprovar a **reforma tributária**, não vale tudo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou botar mais dinheiro do governo federal no Fundo de Desenvolvimento Regional, com impacto nas contas públicas e comprometimento dos resultados futuros do novo arcabouço fiscal.

O aporte para o fundo que vai financiar os investimentos dos Estados para diminuir as desigualdades aumentou em R\$ 20 bilhões (de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões), e tudo indica que os senadores estão prontos para ampliar a facada no governo. Dinheiro para o fundo é despesa na veia.

Esse é um ponto que tem sido pouco considerado nas análises técnicas da reforma, concentradas muito mais até agora no aumento das exceções que podem aumentar ainda mais o valor da alíquota-padrão dos dois novos **impostos** que serão criados sobre o consumo - a CBS, do governo federal, e o IBS, dos Estados e municípios.

Haddad aceitou porque o senador Eduardo Braga, relator da reforma no Senado, lhe disse que, sem o aumento, não haveria voto para aprovar a reforma.

É difícil saber se essa conversa foi em tom duro ou o ministro cedeu sem lutar muito.

Afinal, no passado, a reforma travou por conta do fundo.

Mas é preciso registrar que, até agora, ninguém apresentou uma fonte de financiamento de longo prazo para uma despesa dessa conta de R\$ 60 bilhões por ano.

Confrontado a apontar de onde virá o dinheiro para isso, o senador Eduardo Braga fez a aposta no crescimento da economia no futuro - que formaria, ao longo dos anos, a poupança do fundo, que será permanente (sem data para acabar), reforçando que a previsão é de que o aporte de R\$ 60 bilhões por ano só acontecerá a partir de 2043.

Apostar no crescimento é uma saída sempre recorrente para justificar aumento de gastos.

Como também é jogar a fatura para o futuro. É como se dissessem: "É só daqui a 20 anos, depois se resolve".

A verdade é que o Orçamento brasileiro tem muitas vinculações atreladas às receitas.

Portanto, é difícil imaginar que o aumento da arrecadação do incremento da atividade financie uma despesa dessa magnitude de R\$ 60 bilhões.

Em outro fundo previsto na reforma, o de compensações das perdas aos Estados e municípios com a mudança da tributação, o primeiro aporte do governo já começa com R\$ 8 bilhões em 2025. Ou seja, o futuro é logo ali. Está todo mundo muito "guloso" nessa reforma. Quem segura a chave do cofre?

Até agora, ninguém apresentou uma fonte para bancar uma conta de R\$ 60 bi por ano

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM
BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

De lobby em lobby, reforma é desfigurada

ALEXANDRE CALAIS

A **reforma tributária** ideal na cabeça de Bernard Appy, o secretário especial da Fazenda para o tema, criaria um IVA com uma alíquota só. Sem exceções, essa alíquota ficaria em pouco mais de 20%. Mas todo mundo sabia que esse era um mundo imaginário, politicamente inviável.

Na Câmara, com as pressões vindas de todos os lados, o projeto aprovado trouxe três alíquotas: uma cheia, outra com desconto de 60% e outra zerada, para alguns itens específicos, como a cesta básica.

Na alíquota com 60% de desconto, entraram nove setores diferentes, como educação, saúde e agropecuário.

Pois, esse quadro ficou um pouco pior no relatório apresentado pelo relator do projeto no Senado, Eduardo Braga.

Foi criada uma quarta faixa, com desconto de 30% sobre a alíquota cheia, para beneficiar profissionais liberais. Além disso, na alíquota com desconto de 60% foram incluídos pelo menos mais dois setores.

Se já havia uma cesta básica com **impostos** zerados, o relator criou uma nova categoria, a "cesta básica estendida", que terá também uma alíquota reduzida.

O que vai entrar em cada uma dessas cestas será definido depois, mas haverá muita pressão para inclusão de infindáveis produtos.

Um outro ponto que provoca preocupação no relatório é o aumento de setores incluídos na categoria "regimes específicos", que terão tratamento diferenciado. Mas não está claro o que seria esse "diferenciado" - isso ainda precisará ser regulamentado.

Com a reforma aprovada na Câmara, se especulava que o IVA "cheio" ficaria em torno de 27%. Esse é o mesmo valor do IVA mais alto cobrado entre todos os países que adotam esse tipo de imposto - o da Hungria. Com novas exceções entrando no texto, a tendência é de que fique ainda maior.

Se a lógica é a da "farinha pouca, meu pirão primeiro", o risco é de, no fim, acabarmos com um monstro que pode até amenizar o problema, mas não cumprirá o papel de dar condições plenas para um crescimento

econômico sustentável de longo prazo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Divisão de recursos de fundo regional já provoca crise entre governadores

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), decidiu dividir o bilionário Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) segundo dois critérios: 70% dos recursos serão distribuídos de acordo com o FPE (Fundo de Participação dos Estados), enquanto os 30% restantes serão destinados segundo o tamanho da população.

A divisão, antecipada pelo Estadão, privilegia os Estados do Nordeste e Norte, que recebem a maior parte dos recursos do FPE. Entre os dez principais beneficiários do fundo, sete são do Nordeste e dois, do Norte. São Paulo, por exemplo, recebe menos de 1% do FPE.

IRA. Para evitar a ira dos Estados mais populosos, como São Paulo, Braga decidiu incluir o critério populacional. A divisão não agradou aos Estados do Centro-Oeste, cujas populações são menores e tampouco são agraciados com gordas fatias do FPE. Também deverá desagradar aos Estados do Sul e ao Espírito Santo.

A oposição desses Estados é relevante, uma vez que, no Senado, cada Estado tem o mesmo número de representantes e, para que a reforma avance, é preciso que haja algum grau de concordância entre todas as regiões do País.

"Piorou muito para o Espírito Santo e vamos trabalhar para alterar esse trecho no Senado.

O Espírito Santo já vai perder muito com a reforma e agora vai perder também na divisão do fundo", disse o governador capixaba, Renato Casagrande (PSB).

INSATISFAÇÃO. Senadores que representam os Estados que se sentem prejudicados já disseram a Braga que estão insatisfeitos com a fórmula. O relator foi aconselhado por Otto Alencar (PSD-BA) a inserir em seu relatório um critério que já estivesse contemplado na Constituição e evitasse inovações que pudessem levar a questionamentos judiciais. Os insatisfeitos argumentam que Alencar advogou, com seu conselho, pelo Nordeste.

"São tantos pepinos numa matéria dessas que eu

disse a ele para ser pragmático e escolher um (critério) que já existisse", disse Alencar ao Estadão.

FUNDO MAIOR. Braga também elevou o valor total do fundo, de R\$ 40 bilhões por ano para R\$ 60 bilhões, como mostrou ontem o Estadão. O valor será aportado gradativamente pela União até alcançar o pico em 2043. Não há data de validade para o FNDR.

Braga também rebaixou a "comitê gestor" o Conselho Federativo, que vai centralizar a arrecadação do novo IBS - imposto que unifica e substitui o ISS (municipal) e o ICMS (estadual), a ser recolhido e distribuído entre Estados e municípios.

O relator retirou atribuições como a propositura de leis e determinou que o seu presidente será nomeado pelo Senado.

A governança do conselho é alvo de queda de braço entre os Estados, em um movimento capitaneado por São Paulo.

"A governança deixa de ser relevante. Não terá mais disputas políticas no comitê gestor, que tratará apenas de regimento interno. Não sei se São Paulo vai querer disputar um comitê que terá como única atribuição o regimento interno", disse Braga.

A polêmica ainda está viva entre os governadores, que têm especial interesse no assunto, assim como na validade dos atuais incentivos tributários.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou ao Estadão/Broadcast que pretende recorrer ao STF para contestar perdas de arrecadação causadas pela **reforma tributária**, e "reivindicar prerrogativas de autonomia sobre a arrecadação".

"MESADA". "Essa PEC não tem poder de revogar aquilo que a Constituição me deu como cláusula pétrea", declarou o governador.

"Eu não sou governador de receber mesada, de receber ordem de conselho", declarou Caiado.

"Essa PEC não tem poder de revogar aquilo que a Constituição me deu como cláusula pétrea. Não sou governador de receber mesada, de receber ordem de conselho" Ronaldo Caiado (União Brasil) Governador

de Goiás

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

As principais mudanças feitas pelo relator

ADRIANA FERNANDES, MARIANA CARNEIRO e BIANCA

O relator da **reforma tributária** no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu em seu relatório uma trava para evitar o aumento da carga tributária do País, já considerada elevada por especialistas, com a mudança do sistema de **impostos** sobre o consumo. O parecer institui um teto de referência, com base na média da receita no período de 2012 a 2021 como proporção do **PIB**.

Braga também inseriu uma taxa de até 1% do Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", na extração de minérios e petróleo. O novo imposto será criado pela **reforma tributária** para taxar produtos e serviços nocivos ao meio ambiente e à saúde - e poderá incidir sobre armas. O texto garante que o tributo não incidirá sobre energia elétrica e telecomunicações.

O texto prevê ainda a devolução obrigatória do imposto pago na conta de luz para as famílias de baixa renda. O mecanismo de devolução do imposto é chamado na reforma pela palavra em inglês "cashback". A cesta básica de produtos estendida também terá um sistema de cashback para famílias de baixa renda, como antecipou o Estadão. ADRIANA FERNANDES, MARIANA CARNEIRO e BIANCA LIMA/BRASÍLIA

Mudanças

O que mudou em relação ao texto da Câmara

1.Trava para aumento da carga tributária | Instituição do teto de referência, com base na média da receita entre 2012 e 2021, apurada como proporção do **PIB**; | A alíquota de referência será reduzida caso exceda esse teto.

2.Comitê Gestor | Substituirá o Conselho Federativo, órgão para gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que irá unificar o ISS (municipal) e o ICMS (estadual); | Inclui a possibilidade de o Congresso Nacional convocar o presidente do Comitê Gestor; | Deliberação: maioria absoluta, mais representantes de Estados que correspondam a 50% da população, mais maioria absoluta dos municípios.

3.Imposto Seletivo ("imposto do pecado") | Incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar; |

Teto de alíquota de até 1% na extração de minérios e petróleo; | Poderá incidir sobre armas e munições, exceto quando destinadas à administração pública.

4.Regime específico | Combustíveis e lubrificantes: as alíquotas serão definidas por resolução do Senado Federal; | Inclusão de operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, incluindo missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais; | Inclusão de serviços de saneamento e concessão de rodovias; | Inclusão de operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações; | Inclusão de serviços de agência de viagem e turismo; | Inclusão de transporte coletivo rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo.

5.Rateio das parcelas do IBS de municípios | 80% em relação à população; | 10% com base em indicadores de melhoria na aprendizagem e de aumento da equidade; | 5% com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com lei estadual; | 5% em montantes iguais para todos os municípios do Estado.

6.Cide Combustíveis | Destinação, também, para transporte público coletivo.

7.Zona Franca de Manaus | Mantém o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus e às Áreas de Livre Comércio existentes em 31 de maio de 2023; | A Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide) poderá ser utilizada para garantir a competitividade dos bens produzidos na Zona Franca. Essa vantagem não será dada via tributação do Imposto Seletivo ou pelo IPI.

8.Cesta básica e cashback | A lista de itens da cesta será definida por lei complementar; | A cesta social, com alíquota zero, terá itens alimentícios essenciais.

A estimativa é de que ela tenha de 30 a 35 produtos; | Outra cesta básica, chamada de estendida, terá imposto com alíquota reduzida de 40% da alíquota-padrão. Será criado o mecanismo de cashback (devolução de imposto) dos produtos dessa cesta para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

| Cashback do imposto pago na conta de luz para famílias de baixa renda 9.Seguro-receita | Alterado de 3% para 5%.

10.Alíquota reduzida | Alterada a redação "bens e

serviços relacionados à soberania e segurança nacional, segurança da informação e cibernética"; I Alterada a redação para inclusão: produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional; I Alterada a redação: alimentos destinados a consumo humano, produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

I Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) serão desonerados da CBS (novo imposto do governo federal).

11."Quarta alíquota" (intermediária) I Terá desconto de 30% da alíquota-padrão; destina-se a serviços de profissões regulamentadas (como médicos e advogados).

12.Fundo de Desenvolvimento Regional I Aporte adicional de R\$ 20 bilhões em dez anos a partir de 2034. Valor total: R\$ 60 bilhões I Divisão com base no Fundo de Participação dos Estados - FPE (70%) e população (30%).

13.Prazos para lei complementar I 240 dias para envio pelo Executivo das leis complementares.

14.Fundos de Infraestrutura I Para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará serão mantidos os atuais fundos estaduais de financiamento da infraestrutura. Esse grupo de Estados cobra uma taxa sobre grãos, madeira e minérios (no caso do Pará).

I Os fundos serão mantidos até 31 de dezembro de 2032. A medida é polêmica porque outros Estados, como o Paraná, também querem ser atendidos.

15.Setor automotivo I Ficam prorrogados, até 31 de dezembro de 2032, incentivos tributários concedidos a montadoras instaladas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. A regra vale para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2024 e proíbe a majoração do benefício.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Sob pressão, relator amplia exceções para mais setores

**ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA MARIANA
CARNEIRO**

Sob forte pressão de lobbies, o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu dez setores e atividades na lista de tratamentos diferenciados, criou uma nova taxa sobre a extração de minério e petróleo e aumentou para R\$ 60 bilhões o aporte da União ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Na Câmara, o valor estava em R\$ 40 bilhões.

Em contrapartida, o relator excluiu os benefícios tributários de duas atividades e atendeu ao pedido do Ministério da Fazenda para restringir os itens da cesta básica que terão alíquota zero, como antecipou o Estadão.

O desenho da cesta e a forma de divisão dos recursos do FNDR, privilegiando governadores do Norte e Nordeste, devem sofrer resistência no Senado e no retorno da proposta à Câmara.

Em relação às exceções, a maior mudança foi no número de regimes tributários específicos - aqueles que terão regras diferenciadas estabelecidas por lei complementar. Seis atividades passaram a ser contempladas: agências de viagem e turismo; missões diplomáticas; saneamento; concessão de rodovia; serviços de telecomunicações; e transporte aéreo.

Transporte coletivo rodoviário intermunicipal e interestadual, além de ferroviário e hidroviário, também foi incluído no grupo, mas se trata de um remanejamento: esses serviços estavam previstos na alíquota reduzida e foram realocados.

"A quantidade de setores com regimes específicos preocupa.

O IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é o tributo mais neutro possível; ele evita distorções alocativas. Quando se joga cumulatividade para dentro do sistema, isso gera mais possibilidades de distorções", afirma Breno Vasconcelos, tributarista do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper.

A lista de segmentos com alíquota reduzida do novo IVA também sofreu alterações. Foram incluídos comunicação institucional e produtos de limpeza,

sendo que este último é limitado a produtos majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda. Nessa faixa de tributação, a cobrança equivale a 40% da alíquota-padrão.

Há, portanto, um desconto de 60%.

O relator também reduziu a zero a alíquota da CBS (o IVA de competência federal) para entidades de inovação, ciência e tecnologia sem fins lucrativos. Por outro lado, excluiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) do benefício, e retirou as vantagens tributárias das atividades de reabilitação de zonas históricas.

Para atender ao lobby da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Braga criou ainda uma quarta alíquota do IVA, com desconto de 30%, para beneficiar profissionais liberais que têm atividades regulamentadas, como médicos e advogados.

EFEITO. A expansão dessas listas especiais preocupa os setores que ficaram de fora, já que, quanto maior o número de exceções, maior será a alíquotapadrão do IVA. À época da aprovação da reforma na Câmara, a Fazenda calculou que a alíquota poderia chegar a 27% - uma das maiores do mundo.

Braga, porém, refuta a ideia de que ampliou as exceções.

"Quem estiver fazendo essa afirmação, eu queria que me mostrasse a conta", afirmou.

O relator defendeu as inclusões no regime específico. "Saneamento é um contrato de tarifa de água e esgoto na casa dos 210 milhões de brasileiros.

Você sabe o que isso significaria?

Um contencioso de judicialização em 5.568 municípios." Em relação às concessões de rodovias, citou a greve dos caminhoneiros: "Sabe o que iria acontecer nas estradas pedagiadas?

Greve de caminhoneiros.

O que isso custa para a economia?

O Brasil quase quebrou com a greve por causa de

centavos no óleo diesel. Você imagina aumentar 25% de IVA no pedágio dos caminhoneiros".

"Quem estiver fazendo essa afirmação (sobre mais exceções no projeto), eu queria que me mostrasse a conta" Eduardo Braga Senador (MDB-AM), relator da **reforma tributária** na Casa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Tendência é complexidade da reforma aumentar no Senado

César Felício

O parecer sobre a **reforma tributária** do senador Eduardo Braga (MDB-AM), lido nessa quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, foi apresentado pelo emedebista como um ponto de partida para a discussão e para novas mudanças no texto, mas não é bem assim. O ponto de partida na realidade foi o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Câmara, aprovado em julho com diversas modificações de última hora.

Braga manteve o núcleo central da proposta dos deputados - cobrança de tributação no destino, IVA dual e regra de transição longa, mas foram 207 emendas acatadas. O viés de mudança que a PEC vier a ter no Senado até o texto ser devolvido à Câmara deve ser para tornar o texto cada vez mais distante do votado pelos deputados. E cada vez mais complexo.

Nem todas as propostas de Braga são para afrouxar a carga, aguar a proposta. Ele retirou por exemplo um "jabuti" que havia sido colocado no plenário da Câmara em benefício do sistema financeiro.

Era uma trava fiscal a ser consagrada na Constituição que nenhum outro setor da economia teria. Estava no inciso II do parágrafo único do artigo 10.

Lá os deputados determinaram que o regime específico para o setor financeiro deve ter "alíquotas e base de cálculo definidas de modo a não elevar o custo das operações de crédito relativamente à tributação de receita decorrente de tais serviços".

No texto de Braga saiu a expressão "de modo a não elevar" e entrou "de modo a não reduzir, até o final do quinto ano da entrada em vigor do regime".

Ainda que a redução de carga nesse setor constitucionalmente seja possível depois de cinco anos, o setor financeiro deixou de ter uma trava só dele.

Embarcaram na arca dos regimes especiais, contudo, os profissionais liberais, as empresas de saneamento, as concessões rodoviárias, agências de viagens e turismo, entre outros.

Tudo o que se refere a Imposto Seletivo e cesta básica fica para legislação infraconstitucional. Esses são pontos importantes, porque passa a ser do interesse dos setores privados eventualmente atingidos a regulamentação dos dispositivos o mais rápido possível. É previsível muita pressão dos setores organizados sobre a Câmara e o Senado no próximo ano, entre fevereiro - início do ano legislativo - e setembro, às portas da eleição municipal.

A lista da cesta básica é decomposta em duas: a nacional e a estendida.

A primeira com alíquota zero e a segunda com alíquota com desconto de 60% e mecanismo de cashback. A cesta básica nacional, contudo, será na realidade regional, conforme emenda acatada de autoria do senador Marcelo Castro (MDB-PI). Determinado produto portanto poderá estar zerado em uma região e tributado em outra.

Três pontos tendem a ser debatidos exaustivamente no Senado.

São os que mais deixam marcas a interações no parecer de Braga: a criação de uma trava geral para impedir o aumento da carga fiscal; a substituição do Conselho Federativo pelo Comitê Gestor e o valor e funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Braga propõe um teto de referência para a trava, com base na média da receita dos **impostos** sobre consumo e serviços no período 2012/2021, apurada como proporção do **PIB**. A apuração do teto de referência seria de cinco em cinco anos. Batido o teto, a alíquota teria que cair. Braga não soube dizer em qual foi essa média.

Sugeri aos jornalistas "procurarem no Google". O teto que valerá será fixado em resolução do Senado. A falta de clareza em relação ao tema é garantia de polêmica.

No caso do Comitê Gestor, há resistências em relação à sua própria existência.

O FNDR de Braga sobe de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões, com pleno aval do Ministério da Fazenda, de acordo com o senador.

Não ficou claro de que forma esse fundo será abastecido.

Braga limitou-se a dizer que será com recursos do Orçamento Geral da União.

Não está claro de onde virão os recursos para aumentar o fundo dos Estados

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Relatório da reforma tributária divide economistas e especialistas em direito

O parecer apresentado ontem pelo relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDBAM), divide opiniões entre economistas e especialistas em direito. O único consenso é a crítica à criação de uma alíquota intermediária para profissionais liberais.

Para quem esperava alguma reversão das concessões de última hora aprovadas na Câmara dos Deputados, o texto apresentado foi um "balde de água fria", diz Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). "Não apaga os efeitos da reforma e o sistema que emerge dela deve ser melhor do que o que temos, mas estamos nos desviando cada vez mais do ideal", afirma.

O parecer, diz, mostra que houve mais desidratação e, para compensar, haverá aumento da alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Uma das principais críticas vai para a redução em 30% da alíquota do IVA para profissionais liberais.

"Sabemos que o público atendido não é a maioria dos profissionais, porque eles estão no Simples, regime que não é afetado pela reforma.

Advogados, economistas e contadores de classe média e média alta já estão no Simples e vão ganhar com a reforma porque poderão gerar crédito. A mudança no parecer é para atender clientes de grandes escritórios de advocacia ou de consultoria", diz Borges.

Embora já fosse esperada, a inclusão de setores em regimes diferenciados enfraquece os ganhos da reforma, reforça Thaís Zara, também da LCA. Ela diz que a unificação poderia levar a uma alíquota geral mais baixa e prevê que, nos próximos meses, haverá grande disputa de setores para decidir em qual classificação estão.

Sobre imposto seletivo (sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente), Zara lembra que havia muita discussão se combustíveis, por serem fósseis, entrariam, "mas agora vimos que terão regime específico", observa.

Zara deu boas-vindas à trava da carga tributária e à limitação da quantidade de itens dentro da cesta

básica com alíquota zero. O parecer propõe também uma segunda cesta, com alíquota reduzida e devolução de parte do dinheiro aos mais pobres. "Todo esse movimento de trazer de volta o "cashback" é bastante positivo", diz Zara.

As mudanças propostas não alteraram a visão positiva do BNP Paribas com a reforma. "Muito mais pelo fato de que pode reduzir temeridades e acomodar demandas de alguns setores do que, necessariamente, trazer uma mudança estrutural sobre o que a reforma pode impactar na atividade", diz a economista Laiz Carvalho.

Para Maílson da Nóbrega, sóciofundador da Tendências Consultoria e ex-ministro da Fazenda, as mudanças "pioraram muito" o projeto, principalmente ao aumentar "brutalmente" as exceções.

"As exceções feitas pela Câmara já ampliaram os 22% para 27% [de alíquota-padrão], segundo o Ministério da Fazenda. Eu calculo que as adições do Senado podem levar o IVA para perto de 30%", afirma.

O relatório, diz, "só prova que o Brasil é um país de privilégios." Além da alíquota para profissionais liberais, Maílson critica, por exemplo, benefícios na concessão de rodovias e diz que nenhum país estimula investimentos em saneamento via incentivos fiscais. Ele avalia ainda como uma "temeridade" a trava na alíquota. "Não conheço país que tenha feito isso e é menos justificável ainda no Brasil, dada a rigidez orçamentária", diz.

Para Sérgio Gobetti, especialista em contas públicas, a inclusão de exceções no relatório é "do ponto de vista conceitual, um grande erro", mas seu efeito sobre a alíquota-padrão tende a ser pequeno.

"O ajuste sobre a cesta básica tem um peso bastante relevante, que pode compensar boa parte do efeito das novas exceções", diz o economista do Ipea, atualmente cedido para a secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Embora tenha criado um pouco mais de exceções, o parecer trouxe até poucas mudanças, considerando o que podia ser esperado, dada as discussões que precederam a apresentação do documento, pondera o economista e tributarista Eduardo Fleury, sócio do

FCR Law.

A inclusão, entre os regimes específicos, dos serviços de saneamento e de concessão de rodovias pode fazer sentido, porque, nesses setores, há alto nível de investimento inicial, e a medida pode contemplar também investimentos futuros, diz Fleury. "É um ponto a acompanhar na regulamentação pelas leis complementares." Ele também critica, no entanto, a alíquota para serviços de profissionais liberais. "Não faz sentido para quem presta serviços para empresas, como médicos e profissionais de saúde que faturam por planos de saúde. Quando se fatura para o "B2B", não faz diferença, porque haverá a tomada do crédito", diz. "A diferença será no atendimento direto à pessoa física, o que beneficiará a população mais bem aquinhada de renda. Não deve haver grande repercussão na arrecadação agregada, mas vai beneficiar quem faz cirurgia plástica estética, por exemplo." Já a criação da cesta básica estendida é interessante, diz Fleury.

"Isso tem impacto redistributivo positivo, embora dependa da definição dos produtos", pondera.

As exceções apresentadas no parecer também não surpreenderam, em geral, a professora do Insper Vanessa Canado, à exceção da alíquota especial para profissionais liberais, que ela critica. Algumas novidades, no entanto, diz, tendem a tornar o sistema mais complexo e distorcivo, como a inclusão de mais setores nos regimes específicos, como saneamento e concessão de rodovias, e as mudanças na cesta básica.

Canado observa que pode haver maior pressão por quem ficou de fora da cesta zerada para ser incluído na estendida. Além disso, o texto diz que as cestas serão montadas considerando a diversidade regional e cultural do país. "Meu medo é ter 27 cestas, ou quatro cestas, não sei como vai operacionalizar." Por outro lado, ela elogia a manutenção da figura, ainda que com outro nome, do conselho federativo - característica importante para um IVA, segundo a professora - e a previsão de revisão dos tratamentos favorecidos a cada cinco anos. "É uma espécie de válvula de escape para poder fazer avaliação de impacto. Eu diria que foi a parte mais positiva apresentada", diz.

Para Felipe Salto, economistachefe da Warren Rena, o relator incluiu uma inovação no texto ao estabelecer que os benefícios fiscais oferecidos pelos Estados ficam garantidos até 2032, mesmo após ter início a redução progressiva da cobrança de ICMS e ISS, a partir de 2029. "Mas, se eu joga essa redução toda lá para a frente, diferentemente da proposta original que começava a transição mais cedo e era mais rápida, e

mantenho os benefícios fiscais em sua totalidade, a guerra fiscal vai continuar", alerta.

Ele também critica a trava sugerida para as alíquotas sobre o consumo.

"É uma ideia simples, mas errada", afirma. Para ele, será difícil de operacionalizar já que é "impraticável antecipar uma certa limitação da receita" dos entes.

A trava é vista como "interessante" pelo advogado Leonardo Roesler, especialista em direito administrativo e tributário pela FGV e sócio do RMS Advogados.

"Traz conforto para que empresas façam planejamento de negócios e de investimento a longo prazo", afirma. Para ele, no entanto, além de considerar no cálculo da trava a proporção do **PIB** do período representada por **tributos** que serão extintos, seria necessário fazer uma "leitura macro" em relação ao déficit que integra a soma do **PIB**.

Luiz Roberto Peroba, sócio da área tributária de Pinheiro Neto Advogado, elogia a exclusão de energia e telecomunicações do imposto seletivo, "uma preocupação de todos, dado o caráter essencial que têm", afirma. Afastou-se também a possibilidade de o imposto seletivo incidir sobre as várias etapas da cadeia produtiva ou sobre exportações.

Ao requalificar o conselho federativo, alterando seu nome para Comitê Gestor do IBS e retirando dele o caráter legislativo, o novo parecer preservou ainda o pacto federativo, segundo Peroba.

O relator Eduardo Braga também procurou fechar a porta para a criação de novos **tributos** pelos Estados, o que alimentaria a "guerra fiscal", aponta o advogado tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Manrriich Vasconcelos e professor do Insper.

"O relator limitou bem ao propor que esses **tributos** acabem em 2032, juntamente com a transição, e que seja vedado qualquer novo tributo ou alteração da alíquota e base de incidência das atuais contribuições", afirma Vasconcelos. (Anais Fernandes, Érica Polo, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Marta Watanabe e Rafael Vazquez)

"[Parecer] só prova que o Brasil é um país de privilégios" Maílson da Nóbrega

"[Cesta estendida] tem impacto redistributivo positivo" Eduardo Fleury

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Saiba o que 11 economistas e especialistas em direito pensam sobre o parecer da **reforma tributária** apresentado ontem no Senado

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Para CNA, cesta básica estendida não deve trazer prejuízos ao agro

Rafael Walendorff e Nayara Figueiredo

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) considera que a criação de uma cesta básica estendida, com tributação reduzida em 60% da alíquota padrão, no relatório da **reforma tributária** do senador Eduardo Braga (MDB-AM), não deve gerar prejuízos ao setor agropecuário.

Em contrapartida, a entidade também destacou que algumas demandas do agro não foram atendidas. Demais representantes do setor ouvidos pelo Valor criticaram a divisão em duas cestas básicas proposta pelo relator e defenderam a isenção de todos os alimentos essenciais, sem distinção por classe social.

O relatório de Braga prevê uma cesta básica restrita, com alimentos de primeira necessidade com alíquota zero, e a cesta básica estendida, com redução de 60% da carga e devolução em cashback para pessoas de baixa renda. Essa nova modalidade deve contemplar produtos regionais, por exemplo.

Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA, lembrou que o texto aprovado na Câmara criava a cesta básica nacional com alíquota zerada e a previsão de pagamento de um cashback.

"Mas como vai devolver imposto, se ele está zerado? Agora tem a cesta estendida, com a tributação, e viabiliza a devolução", disse ele.

"Não gera prejuízo ao agro, mas para o consumidor lá na frente, se teria 40 produtos isentos, por exemplo, agora deverá ter 15 isentos e 25 tributados, mas com o cashback", acrescentou.

Antônio Galvan, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), disse que "quando se fala em isenção de (tributária) em cima de itens básicos, na verdade, ela teria que ser para todos os itens".

Uma fonte da indústria de carnes concordou com a retirada total de **impostos** sobre estes produtos essenciais e ainda ressaltou que DIVULGAÇÃO não caberia à lei definir quem pode ter acesso aos produtos isentos.

"É inconcebível pensar que uma lei possa determinar

os tipos de nutrientes essenciais que a população mais carente poderá ter acesso facilitado ou não, já que a tributação criará dificuldades de acesso a nutrientes que a população já está acostumada a consumir", disse a fonte. Ovos e produtos do hortifruti, por exemplo, podem ficar de fora da lista de itens com alíquota zero.

As principais demandas apresentadas pelo agronegócio nas discussões da **reforma tributária** no Senado não foram incluídas no relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O setor queria um aumento na redução da alíquota padrão para os produtos agropecuários, de 60% para 80%, a elevação do limite de renda bruta anual dos produtores para serem isentos de contribuir, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões, e a não incidência do ITCMD no caso de sucessão familiar nas pequenas e médias propriedades rurais.

"Nesses pontos não houve retrocesso, mas o relator não acatou a demanda do agro. São três pontos primordiais que o agro defendia a inclusão", apontou Conchon.

Para a entidade, houve "retrocesso" no Imposto Seletivo. O senador Eduardo Braga retirou do texto o comando para não incidir esse tipo de tributação nos produtos que têm redução de alíquota.

A preocupação agora é com a porta aberta para a criação de **impostos** seletivos para insumos agropecuários, como os defensivos agrícolas.

Outro ponto considerado negativo pela CNA é a previsão, no texto do Senado, de incidência de Imposto Seletivo, com alíquota de 1%, para produtos extrativos. A entidade considera que a intenção do senador foi mirar no extrativismo mineral, mas o relatório abre espaço para a tributação de produtos extraídos no campo, como açaí.

Mesmo que o foco seja a exploração mineral, a medida é considerada ruim pela a CNA, pois pode minar o Plano Nacional de Fertilizantes, com aumento de custos de adubos e corretivos e desestímulo ao aumento da produção nacional desses insumos, disse Conchon.

Um ponto de avanço para o setor foi a limitação aos

fundos estaduais, com a manutenção da arrecadação no período de transição da reforma (dez anos) nos cinco Estados que já têm esses mecanismos atualmente (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará e Tocantins), sem possibilidade de aumento da taxa.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Ajustes sanaram incômodo com governadores

Lu Aiko Otta

Na casa da Federação, o Senado Federal, a **reforma tributária** ganhou ajustes para problemas que vinham incomodando os governadores.

Primeiro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) foi reforçado, passando de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões, como antecipado pelo Valor.

Segundo, o Conselho Federativo foi redesenhado, perdendo os pontos que o faziam ser percebido como uma ameaça ao pacto federativo. Mudou de nome, passando a chamar Comitê Gestor, o que reforça seu caráter meramente técnico.

Incomodava os governadores o fato de o Conselho Federativo poder apresentar propostas ao Legislativo para regular os novos **tributos**. Agora, essa possibilidade foi eliminada. Além disso, o presidente do Comitê Gestor será submetido a sabatina no Senado - como ocorre, por exemplo, com dirigentes do Banco Central e de AGÊNCIAS REGULADORAS.

Terceiro, foi estabelecido um critério para repartição dos recursos do FNDR, o que não havia sido feito quando a reforma foi votada na Câmara dos Deputados.

Na repartição, os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) terão peso de 70% e a população, peso de 30%.

O Nordeste e o Centro-Oeste ainda foram beneficiados pela prorrogação, até 2032, dos benefícios fiscais para o regime automotivo.

Esse alongamento havia sido rejeitado na Câmara dos Deputados por um voto.

Os cofres de Estados e municípios ganharão ainda um reforço financeiro, cujo tamanho não foi divulgado. O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, apresentado nessa quarta-feira (25), estabelece que o Imposto Seletivo poderá ser cobrado sobre atividades de extração, com alíquota máxima de 1% do valor de mercado do produto extraído. Da arrecadação, 60% serão distribuídos a Estados e municípios.

Por fim, a Zona Franca de Manaus terá sua competitividade perante o restante do país garantida com base na cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Na versão da PEC 45 aprovada na Câmara dos Deputados, a competitividade seria assegurada por meio do Imposto Seletivo.

Além de tentar aparar arestas no campo federativo, o senador Eduardo Braga colocou como sua marca pessoal na proposta o estabelecimento de um limite para a carga tributária sobre o consumo.

Haverá um teto de referência, dado pela média de 2012 a 2021 da proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) representada pelas receitas com as contribuições PIS e Cofins e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo fonte do governo, esse teto seria de 12,5% do **PIB**. O governo preferia que não houvesse teto.

Ao mesmo tempo em que aprovou novas exceções à alíquota-padrão, como é o caso das profissões regulamentadas, o relator também atuou para "limar" alguns pontos. Por exemplo, procurou limitar a isenção da cesta básica, ao limitá-la a um grupo de produtos e estabelecendo um segundo grupo de alimentos que contarão com alíquota reduzida.

Além disso, transferiu parte do setor de transportes, que contava com alíquota favorecida, para um regime específico.

Se o saldo geral vai exigir uma alíquota maior ou menor do que a que havia sido estimada com base na versão da Câmara (25,45% a 27%), é algo que o governo ainda avalia.

Uma inovação importante foi estabelecer que as tributações favorecidas serão avaliadas a cada cinco anos. E que poderão ser suprimidas com o tempo.

Todas essas questões, porém, não afetam o cerne da proposta, que foi preservado. O alinhamento do sistema tributário brasileiro ao padrão internacional deve melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Se tudo correr como o planejado, a **reforma tributária** aguardada há mais de três décadas será votada no

plenário do Senado no início de novembro e passará por uma nova análise na Câmara dos Deputados, a ser concluída ainda este ano.

Falta, porém, a elaboração da legislação complementar, que será um trabalho complexo. É importante que mereça igual atenção.

O governo preferia que não houvesse teto para a carga tributária sobre o consumo

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Braga apresenta parecer à tributária com trava e ampliação do FNDR

Julia Lindner, Caetano Tonet, Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto

Em um esforço para fazer a **REFORMA TRIBUTÁRIA** avançar no Senado, o relator do texto, Eduardo Braga (MDB-AM), acolheu novas demandas setoriais e aumentou o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), um pedido dos governadores. O parecer foi visto como um avanço em relação ao que foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas parlamentares já admitem novas mudanças e não descartam um adiamento da votação.

A meta do governo é votá-lo no Senado em novembro, para que o texto volte à Câmara e ainda seja promulgado antes do recesso. A expectativa é que em 2024 o Congresso possa se debruçar sobre as propostas de leis complementares que regulamentarão a **REFORMA TRIBUTÁRIA** do consumo.

Tendo como base a proposta aprovada na Câmara, o texto unifica ISS, ICMS, PIS, Cofins e IPI em três novos **impostos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de gestão federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido pelo Conselho Federativo, composto por representantes dos Estados e municípios; e um Imposto Seletivo (IS), federal, que incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde. O projeto visa acabar com a guerra fiscal, e prevê um período de transição para a adoção do novo sistema.

"Os regimes diferenciados serão submetidos a avaliação quinquenal de custo-benefício, podendo a lei fixar regime de transição para a alíquota padrão, garantidos os respectivos ajustes nas alíquotas de referência", disse Braga, durante apresentação do texto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Por isso mesmo, fomos bastante seletivos diante das incontáveis demandas por novas exceções. Mas não perdemos de vista os princípios que motivaram a apresentação dessa PEC 45, entre eles a necessidade de desoneração dos bens de capital, como forma de assegurar investimentos para a modernização de alguns setores, como infraestrutura e saneamento." Braga propôs em seu parecer a criação de uma trava para o crescimento da carga tributária sobre o consumo, a ampliação do aporte anual do governo federal no Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR) para R\$ 60 bilhões e a restrição do número de produtos da cesta básica que terão

alíquota zero.

No caso da trava à carga, o texto institui um teto de referência com base na média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**). A alíquota de referência dos **tributos** será reduzida caso exceda esse limite. O **TEÓFILO GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO** to para a carga tributária estaria hoje em 12,5% do **PIB**, informou uma fonte do governo. O ideal, do ponto de vista do Executivo, seria não ter essa limitação.

Em relação ao FNDR, cuja função é compensar Estados pelas perdas na arrecadação com as novas regras tributárias, a mudança significa um incremento de R\$ 20 bilhões em relação ao texto aprovado na Câmara. A versão dos deputados estabelecia um aumento progressivo do fundo até atingir o teto de R\$ 40 bilhões em 2033. Já os Estados pleiteiam um aumento entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões.

Pela proposta de Braga, o aumento extra será distribuído ao longo de dez anos. A partir de 2034, haverá um incremento de R\$ 2 bilhões ao ano, até alcançar os R\$ 60 bilhões anuais em 2043.

Braga também inseriu uma nova proposta de divisão do fundo, com 70% dos recursos distribuídos segundo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 30% com base nos Estados mais populosos. Outra mudança foi transformar o conselho federativo em comitê gestor, que ficará sem a possibilidade de ter iniciativa de lei. Esse era um dos principais pontos de atrito na Casa.

O relatório prevê redução de 60% das alíquotas dos **tributos** incidentes sobre itens como produtos de limpeza e higiene pessoal consumidos majoritariamente por famílias de baixa renda.

A alíquota reduzida beneficia, ainda, serviços de transporte coletivo de passageiros.

Braga manteve os produtos e insumos agropecuários entre os itens que terão redução da alíquota, algo que já estava previsto na versão que veio da Câmara dos Deputados e era um dos principais pleitos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Os profissionais liberais, por sua vez, terão desconto

de 30% na alíquota. A medida deve beneficiar advogados, dentistas, médicos e engenheiros.

Braga também cedeu e incluiu novos setores entre as exceções, como agências de viagem, concessão de rodovias, missões diplomáticas, serviços de saneamento e telecomunicações, que terão regimes específicos.

No geral, a avaliação no governo é que o saldo do relatório é positivo, especialmente a limitação da isenção da cesta básica e a forma como parte do setor de transportes foi retirado da alíquota favorecida para um regime específico.

Mas, diante das concessões, técnicos avaliam se vão atualizar o estudo que apontou para uma alíquota-padrão para a soma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) entre 25,45% e 27%.

Uma novidade no relatório apresentado foi a possibilidade de cobrar Imposto Seletivo sobre a extração de petróleo e minérios, a uma alíquota de até 1%. O governo ainda não tem estimativa de quanto poderá ser arrecadado. Mas o fato de o Seletivo ter ficado maior do que estava na versão aprovada pela Câmara poderá contribuir para reduzir a alíquota da CBS, comentou uma fonte. A tributação será um novo custo para a Petrobras, admitiu.

Relator da **REFORMA TRIBUTÁRIA** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) gostou do parecer apresentado por Braga. Ao Valor, Aguinaldo ele disse que o parecer contempla quase 90% dos pontos defendidos pela maioria dos deputados e demonstrou confiança de que o texto será aprovado no Senado no início de novembro.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Impulso da reforma na economia chega a até 3,1% ao ano por 10 anos

Marsílea Gombata

A aprovação da reforma tributária pelo Senado pode fazer a economia brasileira crescer 2,4% anualmente, em média, pelos próximos dez anos. É o que prevê o cenário básico do relatório Cenários de Longo Prazo da Tendências Consultoria. A projeção indica crescimento de até 3,1% ao ano, em cenário otimista.

O principal elemento que guiou o novo relatório é a previsão de aprovação da **reforma tributária** pelo Senado, o que está presente tanto no cenário básico quanto no otimista - mas não no pessimista.

No cenário básico, que tem 65% de probabilidade de ocorrer, a reforma mantém pilares principais, como ampla base de incidência, não cumulatividade e tributação no destino, e tem efeitos relevantes para o **PIB** potencial da economia brasileira. Os impactos para cada setor, contudo, serão distintos no curto prazo, já que alguns terão aumento da carga tributária, e outros, redução.

"O que realmente mudou no campo doméstico foi a alta chance de aprovação da **reforma tributária**."

Em junho, [quando elaboramos o relatório anterior], a reforma fazia parte do cenário otimista. Agora, no relatório que fizemos em setembro, a trouxemos para o cenário básico", afirma a economista Alessandra Ribeiro, sócia diretora da Tendências e responsável pelo relatório.

"Apesar de não ser a reforma ideal, do ponto de vista de regimes específicos e alíquotas reduzidas, nossa avaliação é, que mantendo pilares principais, teremos efeitos importantes." Nesse cenário, a aprovação da reforma já teria impactos no curto prazo, como um choque positivo nas expectativas, efeito das mudanças tributárias nos preços relativos e em setoriais diferenciados com reorganização de **tributos** e ganhos de produtividade, dada alocação mais eficiente dos fatores de produção, redução dos custos de transação da economia e do custo Brasil.

O efeito dessa agenda aparece em ganhos graduais no crescimento potencial da economia que, nesse cenário, está estimado em 4% nos próximos dez anos, sendo que efeitos iniciais já seriam observados a partir de 2025.

No plano doméstico ainda, o quadro político explica projeções devido ao impacto da atividade legislativa na política econômica.

Além disso, a rivalidade eleitoral entre partidos da base aliada e a força política dos líderes do Congresso travam o governo na arena legislativa.

"No campo econômico, com a incorporação dos efeitos da **reforma tributária**, o crescimento médio esperado para a economia brasileira em dez anos foi elevado em 0,4 ponto percentual", segundo o texto, ao comparar a projeção atual com a de junho.

Além da aprovação da reforma mantendo eixos principais, o cenário básico traz um contexto internacional mais desafiador para os países emergentes.

Nele, o crescimento médio da economia mundial é de 2,8% nos próximos dez anos.

Ao ressaltar que 2023 foi um ano "surpreendentemente resiliente para a economia brasileira", William Jackson, economista chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics, lembra a contribuição do setor agrícola, do mercado de trabalho e do aumento salarial que apoia o consumo, mas alerta para riscos no curto e médio prazo.

"Um dos principais é a rapidez com que o boom agrícola pode se inverter. Outro seria riscos fiscais surgirem novamente, especialmente se parecer que o governo não será capaz de cumprir as suas metas primárias de equilíbrio orçamentário", afirma.

"Se o governo não conseguir apertar suficientemente a política fiscal para evitar o aumento da dívida, levanta-se a questão sobre a quais políticas poderá recorrer."

Um caminho seria pressionar o Banco Central para manter as taxas de juro excessivamente baixas (abaixo da taxa neutra), o que ajudaria a dinâmica da dívida, mas faria com que a **inflação** ficasse acima da meta." Nos próximos dez anos ou mais, Jackson estima que o crescimento potencial do **PIB** será fraco, ao redor de 1,5% ao ano, em média.

A mesma projeção é estimada no cenário pessimista da Tendências.

Nele, a instabilidade política afetaria a agenda econômica, com vitória eleitoral de grupos mais ortodoxos, o ambiente internacional fica mais adverso, por conta de uma **inflação** resiliente em parte pelo aperto insuficiente da política monetária nos países ricos, e há desaceleração mais brusca da atividade global, com "pouso forçado" da economia chinesa. Isso poderia levar a um choque negativo nos preços das commodities e a uma reversão do fluxo comercial.

Entram na conta ainda um possível aperto da política monetária nos países mais ricos, desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, escalada entre China e Estados Unidos e efeitos prolongados da guerra no Oriente Médio.

Na arena doméstica, o governo sofre seguidas derrotas legislativas em sua agenda de recuperação de arrecadação. "A percepção do imobilismo do governo no campo arrecadatório traria nova onda de desconfiança por parte dos agentes econômicos", diz o texto. "A pressão política, então, apareceria nas tentativas de alteração das metas fiscais e outras políticas, com destaque para a política monetária via nomeação de seus diretores, o que seria percebido como inflexão do pragmatismo da equipe econômica." Há um lado positivo e um negativo quando pensamos em um cenário de longo prazo positivo, afirma Sergio Vale, economista chefe da MB Associados.

"De um lado, há dois ativos importantes que têm gerado crescimento no país e continuarão trazendo resultado, que são as commodities e os ativos renováveis. O fato de termos matriz elétrica renovável continuará pesando para investimentos nos próximos anos", diz. "Quando olhamos toda a cadeia produtiva envolvendo agronegócio, mineração e petróleo, temos em torno de 40% do **PIB**. Esse pedaço do Brasil vai continuar crescendo e investindo." Vale acrescenta, contudo, que para a economia crescer de forma mais vultosa serão necessárias reformas mais consolidadas. "O arcabouço fiscal teve problemas de desenho, terá dificuldade de entregar resultados nos próximos anos, e a dívida [pública] continuará subindo. Esse cenário se mantém muito desafiador", diz.

O lado fiscal é um grande entrave e continuará sendo até ser ajustado. "Vemos medidas sendo aprovadas no Congresso, como o Marco Legal das Garantias, para baixar o spread bancário, o Ministério da Fazenda fazendo reformas microeconômicas para melhorar a produtividade. [Mas] temos de pensar em outras reformas para equacionar a taxa de juros do país. E o caminho para baixar a taxa básica é o fiscal." No cenário otimista da Tendências, que tem 10% de

probabilidade, o crescimento médio da economia seria de 3,1% ao ano. "Ele teria uma cena internacional que potencializa os efeitos positivos de uma agenda econômica doméstica de reformas estruturais", afirma Ribeiro.

"O Brasil teria vantagens no reposicionamento das economias emergentes em meio às mudanças na ordem internacional", segundo o relatório, ao pontuar uma janela de oportunidade dada as novas configurações das cadeias de produção e mecanismos de integração, auxiliados por uma política externa independente em meio ao conflito EUA-China.

No campo doméstico, destaca-se um ambiente político mais virtuoso, e a política doméstica se aproxima de "grande moderação", com esquerda e direita convergindo no apoio das reformas estruturais, escreve Ribeiro no relatório.

"Nesse cenário, são contemplados efeitos mais robustos da **reforma tributária** para o **PIB** potencial brasileiro, com número de exceções menores em relação ao texto aprovado na Câmara e, conseqüentemente, alíquota mais reduzida do IVA", acrescenta o texto.

"No longo prazo, no horizonte dos próximos dez anos, o cenário de atividade dependerá do quão consistente for a política fiscal do Estado, permitindo maior disponibilidade de poupança ao setor privado e, portanto, maiores taxas de crescimento com estabilidade da **inflação**", diz Darwin Dib, economista da Gauss Capital. "O que temos observado como tendência global são níveis mais elevados de juro e um crescimento menor." Mais reforma nas páginas A8 a A11

"Matriz elétrica renovável continuará pesando para investimentos" Sergio Vale

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Impulso da reforma na economia chega a até 3,1% ao ano por 10 anos

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231025/>

Relator da reforma tributária no Senado acolhe demandas setoriais e de governadores

Para acomodar pressões de Estados e de setores da economia, o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou na quarta-feira seu parecer propondo uma trava para a carga tributária sobre o consumo, a ampliação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR) para R\$ 60 bilhões, a restrição do número de produtos da cesta básica com alíquota zero e a inclusão de novas exceções.

No caso da trava à carga, o texto institui um teto de referência com base na média da receita de 2012 a 2021, apurada como proporção do tamanho da economia, que hoje seria equivalente a 12,5% do **PIB**. Já para o fundo regional a mudança significa R\$ 20 bilhões adicionais em relação ao texto aprovado pelos deputados. Os Estados querem de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões.

O texto de Braga prevê redução de 60% nas alíquotas de **tributos** sobre itens como produtos de limpeza e higiene pessoal consumidos majoritariamente por famílias de baixa renda. Ele também manteve os produtos e insumos agropecuários entre os itens que terão alíquota reduzida.

A trava à carga e a limitação do número de produtos da cesta básica com alíquota zero foram bem-recebidas. Já a definição de um desconto de 30% na alíquota para profissionais liberais foi uma das novidades criticadas por especialistas. Técnicos avaliam se vão atualizar o estudo que apontou para uma alíquota-padrão na soma da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que vai unificar **tributos** federais) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que vai reunir o ICMS estadual e o ISS municipal) entre 25,45% e 27%. Para quem esperava alguma reversão nas concessões da Câmara, o texto foi um "balde de água fria", diz Bráulio Borges, economista da LCA Consultores. "Não apaga os efeitos da reforma e o sistema que emerge dela deve ser melhor do que o que temos, mas estamos nos desviando cada vez mais do ideal." A expectativa é realizar a votação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 7 de novembro, com o plenário do Senado apreciando a reforma na mesma semana. Páginas A8 a A10

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231025/>

Senado aprova desoneração da folha de pagamentos de 17 setores

Publicado em 25/10/2023 - 21:24 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Por votação simbólica, o plenário do Senado aprovou na noite desta quarta-feira (25) o projeto de lei que estende até 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e reduz a contribuição para a **Previdência Social** paga por pequenos municípios. O texto agora vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Existente desde 2011, a política de desoneração da folha perderia a validade em dezembro deste ano. O projeto havia sido aprovado na terça-feira (24) pela manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e tinha tido a urgência aprovada pelo plenário durante a tarde de ontem.

Com a desoneração da folha, a contribuição para a **Previdência Social** de setores intensivos em mão de obra muda de 20% da folha de pagamento para alíquotas entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta. Essa política beneficia principalmente o setor de serviços, que tem faturamento baixo em relação a outros setores da economia, como alguns tipos de indústria, e empregam intensivamente.

Os 17 setores beneficiados são os seguintes: confecção e vestuário; calçados; construção civil; call center; comunicação; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carroçarias; máquinas e equipamentos; proteína animal; têxtil; tecnologia da informação (TI); tecnologia de comunicação (TIC); projeto de circuitos integrados; transporte metroferroviário de passageiros; transporte rodoviário coletivo; e transporte rodoviário de cargas.

Além de beneficiar esses setores, o projeto reduz, de 20% para 8% da folha de pagamento, a alíquota da contribuição para a **Previdência Social** de pequenos municípios. O benefício valerá para cidades de até 142.633 habitantes que não recebem cota-reserva do Fundo de Participação dos Municípios.

Diferentemente das médias e das grandes cidades, que têm regimes próprios de Previdência para os **servidores públicos** locais, as pequenas prefeituras contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Na semana passada, o relator do projeto, senador Angelo Coronel (PSD-BA), rejeitou todas as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados em agosto. O parlamentar, no entanto, permitiu a votação de um destaque em Plenário após acordo costurado com o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) para evitar o adiamento da votação na CAE.

Pelo acordo, a CAE aprovou a versão original do relatório de Angelo Coronel para levar ao plenário do Senado um destaque do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para manter uma alteração da Câmara e reduzir, de 2% para 1% da receita bruta, a alíquota para as empresas de transportes rodoviários coletivos. A expectativa é que o destaque seja votado ainda esta noite.

A desoneração representa uma derrota para a equipe econômica. Por diversas vezes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que o tema fosse discutido apenas na segunda fase da **reforma tributária**, que prevê a reformulação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em junho, o ministro chegou a dizer que o projeto é inconstitucional, sem entrar em detalhes.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/senado-aprova-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-de-17-setores>

Reforma tributária: relatório traz trava para aumento de imposto

Publicado em 25/10/2023 - 19:12 Por Daniella Almeida - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC), 45/2019, protocolou digitalmente, no fim da manhã desta quarta-feira (25), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relatório dele sobre a **reforma tributária**.

Com 158 páginas, o texto da PEC transforma cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em três: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. Cada novo tributo terá um período de transição.

À imprensa, Eduardo Braga detalhou o parecer sobre o texto.

O relatório do senador Eduardo Braga prevê trava para evitar o aumento de imposto e este teto será calculado com base na média da receita, entre 2012 a 2021, dos **impostos** que ainda serão extintos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins), como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**). Desta forma, caso, a alíquota de referência dos novos **tributos** que substituirão os extintos exceda o teto de referência, a alíquota do novo imposto será reduzida.

"Vamos implantar o CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]. Nos quatro primeiros anos, vem implantando e, no quinto ano é auferida a carga [arrecadada] e compara com a referência. Se tiver extrapolado, ajusta para baixo.", detalhou o senador Eduardo Braga.

Os critérios serão avaliados a cada cinco anos. "Nós procuramos sempre criar coerência nos períodos que estamos estabelecendo na PEC", adiantou o parlamentar.

Pelo texto da **reforma tributária**, um comitê gestor substituirá a estrutura do atual Conselho Federativo, órgão para gerir os **impostos** estaduais e municipais.

De acordo com o relator, o Congresso Nacional poderá convocar o presidente desse comitê para prestar informações no poder legislativo, como ocorre hoje com ministros de Estado.

O presidente deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária e será nomeado após a indicação ser aprovada por maioria absoluta do Senado.

O parecer do relator retira ainda a possibilidade do comitê gestor propor iniciativas de lei e inclui o controle externo pelos tribunais de contas dos estados e nos municípios, onde houver esse tipo de controle. "O Comitê é um mero executor. Vai tratar somente de regimento interno e normativas. É o que sobra para ele", comentou o senador sobre a ausência de discussões políticas dentro do comitê gestor.

"Sua principal função será arrecadar e distribuir, entre os entes federados os **tributos**, obedecendo a regra que está na emenda constitucional que veio da Câmara. Não alteramos aquelas regras, a não ser a do índice populacional, que caiu de 85 para 80 para abrir espaço para o IVA [Imposto sobre Valor Agregado] Verde para enfrentar as mudanças climáticas".

O senador Eduardo Braga esclareceu que a determinação da cobrança do Imposto Seletivo deverá ter a regulamentação detalhada por lei complementar, que poderá trazer, quando houver, exceções na incidência, forma de cobrança, em que etapa, entre outras questões.

O imposto seletivo tem como objetivo desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

As alíquotas serão definidas por lei ordinária, respeitado o período de anualidade para começar a valer.

Segundo o relator, este imposto não incidirá sobre a tarifa de energia elétrica, nem sobre os serviços de telecomunicações.

Armas e munições serão taxadas por imposto seletivo na **reforma tributária**, com exceção quando forem destinadas ao uso da administração pública, como para as Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança Pública.

Outra novidade, de acordo com o relator, é que no caso de extração de recursos naturais não renováveis, como minérios e petróleo, será cobrado o imposto

seletivo com a alíquota de 1%, uma única vez, na etapa de extração. "Porque os recursos naturais não renováveis são um patrimônio nacional que nós extraímos e exportamos sem nenhuma oneração, e agora, ficam todas as questões ambientais e sociais para trás e o Brasil precisa de recursos para fazer o seu investimento de inovação tecnológica, desigualdades econômicas e sociais, redução das regionais, etc. E a única forma é utilizando recursos que venham desses arranjos".

Já sobre a cobrança de **impostos** sobre combustíveis e lubrificantes, o relator da **reforma tributária**, explicou que terão alíquotas nacionais, definidas uniformemente por resolução do próprio Senado Federal. Eduardo Braga disse que a previsão constitucional arbitrada pelo Senado, afastará a possibilidade de conflitos federativos sobre alíquotas.

Porém, os setores de serviços de saneamento, concessão de rodovias terão regime específico de tributação, porque poderiam provocar desequilíbrio nos contratos de concessão firmados e com impacto aos usuários dos serviços tanto de tratamento de água e esgoto como os usuários das estradas pedagiadas.

Também foram incluídos os serviços de agência de viagem e turismo e o transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo, além de operações que envolvem tratado ou convenção internacional, que não estavam previstas no texto que veio da Câmara dos Deputados.

O relator da **reforma tributária** decidiu retirar os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus (ZFM) do imposto seletivo, como bicicletas, motocicletas elétricas, computadores e outros bens de informática.

"O Ministério da Fazenda reconheceu que havia uma disfunção e nós tiramos o imposto seletivo e criamos uma Cide [Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico], que vai manter vantagens comparativas dos produtos da Zona Franca [em relação a outros locais]. Com isso, o imposto seletivo não ocorrerá sobre os produtos da Zona Franca, a não ser que ele tenha algum tipo de impacto ao meio ambiente ou à saúde", informou o senador Eduardo Braga.

A previsão é que a proposta seja votada no dia 7 de novembro, após vista de duas semanas aos senadores na CCJ do Senado. Em seguida, o texto será analisado no plenário da casa.

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), deve dar vistas para que os demais senadores conheçam o texto.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-10/reforma-tributaria-relatorio-traz-trava-para-aumento-de-imposto>

Relatório da reforma tributária no Senado retira 'taxa do agro' do texto

Brasília

**/
Do R7, em Brasília**

O relatório da **reforma tributária**, lido nesta quarta-feira (25) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, retirou do texto a possibilidade de criação de uma taxa adicional pelos estados sobre produtos agrícolas, a "taxa do agro". O imposto foi incluído na redação aprovada pela Câmara em julho, mas agora acabou eliminada por uma emenda proposta pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO).

A "taxa do agro" é um imposto originalmente criado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), no fim do ano passado, para compensar a perda do estado com o ICMS. O tributo tem uma alíquota que varia de 0,5% a 1,65% sobre a produção agropecuária. A arrecadação deve ser investida em financiamento de obras de infraestrutura e habitação.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Kajuru afirma que a apresentação da emenda que retirou a "taxa do agro" do texto da **reforma tributária** era sua "obrigação" como senador. "A supressão desse artigo impede que o setor pague mais **impostos** e beneficie não só o agro goiano, mas do país inteiro", explica.

O texto aprovado na Câmara dizia que as unidades da Federação "poderão instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição à contribuição a fundos estaduais".

Outras três emendas apresentadas pelo senador foram aprovadas. Uma delas busca aprimorar a não cumulatividade dos **impostos** IBS e CBS. A outra substitui o termo "hortícolas" por "horticultura" para evitar divergências. A última emenda tem como objetivo eliminar a constitucionalização da redução a 0% das alíquotas de diversos **impostos** concedida

exclusivamente ao setor de eventos pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O relatório final do Senado deve ser votado na CCJ em 7 de novembro e segue para votação no plenário no dia 9.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/relatorio-da-reforma-tributaria-no-senado-retira-taxa-do-agro-do-texto-25102023>

Fazer política é fazer concessões e conversar, diz Lula

Publicado em 25/10/2023 - 13:32 Por
Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instalou, nesta quarta-feira (25), o Conselho da Federação e deu posse aos seus membros. O colegiado é uma inovação no diálogo federativo do país e conta com 18 representantes, em composição paritária dos poderes executivos, das esferas federal, estaduais, distrital e municipais.

"Fazer política é um processo sistemático da gente fazer concessão, de conquistar, de conversar", disse Lula. "Se a gente não fizer esse exercício, a gente não constrói a democracia", acrescentou.

A criação do conselho foi pactuada em janeiro deste ano com o objetivo de ser um instrumento para discussão das agendas prioritárias do país, e instituído por decreto, tendo como principal atribuição "subsidiar e promover a articulação, a negociação e a pactuação de estratégias e de ações de interesses prioritários comuns, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável e à redução das desigualdades sociais e regionais".

Para Lula, o governo federal deve estar a par dos problemas do país e compartilhar as soluções. E citou, como exemplos, a seca na Amazônia e a violência no Rio de Janeiro, que, segundo ele, "é um problema do Brasil".

"Nunca perguntei de que partido era o prefeito, o governador, não me interessa. O que me interessa é saber se ele foi eleito democraticamente para dirigir os interesses do povo do seu estado. Cabe ao presidente, pura e simplesmente, acabar com divergências pessoal e partidária e fazer o que tem que fazer pro povo do estado", destacou.

Para o presidente, é preciso "desempinar o nosso nariz, olhar para as pessoas com humildade e conversar".

"Esse país precisa de paz, harmonia, estabilidade econômica e social, de previsibilidade, de gente que, com muita humildade, cumpra com sua função e deixe de falar mal dos outros", disse.

Presidido pelo presidente da República, no âmbito

federal, o conselho conta ainda com o vice-presidente Geraldo Alckmin e os titulares da Secretaria de Relações Institucionais, da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. No âmbito regional, são seis representantes dos governos estaduais, sendo um de cada consórcio regional e um do Fórum Nacional de Governadores; e seis representantes das entidades nacionais de prefeitos, que são a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios e a Associação Brasileira de Municípios.

Representante do fórum de governadores, a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, disse que a plenária do conselho é a "fotografia da democracia".

"A nossa Constituição coloca muito claramente um princípio muito importante que é o da independência e da autonomia entre os poderes. Assim também o é com os estados e municípios. Mas a autonomia e independência não pode, nem deve, nunca, se sobrepor à harmonia que se faz necessária naquilo que diz respeito aos interesses legítimos do povo brasileiro. E é esse o chamamento do Conselho da Federação", disse.

A governadora defende que a **reforma tributária** e a retomada das políticas sociais são temas que devem ser tratados com prioridade no colegiado.

Após a instalação, houve a primeira reunião do colegiado.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-10/fazer-politica-e-fazer-concessoes-e-conversar-diz-lula>

Relator da tributária apresenta parecer com redução de alíquota para profissionais liberais

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O relator da **reforma tributária** no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou nesta quarta-feira (25) o parecer da proposta que será lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto prevê verba de R\$ 60 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional e uma trava para a carga tributária, além de um regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, engenheiros, contadores e médicos.

Para os profissionais liberais, a proposta é de um regime diferenciado que prevê que os segmentos incluídos paguem 70% da alíquota cheia (uma redução de 30% sobre o imposto devido).

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, o texto que veio da Câmara calculava R\$ 40 bilhões para os Estados e Distrito Federal federados, mas o Comitê Nacional de Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz) e os governadores reivindicaram um aporte entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões.

Mesmo com o valor aumentado, as negociações devem continuar após a entrega do relatório com possibilidade de ainda mais acréscimo a esse montante.

Outra novidade é a previsão de uma trava para a carga tributária. "É uma equação móvel que vai auferindo a carga tributária e apontando o seu tamanho. Se exceder, no ano subsequente, haverá correção da alíquota", explicou o relator, que descartou trazer no texto um teto em relação à alíquota. O objetivo do limite é garantir que não haja aumento dos **tributos** para nenhum setor da economia.

O relatório também propôs a desoneração de máquinas e equipamentos; a redução dos poderes do Conselho Federativo, transformando-o em um comitê gestor; limitações ao imposto seletivo; e o fim da possibilidade de contribuição sobre produtos básicos, mas com a previsão de manter as cobranças até 2023 de estados que já fazem esse tipo de aplicação.

Pelo cronograma divulgado por Braga, a previsão é que o texto seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quinta (26), com votação em 7 de novembro. Se aprovado, sua apreciação em plenário deve ocorrer até o dia 9.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-da-tributaria-apresenta-parecer-nesta-quarta-fundo-de-desenvolvimento-regional-e-de-r-60-bi-25102023>

Ao vivo: Relator da reforma tributária lê parecer com previsão de mais dinheiro para os estados

Brasília

**/
Do R7, em Brasília**

Após várias reuniões com o governo e setores da economia, o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), lê nesta quarta-feira (25) a nova versão da proposta. Um dos principais avanços em relação ao texto aprovado na Câmara tem a ver com o novo valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos pleitos dos governadores durante os debates no Senado.

Pelo cronograma divulgado por Braga, a previsão é que o texto seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta tarde, com votação no dia 7 de novembro. Se aprovado, sua apreciação em plenário deve ocorrer até o dia 9.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O conteúdo do relatório foi apresentado antes para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e para o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP). Além disso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deu sinais de que o Parlamento está alinhado com o governo em relação à economia e reforçou que a simplificação do sistema tributário é muito aguardada pelos brasileiros.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/ao-vivo-relator-da-reforma-tributaria-le-parecer-com-previsao-de-mais-dinheiro-para-os-estados-25102023>

Fundo de desenvolvimento deve chegar a R\$ 60 bi

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional a ser criado pela proposta de **reforma tributária**, atualmente em tramitação no Senado, deverá ter um aporte adicional de R\$ 20 bilhões de forma gradual ao longo de dez anos, chegando em 2043 ao valor de R\$ 60 bilhões por ano.

A fórmula em negociação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem o objetivo de diminuir o impacto do repasse para as contas do governo federal e as metas do novo arcabouço fiscal.

Segue indefinida a fonte de financiamento para essa despesa da União - que, embora fora do novo limite de gastos da nova regra, tem impacto no resultado primário do governo federal.

Esse será um fundo permanente, e a equipe econômica considera que uma despesa desse tamanho precisa de uma fonte de financiamento própria.

Não está descartado, porém, que os senadores acabem aumentando o valor durante a votação no Senado, onde os Estados têm maior influência.

Os Estados pediram que o Fundo fosse elevado para R\$ 75 bilhões. Mas interlocutores dos governadores admitem que um aumento para R\$ 60 bilhões já é um ganho efetivo em relação à proposta inicial de R\$ 40 bilhões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo aceita ampliar compensação fiscal a estados

Aumento do fundo para atenuar perdas dos estados tem aval de Haddad para viabilizar **Reforma Tributária**. PÁGINA 16

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A reforma tributária esqueceu do meio ambiente - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

A proximidade da votação da PEC 45/2019 pelo Senado tem acirrado ânimos, com a proliferação de artigos, audiências públicas e debates acerca dos aspectos mais polêmicos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados e das necessárias melhorias pelo Senado.

A ausência de efetiva preocupação ambiental tem sido ponto de intensa discussão. Não obstante os apontamentos do Grupo de Trabalho na Câmara sobre o tema, não há quase nada que reflita as diretrizes quanto à utilização de instrumentos tributários como meio para alcançar as pautas e obrigações ambientais e climáticas com as quais o país se comprometeu em acordos internacionais e nos planos de governo e de aceleração do crescimento.

A preocupação da **reforma tributária** com o meio ambiente se reflete em disposições genéricas, que não endereçam demandas de transição ecológica, como dispositivos abstratos, de caráter principiológico, a exemplo daqueles que estabelecem a observância de princípios de defesa do meio ambiente no sistema tributário nacional e na concessão de incentivos regionais.

Salvo isso, a PEC se limita a criar o Imposto Seletivo que, teoricamente, se voltaria a desincentivar atividades nocivas à saúde e ao meio ambiente e a duas tímidas medidas para incentivar boas práticas ambientais: o favorecimento fiscal a biocombustíveis e a possibilidade de redução da alíquota do IPVA por impactos ambientais, que beneficiaria carros elétricos. Nada mais. É muito pouco para uma reforma que se diz preocupada com o meio ambiente. Como já se tornou rotina no tema da reforma, há enorme discrepância entre o discurso e o texto.

E mesmo esses poucos dispositivos ainda estão sendo deturpados em prol de uma maior arrecadação. No que diz respeito ao Imposto Seletivo, por exemplo, existe uma regra que estende sua incidência para alcançar todos os bens que também são produzidos na Zona Franca de Manaus - como forma de manter a competitividade das indústrias locais. Esse ponto não passou despercebida por alguns setores, como o de bicicletas, que apontou a incongruência da tributação desse meio de transporte ativo, apesar de seus

inegáveis benefícios ao meio ambiente e à saúde humana.

Falta na reforma maior ousadia em relação a necessários incentivos ambientais. O maior exemplo disso é a ausência de favorecimento fiscal às formas de energia limpa e renovável, tema sobre o qual a PEC não traz qualquer disposição - ao contrário, apenas deixa uma perigosa porta aberta para a possibilidade de sua tributação pelo imposto seletivo.

É evidente que o setor de energia mereceria tratamento específico que viabilizasse o incentivo às operações com renováveis.

Uma real preocupação ambiental também reconhecera a necessidade de favorecimento a setores como o de logística reversa e reciclagem, que envolvem enorme gama de atividades ambientalmente sustentáveis, as quais perderão os benefícios atuais e, com isso, sua capacidade de competir com produtos não reciclados.

Saneamento e gestão de resíduos tampouco receberam atenção devida, a reforçar que o discurso ambientalista se afastou, e muito, do texto.

A esses setores não se aplica uma tese muito presente da reforma: que o tributo não deve ser indutor de consumo, ou seja, que o consumidor não deve optar pela aquisição de um produto ou serviço em razão da carga tributária.

Porém, quando falamos em produtos reciclados, a carga tributária deve, sim, ser indutora de escolhas, dado o óbvio impacto ambiental que favorece a coletividade.

A ausência de tratamento tributário adequado também se observa em relação à pauta climática e ao mercado de créditos de carbono, cuja regulamentação pode estar próxima de ser aprovada por meio do PL 412, atualmente em discussão no Senado. O direcionamento fiscal para exploração desse mercado (que, hoje, não alcança 1% do seu potencial) é preocupação do Banco Mundial, conforme relatório "Um Roteiro para a Ação Climática na América Latina e no Caribe", o qual aponta a necessidade urgente de condições fiscais, financeiras e institucionais para respostas à mudança climática, reduzindo riscos

financeiros e econômicos e promovendo a transição econômica de baixo carbono.

O descompasso entre a PEC 45 e o desenvolvimento sustentável indicam a falta de seriedade nos planos apresentados pelo governo federal para a comunidade internacional, a exemplo do Plano de Transformação Ecológica anunciado pelo ministro Fernando Haddad e a atualização da meta climática do Brasil perante o acordo de Paris, divulgada pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Ainda há tempo para mudar esse cenário, mostrando que o compromisso brasileiro com o meio ambiente não se resume a palavras ao vento.

Luiz Gustavo Bichara é sócio do escritório Bichara Advogados e procurador tributário do Conselho Federal da OAB Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

A reforma tributária esqueceu do meio ambiente

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

Tributação em padrão mundial fará bem ao país - LU AIKO OTTA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresenta hoje seu relatório para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45. Em comparação com a versão aprovada em julho pela Câmara dos Deputados, deverá trazer duas grandes alterações.

A primeira é o estabelecimento de um teto para a carga tributária incidente sobre o consumo. A regra limitará o espaço disponível para a União incrementar suas receitas por meio dos novos **tributos**. Ou seja: o governo precisará olhar também para o lado das despesas na sua gestão orçamentária.

O teto será estabelecido como percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) numa média móvel, adiantou Braga. A tributação sobre o consumo ficou em 13,44% do **PIB** em 2022, segundo dados do Ministério da Fazenda.

A segunda alteração é o reforço do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Não serão mais os R\$ 40 bilhões colocados inicialmente sobre a mesa.

Esse dinheiro, explicou o senador, será útil para acomodar pressões de setores que se veem ameaçados pela reforma. Os governadores poderão usá-lo para apoiar empresas.

O FDR funcionará como um substituto da "guerra fiscal", que, em tese, acabará.

A reforma estabelece que a cobrança dos **impostos** se dará no local em que a mercadoria ou serviço são consumidos, e não mais na sua origem. Assim, a antiga prática de oferecer descontos em **impostos** para atrair empresas a um determinado Estado não funcionará mais. A partir da reforma, os estímulos serão financeiros, na forma de aportes de recursos do FDR.

Esse formato permitirá dar apoio a empresas do setor de serviços, por exemplo.

O FDR maior permitirá atender em parte à miríade de setores que disputam uma espécie de gincana para obter, no texto constitucional, um tratamento tributário favorecido. Nem todos poderão ser acomodados, sob pena de a alíquota-padrão do novo tributo ficar muito elevada.

No entanto, Braga já informou que criará uma alíquota intermediária para as profissões regulamentadas, como é o caso dos advogados.

Disse também que tornará mais sólida a desoneração dos bens de capital. E que haverá atenção ao saneamento.

Esse setor tem hoje tratamento tributário favorecido, mas sua situação ficou em suspenso na reforma.

Na versão aprovada na Câmara, não consta da lista de setores que pagarão 40% da alíquota-padrão. Porém, está entre os que podem obter isenção dos novos **impostos**, explicou o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no seminário "**Reforma Tributária**, Meio Ambiente e Saneamento Básico", realizado pelo Valor na semana passada. A decisão, no caso, ficaria com cada ente.

No mesmo evento, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) afirmou que a **reforma tributária** havia "se esquecido" não só do saneamento, mas também das demais concessões em infraestrutura.

Para elas, haverá aumento de carga tributária, que passará de 8% a 12% para algo pouco acima de 25%. Além disso, deve ser extinto o Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que desonera investimentos. Assim, os contratos de concessão ficarão desequilibrados do ponto de vista financeiro.

O aumento dos **impostos** tem impactos diferentes, disse à coluna Natália Marcassa, presidente-executiva da Moveinfra, entidade que congrega concessionárias em transporte e logística.

Se o serviço for vendido a uma pessoa jurídica, o impacto tende a ser neutro, porque ela terá direito a créditos tributários. Já para uma pessoa física, como um usuário de rodovia pedagiada ou de um metrô, o aumento na tarifa não tem compensação prevista.

Seria necessário criar alguma forma de mitigação, comentou.

Para as concessionárias, o maior risco está na demora do reequilíbrio contratual. Marcassa alertou que elas quebrarão, se tiverem de esperar os dez anos da

transição entre sistemas tributários para negociar novas condições. A sugestão é que o reequilíbrio seja feito ao longo desse período.

A emenda 552 à PEC 45, apresentada pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), vai nessa direção. Propõe que a lei complementar sobre o novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) estabeleça mecanismos para preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, de forma concomitante à implantação dos novos **tributos**.

São problemas que podem ser contornados, avaliou a presidente da Moveinfra. Na sua visão, o efeito geral da **reforma tributária** será positivo para novos investimentos no setor. "O mundo vai passar a nos entender", afirmou. "Hoje, o mundo não entende o Brasil." Um sistema tributário alinhado ao padrão internacional vai fazer bem ao país. Não só pela atração de investimentos para a infraestrutura, mas para os demais setores da economia.

No entanto, como já alertou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é preciso cuidado com o "day after" da aprovação da emenda constitucional. A etapa posterior, a elaboração da legislação complementar, é complexa. Exigirá atenção e comprometimento do Congresso, do governo e da sociedade.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Tributação em padrão mundial fará bem ao país

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

Haddad e Braga acenam a estados

EDLA LULA

Na véspera da apresentação do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, concordou em elevar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), conforme sugerido pelo relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"Vamos ampliar um pouco (o valor do fundo), em um patamar suficiente para atender o pleito.

O importante é votar a reforma agora", disse Haddad, após o encontro com o parlamentar, que ainda sinalizou alíquota diferenciada do novo imposto para profissional liberal.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) apresentou para Braga um estudo apontando a necessidade de ampliação do fundo, de R\$ 40 bilhões aprovado pelos deputados, para algo de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões.

Braga sinalizou que o debate sobre o FDR, a ser criado para estimular o desenvolvimento econômico devido ao fim de incentivos fiscais, deverá se estender para além da apresentação de seu relatório, amanhã. "Há uma proposta e uma contraproposta em andamento. Se até amanhã à noite não houver entendimento, vamos apresentar uma proposta que já foi consolidada com o governo." Nem Braga nem Haddad revelaram os valores em discussão.

"Seis por meia dúzia"

Enquanto senadores estão inseguros quanto aos benefícios das reformas para os estados, especialistas temem que a nova reforma possa significar apenas a "troca de seis por meia dúzia", do ponto de vista da complexidade e da insegurança jurídica características do atual sistema tributário brasileiro.

Braga pretende protocolar o relatório da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na noite de hoje, ficando a leitura para amanhã à tarde.

A votação na comissão está prevista para 7 de novembro, considerando que haverá pedido coletivo de vistas na apresentação.

Para a matéria ser aprovada no plenário da Casa, são

necessários pelo menos 49 votos favoráveis.

"A proposta seria criar dois **tributos** (CBS e IBS) para substituir cinco (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS).

Mas com tantas alíquotas diferentes, a reforma troca os cinco atuais por quatro ou cinco. Ou seja, troca seis por meia dúzia. É mais do mesmo", disse o tributarista e vice-presidente da InvestBrasil, Lúcio Bastos.

Para ele, existe o "agravante" da ausência de regulamentação da PEC.

"Quando lemos a proposta, o que mais se vê é a indicação de que os artigos serão regulamentados por lei complementar. Essa insegurança permanecerá por pelo menos dois anos, até a votação dessas leis infraconstitucionais", observou.

A advogada tributarista, Andressa Saizaki, coordenadora do escritório Vernalha Pereira, especializado em infraestrutura, reforçou ainda que há inúmeras lacunas que podem impactar diretamente o setor de Infraestrutura do país, ocasionando, além da judicialização, o aumento tarifário aos usuários. Ela destacou a questão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de longo prazo, que podem chegar a 35 anos. "Esses contratos são baseados em uma equação econômico-financeira, que precisa de um equilíbrio para que sejam perenes no tempo e não fiquem oscilando, gerando discussões judiciais."

Pauta congestionada

A pauta econômica no Congresso foi assunto de reunião também entre Haddad, o ministro das relações Institucionais, Alexandre Padilha, e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP). Além da **reforma tributária**, o governo trabalha para aprovação hoje, na Câmara, do projeto de lei que taxa as grandes fortunas, com mudanças na tributação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos. "O ambiente que nós temos na Câmara é o mais positivo possível, inclusive foi firmado um acordo em conjunto com os líderes da base e da oposição para votação nesta semana", disse Padilha, ao término da reunião.

Outra proposta que o governo quer ver deslançar é a que altera as regras de tributação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de subvenções de custeio e investimento. A matéria tramitava na Medida

Provisória 1.185, mas por um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o governo teve que convertê-la em projeto de lei. O texto foi encaminhado com pedido de urgência ontem à noite.

Nomes de novos diretores do BC

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar, nesta semana, mais dois escolhidos para integrar a diretoria do Banco Central. Haddad disse que apresentou os nomes ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reunião realizada ontem, para que o senador soubesse de antemão sobre o perfil dos indicados, que já têm o aval de Lula.

Os mandatos dos diretores de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado, e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Maurício Moura, terminam em dezembro deste ano.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5190/24-10-2023.html?all=1>

Relator negocia alíquota reduzida do IVA para os profissionais liberais

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse ontem que os profissionais liberais que têm atividades regulamentadas deverão ter uma alíquota reduzida do novo IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, que vai unificar cinco **tributos** existentes atualmente. Nesta categoria, estão incluídos médicos, advogados, contadores, engenheiros, dentistas e arquitetos, dentre outros.

"Tem aqueles (profissionais liberais) que estão no Simples e aqueles que estão acima do Simples.

A carga tributária, aprovada pelo texto da Câmara, aumentava o tributo sobremaneira para esses profissionais. É aquele ditado: nem tanto nem tão pouco", disse Braga, ontem depois de reunião no Ministério da Fazenda com o ministro Fernando Haddad e o secretário extraordinário para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

Segundo ele, o percentual da nova alíquota - a quarta a ser criada no âmbito da reforma, como antecipou o Estadão - ainda está em negociação entre a equipe econômica e as entidades representativas.

Pessoas a par das discussões afirmam que o desconto, em relação à alíquota cheia, deve ficar entre 30% e 40%.

"Há uma pretensão na proposta apresentada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e há uma contraproposta, mas acredito que vai dar entendimento", disse o relator, que fechará hoje seu parecer sobre a reforma. A expectativa é de que o texto seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado amanhã à tarde.

CUSTO-BENEFÍCIO. Questionado sobre a quantidade de exceções que o relatório trará, Braga não cravou um número, mas disse que a PEC irá prever revisões a cada cinco anos, com análise de custo-benefício. "Isso é um importante sinal para o mercado, de que o Congresso fará uma revisão dos regimes diferenciados para ver se eles se justificam", disse.

A mudança acata parcialmente sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU), que havia recomendado

avaliações anuais.

Em seu relatório, o TCU marca posição ao reforçar que o melhor modelo tributário para promover o crescimento do País é o que tem uma base ampla de incidência, que engloba todo o consumo final, e uma taxa única de imposto. Para o tribunal, as isenções e as taxas reduzidas não são a forma mais eficaz de se alcançar a redução das desigualdades, e beneficiam mais as famílias mais ricas do que as categorias de menor renda da população.

A versão da reforma aprovada pelos deputados previu três alíquotas: a cheia, chamada de referência; uma de 40% da cheia (portanto, com 60% de desconto), chamada de reduzida, que hoje contempla nove segmentos; e outra zerada - para produtos da cesta básica nacional e medicamentos de combate ao câncer. Além de cinco regimes tributários diferenciados.

Essa quarta alíquota em discussão serviria para atender às pressões dos descontentes, que têm encontrado eco junto aos senadores - a nova faixa atende ao lobby principalmente da OAB, que pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a outros líderes tratamento diferenciado a profissionais liberais.

Inicialmente, a OAB sugeriu a criação de um regime específico próprio, como a reforma já prevê a setores como financeiro, hotelaria e restaurantes. Braga indicou, porém, que o caminho será o da redução de alíquotas. Mas já existem emendas apresentadas por senadores para tratar essas atividades como exceção.

Uma proposta do senador Angelo Coronel (PSD-BA), por exemplo, sugere a criação do regime diferenciado para as categorias, com o argumento de que o regime apartado existe desde os anos 1960 e evita que o pagamento do tributo sobre o consumo se confunda com o Imposto de Renda, uma vez que é o próprio trabalho o fato gerador da tributação.

Braga também sinalizou que dará um tratamento diferenciado à área de saneamento básico e aos bens de capital, que incluem máquinas e equipamentos.

Além disso, reafirmou que o parecer trará uma trava para a carga tributária do País - um pleito do setor

produtivo, que teme aumento generalizado de **impostos**.

"O texto aprovado na Câmara aumentava muito o tributo para esses profissionais" Eduardo Braga Senador (MDB-AM)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>